

Colecção

INOVAÇÃO E GOVERNAÇÃO NAS AUTARQUIAS

INOVAÇÃO AO SERVIÇO DAS CIDADES



Sociedade Portuguesa de Inovação



F I C H A T É C N I C A

Título

INOVAÇÃO AO SERVIÇO DAS CIDADES

Autores

J. Amado da Silva
Luís Amado

Editor

© SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação
Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A.
Edifício “Les Palaces”, Rua Júlio Dinis, 242,
Piso 2 – 208, 4050-318 PORTO
Tel.: 226 076 400; Fax: 226 099 164
spiporto@spi.pt; www.spi.pt
Porto • 2004

Produção Editorial

Principia, Publicações Universitárias e Científicas
Av. Marques Leal, 21, 2.º
2775-495 S. JOÃO DO ESTORIL
Tel.: 214 678 710; Fax: 214 678 719
principia@principia.pt
www.principia.pt

Revisão

Marília Correia de Barros

Projecto Gráfico e Design

Mónica Dias

Paginação

Xis e Érre, Estúdio Gráfico, Lda.

Impressão

MAP – Manuel A. Pacheco

ISBN 972-8589-42-5

Depósito Legal 220226/04

Produção apoiada pelo Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS), co-financiado pelo Estado Português, e pela União Europeia, através do Fundo Social Europeu.

Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

INOVAÇÃO AO SERVIÇO DAS CIDADES

J. Amado da Silva

Luís Amado



Sociedade Portuguesa de Inovação

INTRODUÇÃO

Escrever um manual sobre a inovação ao serviço da cidade, com um calendário muito apertado, parecia um desafio perdido à partida. E, no nosso entender, assim foi, não tanto por causa do tempo, mas porque não era possível escrever um manual na sua concepção mais tipificada, porque não há, ainda, conhecimento estabilizado sobre esta matéria.

O único tipo de manual possível seria constituído por uma série de descrições de aplicações de inovações à cidade que hoje existe, com bons e maus resultados, à guisa de casos exemplares, que não proporcionariam qualquer síntese crítica e que, por isso mesmo, não passariam de um mero acto de observação e de descrição.

Entendemos que não pode ser esse o papel de um livro que pretende constituir um ponto de apoio a cursos de pós-graduação, que têm que ser exigentes do ponto de vista conceptual, para permitir o progresso e a criatividade de quem o lê, particularmente quando o que está em causa é a inovação.

Com esse espírito, empreendemos uma investigação que permitisse corporizar uma conceptualização da relação da cidade com a inovação, sem deixar de ter presentes as mais recentes e apelativas aplicações de inovações à vida e à organização das cidades.

Essa investigação conduziu-nos ao estudo da formação e da evolução (às vezes revolução) da cidade antiga, designadamente na Grécia e em Roma, que corporiza muitos dos desafios à inovação que hoje se põem e cujo peso de influência nas cidades actuais é discutido por alguns autores que optam pelo papel preponderante das cidades da Idade Média na configuração das cidades actuais, esquecendo, a nosso ver, o papel do Renascimento.

O que importa é verificar que a evolução da cidade é toda ela uma inovação e que os desafios que lhe vão sendo postos, embora diferentes, têm muitas raízes comuns com o passado, como todo o Capítulo 1 procura mostrar.

Porém, o que importa é pôr a inovação ao serviço da cidade e isso obriga a focarmo-nos na cidade actual e na cidade do futuro, sendo o Capítulo 2 fundamentalmente dirigido a esta preocupação.

Os dois últimos capítulos são estruturados na lógica de estudos de casos e evidenciam a interacção mútua entre a cidade e a inovação, salientando sucessos mútuos, perigos de fracasso, alguns dos quais permitem aprendizagem relevante para o futuro, designadamente nas aplicações dos Sistemas e Tecnologias de Informação. Também se não pode descurar a parte institucio-

nal, particularmente o papel dos governos e das autarquias, que tem que sofrer uma significativa alteração que é, antes de tudo, de raiz cultural.

Quando acabámos de ler o texto, tivemos a consciência de que será possível, num futuro, reescrevê-lo com maior entrosamento e, eventualmente, com maior nível de síntese. Só que ele é fruto de uma investigação entusiasmante que abriu muitas portas que o apertado calendário proposto para execução e a existente dispersão de conhecimentos e de investigações não permitem ainda fechar.

Mais que um manual, este texto é, por isso, um ensaio que esperamos seja para o leitor tão estimulante quanto foi para nós escrevê-lo.

JOSÉ MANUEL AMADO DA SILVA

LUÍS AMADO

DAS CIDADES PRÉ-INDUSTRIAIS ÀS PÓS-INDUSTRIAIS

O B J E C T I V O S

- Descobrir a inovação na formação da cidade.
- Discutir a inovação na modificação da cidade.
- Tomar contacto com a cidade antiga e com as suas características essenciais.
- Descobrir a urbe como local e a cidade como o conjunto dos cidadãos e o par urbe/ /cidade como a expressão completa da cidadania.
- Descobrir as crenças e a religião como fundamento da autoridade e da realização na cidade antiga.
- Caracterizar a cidade medieval em contraste com a cidade antiga.
- Redescobrir na cidade pós-industrial os traços das cidades antiga, medieval e renascentista.
- Encontrar os novos desafios que se põem à cidade actual como fontes de inovação.


P O N T O D A S I T U A Ç Ã O

A trajectória da cidade ao longo da História revela-se, afinal, um resultado e uma fonte de inovações radicais e incrementais que foram desenhando os diferentes perfis da cidade no espaço e no tempo.

Avaliar, hoje, a ligação entre inovação e cidade ganha muito em beber nas fontes da história, para melhor entender até que ponto a cidade se muda pela inovação (ou se adapta a ela, alegre ou dolorosamente) ou é, ela própria, um centro de criação e difusão da inovação.

Conhecer como se formou a cidade e como se foi modificando, estudando as explicações controversas sobre os fundamentos da cidade actual revela-se de grande fecundidade para o estudo pretendido.

Daí nasce este capítulo (necessariamente extenso) onde são semeadas as inovações feitas na cidade ao longo do tempo e como elas desafiam a construção da cidade de hoje. O foco na cidade antiga, designadamente da Antiguidade Clássica grega e romana, foi a nossa escolha, controversa para alguns, para quem as raízes da cidade actual estão na Idade Média.

Optámos, numa lógica de inovação, por um quase neo-renascentismo, convictos que estamos de que a sociedade pós-industrial pode beber nessa Antiguidade e nas transformações que foi sofrendo, fartos motivos para reflexão e inovação. A História, é claro, não se repete, mas continua-se... 

1.1.

A CIDADE ANTIGA

O estudo da evolução das cidades na perspectiva específica da inovação conduziu-nos, inevitavelmente, ao aparecimento da cidade e às novidades que foram nela introduzidas e provocaram a sua evolução (às vezes, revolução), quer no sentido positivo quer no sentido negativo, sendo certo que este não deixou de estar demasiado presente – no fundo a inovação pode ter uma *performance* negativa, embora tal não deve ser entendido como uma contra-inovação e um retrocesso. De facto, tantas vezes esses passos atrás, bem entendidos, são o húmus de novos e positivos desenvolvimentos, muito em sintonia com a ideia de «destruição criativa» de Schumpeter.

Nesta busca surpreendeu-nos, profundamente, a criação e a evolução da cidade antiga, por nela encontrarmos, praticamente, quase todos os desafios que hoje se nos põem na busca da construção de uma cidade cada vez mais para as pessoas.

Uma notável obra de Fustel de Coulanges (1988), escrita no final do século XIX, serve-nos de base para a descrição da evolução da cidade e do seu cotejo com os problemas que hoje vivemos.

Desde logo há que ter em atenção que, à semelhança do que se passou até praticamente ao final do século XX na generalidade das ciências, a nossa referência – e a referida obra não escapa a isso – é sempre a Antiguidade Clássica e, um pouco, a Antiguidade Oriental, mas esta quase só nos pontos em que se encontra com a Antiguidade Clássica. Não é, por isso, surpresa que sejam as cidades da Grécia e de Roma que surjam como paradigmas dessa evolução. Temos consciência de que, ao basearmo-nos nesta abordagem, corremos um enorme risco de imperfeição e de parcialidade sobre a evolução geral das cidades em todo o mundo. No entanto, como o manual tem também a preocupação central de olhar para o que se passa em Portugal, as referências assumidas são, seguramente, as mais relevantes. Por outro lado, no desenvolvimento do manual e tanto quanto o espaço, o tempo e a disponibilidade de informação o permitam, não deixaremos de tentar ter uma visão mais universalista desse desenvolvimento.

1.1.1. A FAMÍLIA E A CRENÇA COMO PONTO DE PARTIDA

Fustel de Coulanges afirma que «da família provieram todas as instituições, assim como todo o direito privado dos antigos. Da família tirou a cidade os seus princípios, as suas regras, o seu peso e a sua magistratura».

Dois aspectos essenciais formatavam a família e a sociedade que dela emanava: a religião – que era o seu principal elemento constitutivo – e os direitos absolutos do primogénito, centrados, eles próprios, em crenças.

Assim, «as crenças primitivas, de que restam vestígios por todo o direito grego e romano, são o de o poder reprodutor residir exclusivamente no pai. Só o pai possuía o princípio misterioso do ser e transmitia essa centelha de vida».

Foi desta crença que nasceu, afinal, a menorização familiar (depois social) da mulher e se estabeleceu como regra que o culto doméstico passasse de varão para varão, centrando-se no primogénito, numa lógica de poder sacerdotal, que reflectia o papel central da religião na unidade da família.

Os gregos entendiam que o lar (isto é a associação de todos os elementos da família) tinha levado o homem a construir casas que não eram só para um homem, mas para toda a família, presente e futura, cujas gerações deviam suceder-se numa mesma habitação.

Notemos que, ainda hoje, persiste muito esta ideia, porventura numa lógica mais generalizada, que extravasa a dimensão familiar, quando se defende a recuperação dos edifícios em vez da sua destruição e se sente a dificuldade

com que tantas famílias vêm desaparecer o seu património, transferido para outros, ou, o que é bem mais doloroso, completamente arrasado.

No fundo, o modo como uma cidade hoje olha para o seu património e opta por arrasar o que há para construir de novo ou, na medida do possível, recuperar o que existe, é um sinal da ausência ou persistência desta visão da cadeia familiar alargada.

Como refere Coulanges, «a família dos tempos mais antigos, com o seu ramo primogénito e os seus ramos mais novos, com os seus servos mais os seus clientes, podia vir a constituir um numeroso grupo de homens (...) A raça ariana parece ter sido composta, durante largo número de séculos, de um número indefinido de sociedades desta natureza. Esses milhares de grupos viviam isolados, mantendo poucas relações entre si, não necessitando uns dos outros, não estando unidos por laço algum, nem religioso, nem político, tendo cada qual o seu domínio, o seu governo e os seus deuses».

1.1.2. DA FAMÍLIA À CIDADE

A passagem da família à cidade não era possível sem alguma modificação ou alargamento da ideia religiosa, já que esta era o cunho central de cada família, de tal modo que, em princípio, a religião doméstica proibia duas famílias misturarem-se e confundirem-se.

O certo é que se assistiu a associações familiares que, possivelmente, encontraram na celebração do culto algo que lhes fosse comum, sem sacrificarem algo de essencial da sua religião doméstica particular.

O que terá sucedido é que, mais do que encontrar um mínimo denominador comum para o culto, essas associações inovaram verdadeiramente, concebendo uma divindade superior à dos seus deuses domésticos «individuais», que se tornou comum a todos, velando por todo o grupo.

Esse grupo de famílias, modelado sobre a família original em que havia um deus, um culto, um sacerdote, uma justiça e um governo, era designado por **fratria** na língua grega e por **cúria** na língua romana.

A «inovação social», ligada, no fundo, à ambição imanente de socialização do homem, estendeu o processo de passagem da família à cúria, a associações de fratrias (chamar-lhe-íamos uma **inovação diferencial**) que deram origem à **tribo**.

Cada tribo tinha a sua religião, altar e divindade própria e, como a fratria, tinha assembleia e promulgava decretos, a que todos os membros se deveriam submeter. Tinha tribunal, direito de jurisdição sobre os seus membros, centrando-se a autoridade, como não podia deixar de ser, num chefe.

A tribo torna-se, à semelhança do que sucedeu com os agrupamentos mais simples de que brotou, um corpo independente, **com culto especial de onde se excluía o estrangeiro**.

Um estrangeiro era, assim, alguém que não tinha o mesmo culto e por isso era segregado. Daí que, formada a tribo, nenhuma família nova nela se podia admitir e, em princípio, duas tribos de modo algum podiam fundir-se numa só, por a sua religião a isso se opor.

A extensão do processo «inovador» atrás descrito parece agora estar comprometida, até porque os deuses criados são cada vez mais poderosos.

E, no entanto, a história mostra que houve tribos que tiveram a capacidade de se associar, **sob condição de o culto de cada uma delas dever ser respeitado**. Colossal inovação que, como bem vivemos na pele todos os dias, bem precisa de ser reinventada hoje. Usando a linguagem popular, às vezes é mesmo preciso voltar a «inventar a roda».

No dia em que nasceu essa aliança nasceu a cidade.

Em linguagem de gestão moderna, não se tratou de operações de fusão, com um novo corpo dirigente, mas de uma aliança, o que quer dizer que, nessa associação, nenhum dos grupos perde a sua individualidade nem a sua independência.

No fundo a cidade era, inicialmente, uma confederação, o que quer dizer que ela não é, nessa altura, um agregado de indivíduos, mas de grupos já existentes e que a sociedade deixa persistir, ou é obrigada a deixar persistir. E, de facto, segundo F. de Coulanges, a cidade «viu-se obrigada a respeitar a independência religiosa e civil das tribos, das cúrias e das famílias e ainda por isso não teve, desde logo, o direito de intervir nos negócios particulares desses pequenos corpos (...)».

Há nesta descrição algo menos claro, na medida em que se refere a cidade como sujeito, mas não se percebe de quê, porque as tribos continuam a ser absolutamente autónomas. Que é a cidade, então, assim descrita? Parecemos, aqui sim, apenas um mínimo denominador comum dos interesses das tribos associadas, sem que fique sequer claro quais são os interesses comuns, nem quem vela por eles, isto é, que autoridade se constitui para as assegurar, se é que se constitui alguma.

No entanto, duas realidades importantes emergem desta descrição:

- **Não há cidadãos**, isto é, indivíduos agregados em cidades, porque são as tribos quem comanda, não as pessoas. Isso significa que a tolerância acima referida como inovadora é um aceitar não interferir no campo do outro, mas não uma «empresa» comum com o outro. Provavelmente, a defesa comum contra eventuais agressores exteriores seria um dos interesses comuns que não abalava a estrutura interna de cada tribo. **Além disso, é uma tolerância tribo a tribo e não pessoa a pessoa**.

- Nesta raça ariana cuja história é descrita, a cidade não se engrandeceu à maneira de círculos, que alastram pouco a pouco, de lugar em lugar, mas pela junção de grupos já previamente constituídos. É uma série de federações ou de assimilações temporais por afinidade religiosa estendida e não por mera proximidade geográfica, ao contrário do que veio a acontecer nas cidades mais modernas.

Nem de outro modo podia ser, pois estas cidades que se formam por associação geográfica pressupõem a liberdade de escolha de associação das famílias e dos indivíduos, o que não era obviamente possível na organização tribal.

1.1.3. A CIDADE E A URBE

A passagem de tal confederação de tribos à verdadeira cidade, configurada nas experiências das cidades gregas e romanas, não se entende sem a descrição que não está clara, ou está mesmo omissa, de um passo significativo no campo religioso e que seria a natural extensão do processo de formação da cadeia família-fratria-tribo à cidade.

Aparece, no entanto, uma distinção muito relevante entre **cidade e urbe** que permite intuir que algo deste tipo terá ocorrido, embora não necessariamente da mesma forma.

Conforme refere F. de Coulanges, cidade e urbe não foram sinónimos no mundo antigo.

Cidade – associação religiosa e política das famílias, das fratrias e das tribos.

Urbe – o lugar de reunião, o domicílio e, sobretudo, o santuário dessa cidade.

Ao procurar reforçar a distinção, F. de Coulanges afirma: «Precisamos de não fazer das cidades antigas a ideia que nos dão em nossos dias, essas outras que vemos crescer.

Constroem-se algumas casas, nasce a aldeia; imperceptivelmente o número de casas aumenta, temos a urbe; e acabamos por, havendo necessidade, cercá-la de fossos e de muralhas.

A urbe entre os antigos não se formava no decorrer do tempo pelo lento desenvolvimento dos homens, das construções. Fundava-se a urbe de uma só vez, inteiramente, num só dia... para representar o santuário do culto comum da cidade (que já estava previamente constituído). Assim, **a fundação da urbe foi sempre um acto religioso».**

Há nesta descrição, em conformidade, aliás, com a definição de urbe, uma evidente contradição entre a cidade confederação em que deveriam persistir os vários santuários – um de cada tribo – e esta visão da cidade – urbe onde existe apenas um santuário que, como diz o texto, é para **o culto comum da cidade.**

Ter-se-á ultrapassado, de algum modo, a impossibilidade de duas diferentes tribos prestarem culto aos mesmos deuses. O processo de tal ultrapassagem não é descrito, mas terá de ter ocorrido ou por diluição de alguma das tribos ou, mais provavelmente, por imposição do poder dos deuses de uma tribo às outras e, mais tarde, de uma cidade às outras, como aconteceu à imposição dos deuses de Atenas a toda a Ática.

O que nos parece curial – e é uma interpretação nossa que não tem suficiente fundamento histórico – é que a materialização da cidade na urbe (de onde derivam, afinal, a grande maioria dos substantivos e adjectivos que hoje referenciam a cidade – urbanismo, urbanístico, urbano, etc.), pressupõe um estado mais adiantado que a cidade-confederação, aproximando-se bem mais do passo seguinte, talvez o último elo da cadeia da cidade antiga que é a cidade-estado, na qual se deram as evoluções e revoluções que conduziram não só às cidades actuais, mas sobretudo à nova organização mundial em nações e países, não sem antes terem passado por uma fase mais aglutinadora – o império.

Esta evolução para a cidade como organização máxima independente acaba por ser reconhecida em F. de Coulanges quando escreve, sob a curiosa epígrafe de espírito municipal, afirmando a profunda distinção entre duas cidades por mais vizinhas que estivessem:

«Cada cidade, por exigência da sua religião própria, devia ser absolutamente independente. Toda a cidade tinha em volta do seu território uma linha de limite sagrado – o horizonte da sua religião nacional e dos seus deuses. Era mais fácil uma cidade submeter-se a outra cidade do que juntar-se-lhe. A vitória podia fazer de todos os habitantes da urbe tomada (mas não da cidade que era uma associação de famílias, fratrias e tribos e não um espaço territorial) outros tantos escravos, mas nunca podia fazer deles cidadãos do vencedor (...)

Por esta razão, nunca os antigos puderam estabelecer, nem mesmo conceber, qualquer outra organização social além da cidade».

1.1.4. AS CARACTERÍSTICAS DA CIDADE ANTIGA

As características da cidade antiga e, posteriormente, a sua evolução são um bom exemplo desta identidade e deste isolamento e, bem assim, da passagem gradual para a cidade de hoje.

De entre essas características citamos, na senda de F. de Coulanges:

- O ritual e os anais;
- O rei e o governo da cidade;
- A lei;
- O patriotismo;
- A onipotência do Estado (cidade).

1.1.4.1. O ritual e os anais

A religião nos antigos era um cimento social muito mais do que a busca de uma relação com o absoluto.

Daí decorre que a doutrina era pouco importante face às práticas, ou seja, ao **ritual**. As práticas eram obrigatórias e imperiosas, de tal modo que, em vez de a religião ser um processo de libertação, era mais assimilável a um processo de escravatura.

«A religião traduzia-se em fórmulas e práticas cuja menor falta convertia o acto sagrado em acto ímpio (...) Todas essas fórmulas e práticas tinham sido legadas pelos antepassados, que já haviam provado a sua eficácia. **Nada havia a inovar**», escreve F. de Coulanges.

Esta resistência à mudança e à inovação torna mais surpreendente a capacidade que as famílias, as fratrias e até as tribos tiveram para se associarem, na medida em que houve que adequar rituais ou inventar novos, nos quais todos se revissem. Parece, no entanto, que a inovação, neste campo, parava ao nível da cidade, configurando, afinal, um sinal incontestado e duradouro de dominação.

Não que a realidade não fosse mutável no campo das crenças. Estas podiam modificar-se e até transformar-se livremente através das ideias, quer em resultado da reflexão dos filósofos e sábios, quer da sempre fecunda imaginação popular.

Porém, essas alterações não tinham qualquer influência nos rituais, pois estes jamais se alteravam e as fórmulas que o traduziam nunca podiam cair no esquecimento. O que era fundamental era repetir os gestos e as fórmulas dos antepassados e um homem era tanto mais piedoso quanto mais fiel fosse à repetição dos gestos dos antepassados.

A consequência desta veneração pelo passado (mais pelas fórmulas que pelo pensamento, como se vê) foi um enorme respeito pela história, pois consideravam tudo o que era antigo como respeitável e sagrado, de tal forma que toda a cidade tinha um livro em que tudo isso se escrevia para memória. Assim surgiram os **anais** das cidades, uma fonte de informação sobre as tradições, hábitos e rituais de riqueza inigualável, mas muito menos rico em termos de evolução do pensamento.

Não virá a despropósito salientar que essa veneração pelo passado tem ressurgido com muita evidência na actualidade, assumindo um respeito quase sagrado, ousamos dizê-lo, numa época em que, paradoxalmente, o sagrado parece ser substituído pela secularização. No fundo, parece haver uma substituição do «sagrado tradicional» por outros «sagrados mais profanos» (o paradoxo é voluntário e traduz o sincretismo das posições actuais nesta matéria), a que nem faltam os seus rituais próprios, como os grandes concertos em grandes estádios, os encontros de futebol e as visitas rituais aos centros comerciais, as novas «catedrais de consumo», tal como o Estádio da Luz já virou, na linguagem popular, «Catedral».

O que é curioso é que esses rituais são já perfeitas réplicas dos rituais da cidade antiga: o que interessa são os gestos comuns, a festa comum, a compra da marca. O pensamento, a reflexão, esses não são dominantes. Não que não existam, mas passam ao lado.

Afinal, a História não se repete, é certo, mas parece reproduzir-se em novos tons. Há inovação na forma, não no conteúdo. Contudo, quantas inovações formais não triunfam mais na sociedade actual que as inovações verdadeiramente capazes de modificar a cidade?

Porém, há um outro paradoxo que resulta desta redescoberta do passado: a «sacralização» da urbe na qual se não pode mexer, sem que tal seja considerado um acto de «barbárie». E, se pensarmos bem, aqueles que, antigamente, se opunham a mudanças eram «reaccionários», inimigos do progresso. Curiosamente, os que eram «amigos do progresso» correm, agora, em muitos casos, o risco de serem considerados inimigos do mesmo. Deitar abaixo um prédio em ruínas no centro da cidade para construir um edifício modernos era o progresso, a inovação, o desenvolvimento da cidade. Agora, corre-se o risco de isso ser visto como um acto bárbaro.

1.1.4.2. O rei e o governo da cidade

Quem governa a cidade é o **rei** (que tem designações diferenciadas em várias cidades), que incorpora em si a autoridade religiosa e a autoridade

política. É, no fundo, o **sacerdote**, que configura o poder religioso ao qual acaba, na tradição mais antiga, de submeter o político.

Tal como no lar havia o sacerdote supremo que não admitia partilha de autoridade, também a cidade tem o seu pontífice. Como diz F. de Coulanges, «o sacerdote do lar público chama-se Rei».

Esta necessidade de uma autoridade única para cimento da cidade, à semelhança do lar e da tribo, é tão forte que nem desapareceu com a realeza quando as cidades sofreram revoluções políticas assinaláveis. Assim, em muitas cidades da Antiguidade Clássica, a revolução republicana não fez a separação das suas funções que se centravam no indivíduo. De facto, o **magistrado** que substituíra o rei (fosse ele arconte ou cônsul) foi também simultaneamente sacerdote e chefe político.

Creemos mesmo, e é uma opinião de quem não é historiador, que o alargamento da cidade ao império foi responsável pelo aparecimento dos «Imperadores-Deuses», tentando, assim, configurar uma unidade de chefia a mais vastas regiões que já não se conformaria com a posição de sacerdote (na medida em que este é apenas «ministro», isto é, servidor), mas elevando-se à categoria de deuses para que o poder religioso fosse absoluto e não mera delegação dos deuses. Mais do que um acto de orgulho humano, essa assunção do Imperador-Deus terá sido uma inovação sociopolítica que não é de desprezar.

1.1.4.3. A lei

Na cidade antiga, como não podia deixar de ser, a religião é o fundamento da lei. A história do povo de Israel é um bom exemplo desta profunda ligação entre as regras religiosas e a lei civil, mesmo no tempo em que os Romanos dominavam a Palestina e o direito romano se aplicaria a todo o Império, sendo certo, contudo, que sempre houve uma inteligente condescendência por alguns costumes locais (ver «Estudo de Caso»).

ESTUDO DE CASO



A lei dos judeus triunfa

«Pilatos disse aos judeus:

“Vou trazê-lo (Jesus) cá para fora para saberdes que eu não vejo nele nenhuma causa de condenação.” Então, saiu Jesus com a coroa de espinhos e o manto de púrpura. Disse-lhes Pilatos: “Eis o Homem!”.

Assim que viram Jesus, os sumos sacerdotes e os seus servidores gritaram: “Crucifica-o! Crucifica-o!”. Disse-lhes Pilatos: “Levai-o vós e crucificai-o. Eu não descobri nele nenhum crime.” Os judeus replicaram: “Nós temos uma Lei e segundo essa Lei deve morrer porque disse ser filho de Deus.”»

João, 19, 4-7

«Tendo em atenção a atitude que os Romanos tinham tomado na Judeia, Pilatos não podia fazer senão o que fez. Quantas sentenças de morte ditadas pela intolerância religiosa forçaram a mão do poder civil (...)

Não foram, pois, nem Tibério nem Pilatos que condenaram Jesus. Foi o Velho partido judeu; foi a lei moisaica.»

In, *Vie de Jésus*, de Ernest Renan, 1974

Como refere F. de Coulanges, «os antigos códigos das cidades reuniram um conjunto de ritos, de prescrições litúrgicas, de orações e, ao mesmo tempo, de disposições legislativas.

As normas relativas ao direito de propriedade e direito de sucessão achavam-se dispersas entre as regras relativas aos sacrifícios, à sepultura e ao culto dos antepassados.

Concebe-se, desta sorte, o respeito e o apego pelos antigos, por muito tempo, às suas leis. Não viam nelas obra humana. Tinham origem santa. Não é afirmação vã a de Platão, de que «obedecer às leis é obedecer aos deuses».

Esta posição de Platão reforça, afinal, a nossa interpretação do Imperador-Deus ser mais um acto político que propriamente religioso ou um fruto de uma paranóia individual.

Como a lei era de natureza divina, dada aos homens, uma vez por todas, era considerado imutável e, por isso, nunca se revogavam as leis. Esta posição era, manifestamente, anti-inovadora. A inovação estava completamente vedada. Só que acontecia nesta matéria algo de semelhante ao já descrito sobre as relações entre as reais evoluções das crenças e a imutabilidade dos rituais.

Assim, não se deixavam de fazer novas leis, mas as outras subsistiam sempre, mesmo que se revelassem contraditórias com as novas.

Como bem ilustra F. de Coulanges «A pedra onde se gravava a lei ficava inviolável, quanto muito, os menos exemplares julgavam poder interpretá-la ao contrário. Este princípio foi a principal causa da grande confusão que se nota ter existido no direito antigo».

Associada a essa regra de inviolabilidade estava a não existência de qualquer considerando na apresentação da lei. Nem de outro modo podia ser.

Pois se foram os deuses que a fizeram... para quê explicações e fundamentações?

Por isso, o direito não nasceu da noção de justiça e da sua busca, mas da religião e não fazia qualquer sentido fora do âmbito religioso. Isto significa que sem vínculo religioso entre dois homens, resultante da partilha do mesmo culto e dos mesmos sacrifícios, não haveria qualquer vínculo de direito entre eles.

Daí decorria que a religião era puramente civil, no sentido de ser específica de cada cidade. As leis só tinham valor e acção entre os membros da mesma cidade.

1.1.4.4. Patriotismo

A ligação à terra entre os antigos era, por isso, sagrada. Para os antigos, pátria era terra dos pais. A expressão mais correcta era mesmo **terra pátria**.

Na pátria estava a sua segurança, a protecção do seu direito, a sua fé, o seu deus e tudo quanto lhe pertencia. Se a perdia, ele próprio era, em definitivo, um homem perdido, ou melhor, um homem que havia perdido tudo.

Mas mais! A ligação do homem ao culto, isto é, à sua relação formal com os seus deuses, faz-se na sua terra. É por isso que F. de Coulanges faz notar que «não é de estranhar terem as repúblicas antigas permitido quase sempre o culpado escapar à morte por fuga. O exílio não lhes parecia mais suave que a morte».

Os juristas romanos designavam-no mesmo como pena capital.

Este abismo que separava as cidades exacerbava o patriotismo ao ponto de os cidadãos de outras pátrias (que eram cidades) serem vistos como homens para com os quais não havia qualquer relação e, portanto, qualquer obrigação, mesmo fora do campo da batalha.

É por isso que a esse respeito não se distinguia o justo do injusto, porque não havia uma base comum de direitos do cidadão.

É nesse contexto que devem ser interpretadas posições como aquela que F. de Coulanges descreve:

«O lacedemónio Fébidas, em inteira paz, apoderou-se da cidade dos tebanos. Houve quem interrogasse Agesilau (um dos mais famosos reis de Esparta) sobre a justiça dessa acção: “Examinai unicamente se foi útil”, disse o rei, “porque desde que a acção é útil à pátria, é sempre nobre praticá-la”.»

Era este o direito das gentes nas antigas cidades.

«Outro rei de Esparta, Cleómenes, dizia ser sempre legítimo, tanto aos olhos dos deuses, como aos olhos dos próprios homens, fazer todo o mal possível aos inimigos.»

São estas características das cidades antigas e dos seus costumes que é bom ter presente para se procurar entender as raízes do que hoje se passa no Iraque e na Palestina, só para citar os casos mais típicos, de cisão social por causa da cisão religiosa.

De algum modo, aquilo que designamos por fundamentalismo religioso não anda muito longe do cidadão da cidade antiga.

1.1.4.5. A onipotência do Estado (cidade)

Não é de estranhar que esta organização social não fosse compatível com a existência da liberdade individual. Como refere F. de Coulanges, «o cidadão estava, em todas as coisas, submetido e sem reserva alguma, à cidade; pertencia-lhe inteiramente».

Os estudos de caso («A falta de liberdade de costumes» e «A falta de liberdade de ensino») que apresentamos são paradigmáticos dessa absoluta submissão à cidade, ou ao Estado que ela própria configurava.

ESTUDO DE CASO



A falta de liberdade de costumes

«A vida privada não se escapava a tanta onipotência do Estado. Muitas cidades gregas proibiam ao homem o celibato. Esparta punia não somente quem não se casava mas mesmo quem só tardiamente se casava.

(Segundo Plutarco) o Estado podia prescrever, em Atenas, o trabalho e, pequeninas coisas, como em Locres, onde a lei proibía aos homens beberem vinho puro ou em Roma, Mileto ou Marselha, onde o tornava defeso às mulheres.

Era vulgar que o vestuário fosse determinado pelas leis de cada cidade; a legislação de Esparta regulamentava o penteado das mulheres e a de Atenas interdizia estas de levarem em viagem mais de três vestidos (segundo Xenofonte). Em Rodes a lei impedia o homem de fazer a barba, em Bizânzio punia-se com multa quem possuísse, em sua casa, navalha de barba; e em Esparta, ao contrário, exigia-se que fosse rapado o bigode.

O Estado tinha o direito de não permitir cidadãos disformes ou monstruosos. Por consequência, ordenava ao pai a quem nascesse semelhante filho que o matasse.

Esta lei encontra-se também nos antigos códigos de Esparta e nos de Roma (segundo Cícero).»

In *Cidade Antiga*, de Fustel de Coulanges

ESTUDO DE CASO



A falta de liberdade de ensino

«A educação, entre os gregos, estava longe de ser livre. Pelo contrário, nada houve em que o Estado mostrasse mais vontade em parecer todo-poderoso. Em Esparta o pai não exercia direito algum sobre a educação do seu filho. A lei parece ter sido menos rigorosa em Atenas, ainda que a cidade fizesse, por assim dizer, com que a educação fosse dada em comum por mestres por ela escolhidos. Aristófanes, em texto eloquente, mostra-nos as crianças de Atenas a caminho da escola: em ordem, distribuídas por bairros, as crianças caminham em filas cerradas, à chuva, à neve ou com sol forte; estas crianças, tudo indica, compreenderem que estavam já a cumprir um dever cívico. O Estado queria ser só ele a dirigir a educação e Platão diz qual o motivo da sua exigência: “Os pais não devem ter a liberdade de enviar ou deixar de enviar os seus filhos aos mestres pela cidade escolhidos, porque estas crianças pertencem menos a seus pais do que à cidade.” O Estado considerava o corpo e a alma de cada cidadão como sua pertença e, para tanto, queria que se acostumassem este corpo e esta alma de modo a deles tirar o melhor partido. Ensinava-lhes a ginástica, porque sendo o corpo do homem uma arma da cidade tornava-se precioso que fosse o mais forte e ágil possível. Ensinava-lhe, também, os cantos religiosos, os hinos e as danças sagradas, porque este conhecimento era indispensável à boa execução dos sacrifícios e festas da cidade.

Reconhecia-se ao Estado o direito de obstar a que, ao lado do seu, houvesse ensino livre. Atenas promulgou, certo dia, uma lei proibindo instruir os jovens sem autorização dos magistrados e outra lei onde interdizia especialmente o ensino da filosofia (segundo Xenofonte), embora estas leis não tivessem durado muito tempo.»

In *Cidade Antiga*, de Fustel de Coulanges

Neste sentido, o cidadão não era só definido como aquele que prestava o culto aos deuses da cidade, mas como o homem que pertencia à cidade, como uma pedra (viva, é certo, mas não livre) dessa mesma cidade.

E o que é interessante é verificar que, na evolução da cidade antiga, esta situação não se modificou verdadeiramente, mesmo quando o tipo de governo foi mudando de forma.

F. de Coulanges descreve esta evolução com grande acuidade: «O sistema de governo tomou vários nomes, sendo de uma vez monarquia, de outra aristocracia, ou ainda democracia, mas com nenhuma destas revoluções ganhou o homem a sua verdadeira liberdade, a **liberdade individual**. Ter direitos políticos, poder votar e nomear magistrados, ser arconte, a isto se chamou liberdade, mas o homem, no fundo, mais não foi sempre que escravo do Estado. Os antigos, sobretudo os gregos, exageravam muito sobre a importância e os direitos da sociedade e isto, sem dúvida alguma, devido ao carácter sagrado e religioso que a sociedade originariamente revestiu».

Se não tínhamos dúvidas dos desafios que a cidade antiga põe à sociedade do século XXI, esta tensão entre Estado, sociedade e cidadão bastava para lhe conferirmos o valor seminal que justificou tão grande desenvolvimento neste manual.

Não será que o cidadão, muitas vezes, vê a sua liberdade bem coarctada para além do que seria o equilíbrio com as liberdades dos outros e com a necessidade de construir comunidade?

O serviço militar obrigatório, por exemplo, não configura o tal domínio da cidade sobre o cidadão?

E será que o poder religioso expresso pelo contra-poder que é a «religião do laicismo» (que outra coisa é o laicismo quando assumido como verdade social absoluta? Qual a diferença para um fundamentalismo religioso?) será muito diferente da falta de liberdade de costumes da cidade antiga?

A actual imposição do Estado francês de ausência de quaisquer sinais religiosos ou os chamados «baptizados civis» que nasceram na Revolução Francesa e estão a ser recuperados em vários países, designadamente em Espanha, não são sinais típicos de imposição do deus único da cidade (neste caso o Não-Deus) a todos os cidadãos?

E que dizer da relação entre a liberdade de ensino e o poder do Estado sobre o mesmo? Os Estados democráticos de hoje constroem os seus sistemas de ensino porque se sentem obrigados a dar a possibilidade aos seus cidadãos de entenderem o mundo para se tornarem mais livres ou, sob essa capa, impõem o seu próprio sistema de ensino, com os valores exclusivos que querem veicular?

Como se vê, a inovação sociológica e de governo da cidade tem muito espaço para progredir e a cidade antiga dá o mote.

1.1.5. AS REVOLUÇÕES NA CIDADE ANTIGA

A descrição feita de cidade antiga pode, a certa altura, dar uma noção de grande estabilidade onde a inovação está ausente, dada a natureza sagrada da revelação que está na base da sua construção. No entanto, uma observação mais cuidada evidencia bem que se a situação formal permanecia inalterada, a liberdade de espírito dos homens e dos grupos continuava viva e criava tensões entre o pensamento e a forma de acção que lhes era imposta pela lei indiscutível.

Por outro lado, desde o início, até pelo princípio da primogenitura e da criação de escravos e de dominação dos estrangeiros, se foram criando profundas desigualdades que são sempre fonte de tensão, tal como hoje.

Assim, a par da evolução de ideias que minava os fundamentos da cidade, era crescente o número de homens e de grupos colocados fora desta organização da cidade, que os oprimia, incentivando-os, desse modo, a destruí-la.

Como refere F. de Coulanges, «as desigualdades não se formam com o tempo, existindo desde o princípio e são, portanto, contemporâneas do começo das cidades.

Desigualdades que começam logo na família por causa do papel do primogénito, formando-se em cada uma das grandes famílias, ramos mais novos que se encontram, pela religião e pelo costume, em estado de inferioridade perante o ramo mais velho e, assim, vivendo sob a sua protecção, obedecendo à sua única autoridade».

Desta organização resulta uma estratificação social que, sem absoluta generalidade e, sobretudo, sem designações semelhantes, podemos simplificarmente resumir em três: **patrícios, clientes e plebeus**.

Patrícios são as pessoas que têm um *pater* entre os avoengos da família.

Clientes são os servos e seus descendentes originariamente ligados à família, mas sem qualquer *pater* entre os avoengos.

Para os **plebeus** não é possível encontrar uma definição adequada, porque a sua constituição parece bastante nebulosa, mesmo em termos de educação na estratificação social. Segundo Tito Lívio, nos primeiros tempos, a plebe nem sequer está compreendida na designação geral de **povo**.

Há, no entanto, fortes razões para admitir uma composição heterogénea, com raízes nas antigas populações conquistadas ou subjugadas.

Esta convicção fica, no entanto, algo abalada, como refere F. de Coulanges, pelo facto de Tito Lívio referir a censura dos patrícios aos plebeus não por descenderem de populações vencidas, mas pelo facto de não terem religião ou mesmo família.

Esta referência mostra outra fonte de surgimento de plebeus: o afastamento voluntário ou imposto das tradições da cidade, seja por alguém se ter afastado do culto obrigatório, seja por os clientes terem abandonado ou sido expulsos pelo seu senhor.

O que é curioso é que esta classe, heterogénea na formação, tem uma homogeneidade na localização espacial: esta classe encontra-se à margem de quase todas as velhas cidades, mas separadas por uma linha de demarcação. Como diz F. de Coulanges, «para os plebeus não há família, nem autoridade paterna, nem direito de propriedade, nem lei, nem justiça, nem direitos

políticos, porque não são cidadãos. E a grande diferença para os patrícios é não possuírem a religião da cidade».

Esta descrição lembra bem os subúrbios das cidades da época da industrialização (e mesmo muitas da actualidade) antecipando bem a noção de marginalidade que hoje se tem. No fundo, nem cidadãos eram, não sendo, por isso, de estranhar que Tito Lívio não os encontrasse entre o povo.

Esta estratificação criava, naturalmente, enorme tensão, não só entre os diversos estratos (por exemplo, um cliente por mais alto que subisse nunca poderia ascender a patrício), mas no interior dos próprios estratos, designadamente entre os patrícios, onde, manifestamente, como diria George Orwell «havia uns mais iguais que outros».

Dessas tensões surgiram, em série, revoluções que alteraram a configuração da governação da cidade, sendo que as primeiras tiveram origem, sem surpresas, naqueles que maior força e capacidade tinham para as fazer – os patrícios.

De um modo simplista e esquemático, podemos apontar a existência de quatro revoluções, no âmbito estrito da organização política ainda confinada às cidades:

- Autoridade política tirada aos reis e a aristocracia passa a governar a cidade;
- Luta entre a aristocracia, com desaparecimento do direito de progeneritura e libertação dos clientes;
- A participação da plebe na cidade;
- Estabelecimento da democracia como aristocracia da riqueza.

A leitura das quatro fases revolucionárias dá uma curiosa dinâmica de libertação que vai no sentido descendente da estratificação social, concluindo-se com uma fase em que o critério do domínio e autoridade, já corrompido pelas revoluções precedentes, é definitivamente substituído por um outro.

Numa perspectiva histórica integrada e utilizando uma noção intuitiva de inovação organizacional, as revoluções olhadas *a posteriori* surgem, nas três primeiras como inovações diferenciais do processo, enquanto a última, que não existiria sem as três precedentes, configura uma inovação radical do produto.

A descrição das fases revolucionárias é, em nosso entender, suficientemente esclarecedora para os fins que o presente manual tem em vista, não necessitando de caracterizações adicionais.

Vale a pena, no entanto, salientar alguns pontos destas revoluções decisivas para a configuração do último estágio de cidade:

- Em primeiro lugar, **a perda de unidade da grande família**, cuja desagregação conduz à perda da unificada autoridade inicial bem

como ao aparecimento de outros grupos ávidos de conquistar essa autoridade;

- Em segundo lugar, a evolução da sociedade faz com que **a terra deixe de bastar a todas as necessidades do homem**, começando as produções também a encaminhar-se para o belo e o luxo, com o nascimento das artes e a indústria e o comércio a tornarem-se indispensáveis. Como a terra era a fonte de poder e de autoridade, a relativização do poder da terra fez emergir outros poderes;
- Em terceiro lugar, e com maior relevância, **o aparecimento do dinheiro é, só por si, uma grande revolução**, acabando por estar na origem da primeira libertação da plebe.

Nas palavras de F. de Coulange: «(O dinheiro), ao contrário da terra, podia passar de mão em mão sem qualquer formalidade religiosa (não esquecer o carácter sagrado da terra). A religião que assinalara o solo com o seu cunho, nada podia sobre o dinheiro. Alguns deixam de cultivar a terra, passando a ser operários, navegantes, homens de indústria e, dentro em pouco, ricos. **Singular inovação!** Anteriormente só os chefes das gentes podiam ser proprietários e eis agora os antigos clientes ou plebeus ricos a fazerem gala das suas opulências. Além disso, o luxo ao enriquecer o homem do povo, empobrecia o eupátrida (os aristocratas e seus descendentes em Atenas): em certas cidades, especialmente em Atenas, viu-se parte dos membros da cidade caídos na miséria. Ora, quando em alguma sociedade a riqueza se desloca de certas classes, estas estão prestes a desaparecer».

O leitor não reconhecerá nesta leitura traços claros do que se passou em Portugal nos finais do século XIX, princípios do século XX e que, embora diferentemente, ainda hoje ocorre?

O que é notável é que F. de Coulanges chama ao dinheiro uma singular inovação! Alguém duvida? É que ele modificou completamente o processo de transferência da riqueza e até, se não da criação desta, pelo menos do modo de apropriação da mesma, alterando, radicalmente, o perfil da cidade.

- **Em quarto lugar, aparece uma nova aristocracia, por diferenciação da plebe.**

F. de Coulanges é particularmente simpático e optimista para esta nova aristocracia. Atente-se nas suas palavras:

«Esta aristocracia plebeia teve, dentro em pouco, as qualidades que sempre acompanham a riqueza adquirida pelo trabalho, isto é, o sentimento do valor pessoal, o amor da liberdade calma e aquele espírito de prudência que,

desejando melhoramentos, receia aventuras. A plebe deixa-se guiar por este escol que tanto se orgulha de possuir.

(Em consequência), a riqueza torna-se, por algum tempo, verdadeiro motivo da organização social.»

- **Em quinto lugar surgem alterações significativas na esfera do direito.**

Este, que era privado, hermético e inacessível à plebe, torna-se público e conhecido por todos (a fórmula que vemos nas séries policiais americanas, na prisão de um presumível delinquente e a leitura dos seus direitos – não é mais que a expressão actual desta inovação significativa). Passa a ser língua que, em princípio, todos podem ler e falar.

Nos novos códigos já não é em nome dos deuses que o legislador fala, mas em nome da comunidade popular.

- Por último, **há inovação nos princípios de governo, surgindo o interesse público e o sufrágio.**

A lógica dos direitos públicos inerentes à fortuna não desaparecem, de imediato, com a alteração da raiz daquela.

Só que as prescrições de interesse público já não são tão absolutas como as que brotam da religião. Por isso, todas elas podem ser discutidas e postas em causa, nascendo a ideia (**absolutamente inovadora para a época**) de que o melhor modo de saber o que os cidadãos pensam a este propósito é consultá-los.

Nasce assim, a democracia, de que a Ateniense é o exemplo mais paradigmático e mais dissecado, até pelo seu resultado final com o aparecimento de tiranos populares.

Alguns críticos históricos acham que terá havido «excessos de democracia». A esse propósito, F. de Coulanges refere mesmo que a «democracia ateniense não podia existir senão sob condição de trabalho incessante para todos os cidadãos, por pouco que o zelo afrouxasse, ela acabaria, pouco a pouco, por perecer ou se corromper».

1.1.6. O DESAPARECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL (CENTRADA NA CIDADE)

Como já referimos, os antigos não concebiam outra organização política para além dos limites da cidade. As revoluções descritas no ponto anterior, deixando cair a fundamentação sagrada da política, abrem as portas a outro

tipo de organização que supera e substitui a anterior, de que o Império Romano foi um exemplo.

Como refere F. de Coulanges, «está, pois, averiguado que os povos, à medida que entravam para o Império Romano, perdiam a sua região municipal, o seu governo e o seu direito privado. Roma, no entanto, moderava bastante aquilo que a sujeição tinha de destrutivo, por serem dados direitos de cidade aos outros».

Em traços breves, as razões para esse desaparecimento, para além das revoluções já referidas, foram, fundamentalmente, o aparecimento de novas crenças e o fecundo desenvolvimento da filosofia, com reflexões profundas sobre a natureza da política e da organização da sociedade, com particular referência ao Estado. Sócrates, Platão e Aristóteles são a expressão máxima desta alteração radical.

A par das modificações políticas, o aparecimento do **cristianismo** altera profundamente os fundamentos religiosos da sociedade, não sendo de estranhar que F. de Coulanges associe aquilo que considera a vitória do cristianismo com o fim da sociedade antiga.

É que o cristianismo, ao mesmo tempo que muda a relação do homem com Deus, trouxe ainda outras inovações.

Em particular, deixou de ser uma religião doméstica ou posse específica de alguém, uma vez que para Deus não há estrangeiros.

Além disso, o sacerdócio deixou de ser hereditário, porque a religião já não é um património, o que deixa uma abertura total à democratização do sacerdócio e à sua desvinculação do poder político.

Esta é, de facto, a essência do cristianismo e o seu grau profundamente inovador que os Estudos de Caso que relevamos bem ilustram.

ESTUDO DE CASO



A infracção das leis judaicas

«Num dia de sábado, indo Jesus através das searas, os discípulos puseram-se a colher espigas pelo caminho. Os fariseus diziam-lhes: Repara! Porque fazem eles ao sábado o que não é permitido?»

(...) Ele (Jesus) disse-lhes: “O sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado...”»

Marcos, 2, 23-24 e 27

ESTUDO DE CASO



O tributo a César

«Enviaram (a Jesus) alguns fariseus e partidários de Herodes, a fim de o apanharem em alguma palavra. Aproximaram-se, disseram-lhe: “Mestre, sabemos que és sincero, que não te deixas influenciar por ninguém e porque não olhas à condição das pessoas, mas ensinas o caminho de Deus, segundo a verdade. Diz-nos, pois, é lícito ou não pagar o tributo a César? Devemos pagar ou não?”

Jesus conhecendo-lhes a hipocrisia, respondeu: “Porque me tentais? Trazei-me um denário para eu ver.” Trouxeram-lhe e Ele perguntou: “De quem é esta imagem e esta inscrição?” Responderam: “De César.” Jesus disse: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.”»

Marcos, 12, 13-1-27

O estudo de caso «O tributo a César» mostra bem que Jesus não quer qualquer confusão entre o domínio político e a esfera religiosa, algo nem sempre compreendido pela Igreja Católica, desde Constantino. O estudo de caso «A infracção das leis judaicas» dá corpo à ideia de que, ao contrário dos antigos, a religião é algo que tem a ver com o coração, atemporal e independente do espaço, podendo ser universal, deixando cair, de novo, a ligação entre a urbe e a religião, do mesmo passo, reforçando a separação entre a religião e o poder político, não impondo, portanto, qualquer organização específica à cidade.

Estava definitivamente ultrapassada a ligação religião/cidade e a imposição daquela à organização da cidade, pelo menos em princípio.

O desenvolvimento da história, sem esquecer o momento actual, mostra bem que se assim foi, no plano dos princípios, não o foi na prática tanto por responsabilidade (grande) dos poderes religiosos (sempre que se assumiram como poderes em lugar de desinteressados servidores dos cidadãos), como dos poderes civis (alguns deles até confessadamente ateus), quando o apoio das igrejas para os seus desideratas políticos lhes foram convenientes.

Algo, no entanto, permanece inquestionável: a religião já não configura a cidade e ainda bem. Contudo mal anda a cidade se esquecer o fenómeno religioso, porque isso significa ignorar uma parte significativa das motivações (menos das práticas) dos cidadãos.

1.2.

 DA CIDADE DA IDADE
 MÉDIA À CIDADE
 NA GLOBALIZAÇÃO

Num interessante artigo publicado na revista *Esprit* (Março/Abril 2004), Claude Lefort acaba por referir um hiato na evolução da organização da cidade depois da queda do Império Romano do Ocidente, pondo em cau-

sa que a raiz das cidades actuais seja a cidade antiga e, em particular, aquela cujo nascimento e evolução descrevemos no ponto precedente, ou seja, baseada nas experiências grega e romana.

Refere C. Lefort: «Tão grande foi a atracção exercida pelas cidades da Antiguidade na época dita renascentista que se foi tentando encontrar nelas a origem da civilização europeia», para logo acrescentar: «Contudo, a atenção dirigida às origens da civilização europeia não dispensa a percepção da descontinuidade histórica que se desenrolou no continente europeu. Foi precisamente a ideia desta descontinuidade que nos induziu à concepção do nascimento e do desenvolvimento de uma nova forma de vida urbana a partir do século XII».

Invoca o historiador Aldo Schiavone (2003), afirmando que este sustenta, ou pode mesmo dizer-se que demonstra, com base em documentação de uma riqueza excepcional, que se forjou no final da Idade Média uma civilização essencialmente diferente da da Antiguidade. Segundo Aldo Schiavone «as cidades que tomavam corpo – seja as cidades completamente novas (...) seja as que se desenvolviam sobre um local preexistente romano – representavam um ponto de partida completamente inédito».

E acrescenta: «as nossas cidades de hoje, na Europa, são, sob muitos aspectos, a continuação directa daquilo que eram na Idade Média».

Um não historiador, como nós, perguntar-se-á com perplexidade: mas a Idade Média não se seguiu à Antiguidade, alterando, naturalmente, alguns padrões preexistentes, sem que isso legitime uma **refundação** ou **inovação radical**?

Para estes autores parece que não, pois Claude Lefort afirma que Schiavone apreciou essa alteração não meramente em termos quantitativos mas numa perspectiva de teoria do desenvolvimento, em termos verdadeiramente qualitativos vendo nela até uma certa involução: «a “retoma medieval” efectuou-se a partir de um nível muito mais baixo do que já tinha existido anteriormente, tanto do ponto de vista da amplitude das trocas económicas como da organização da sociedade».

A aceitação deste posicionamento seria, da nossa parte, uma incongruência, face ao desenvolvimento que demos à criação e à (r)evolução da cidade

antiga, mostrando já se encontrarem nela muitos elementos que hoje, em pleno século XXI, desafiam a inovação necessária para a organização da cidade.

Isso não significa pôr em causa o papel central da Idade Média na evolução da organização da sociedade europeia, tal como ela é descrita por estes autores.

O que entendemos é que é uma análise parcial das influências sobre a actual organização da sociedade e, muito particularmente, da cidade actual e do seu papel no contexto da globalização em curso.

Aliás, o que é o Renascimento senão a recuperação dos valores perdidos nessa involução? E o Renascimento não marcou a sociedade actual? E a organização das cidades?

Na mesma revista (*Esprit*) Olivier Mongin, num controverso artigo, após invocar a cidade judaica como um lugar que era antes de tudo um lugar de refúgio e de acolhimento (e que crucial é não esquecer o peso desta civilização na evolução do Ocidente, até porque a sua visão monoteísta, mesmo confundindo religião com Estado, evitou que a sua organização social passasse pela fase de criação de deuses cada vez mais poderosos), centra-se na Antiguidade Clássica e pergunta-se:

«Se a invenção da política é claramente grega, a cidade grega é ela um modelo absoluto? E que cidade se inventará com base nela? Uma cidade colocada sob o signo da isonomia, da igualdade entre os cidadãos. Uma cidade que é, antes de tudo, um espaço de oposição dos cidadãos uns perante os outros. Mas esta cidade fortemente igualitária é um espaço que favorece a indiferenciação. A cidade igualitária, aquela cujos membros compõem um só e mesmo corpo, é um corpo único que se exprime por um espaço público indiferenciado. A isonomia é uma cosmologia e uma geometria. Com Clístenes e a sua reforma, segundo J. P. Vernant, “a *polis* tende a assumir a forma de um universo sem estados nem diferenciações”. Quanto a Platão, ele imagina mesmo nas suas *Leis* que os camponeses, os que vivem fora da cidade, não podem ser distinguidos dos cidadãos».

Terá sido esta a razão para a queda da democracia de Atenas e para a inovação que o Renascimento trouxe a partir desta visão da cidade grega (sobretudo Atenas)?

Segundo O. Mongin a emergência das sociedades renascentistas, em comparação com as gregas, resulta de uma inovação caldeada no húmus do humanismo republicano ou humanismo cívico (e alguém pode esquecer a semelhança entre a Cidade-Estado grega e as Repúblicas Italianas da Época Renascentista – Veneza, Génova, Florença?): «a divisão do corpo urbano é a condição essencial à existência da vida pública. Ela consiste, em contraste com a indiferenciação da cidade grega da época de Clístenes, em tornar possível diferenciações e divisões, isto é, uma conflitualidade política no seio do espaço urbano».

E conclui: «Se a dimensão cívica é central e se apoia sobre as referências a Roma, à urbe romana, ou a cidade grega, este Renascimento apresenta uma ruptura no plano da condição urbana».

Pergunta-se, então: «Qual é o sentido desta ruptura histórica?» E invoca o pensamento de Maquiavel para responder: «A cidade moderna caracteriza-se pelo desmembramento do corpo unificado (...) criando a sua diferenciação e divisão.

Ora, é a emergência da política e a autonomização de um espaço público (que interdita o Estado despótico) que torna possível a autonomia de outras ordens, como sejam, os domínios jurídico, estético, moral, educativo (...).

Estes posicionamentos mostram, no fundo, que, como era de prever, a organização da sociedade e das cidades vai-se alterando ao longo do tempo, sofrendo múltiplas influências, havendo, por isso, claras distinções entre elas, quer pela sua antiguidade de fundação, quer pelas ocupações sofridas.

A fundação das cidades portuguesas (ver «Estudo de Caso» «A cidade em Portugal») revela bem quão diferentes são, em espaço geográfico tão restrito, as características das urbes com óbvias incidências na organização da cidade.

ESTUDO DE CASO



A cidade em Portugal – uma geografia urbana

«Em Portugal “cidade” refere-se a um aglomerado populacional que a dada altura foi elevado a esta categoria por uma entidade político-administrativa (Rei ou Parlamento).

(...) Em todas as épocas se fundaram cidades para exercer a administração e controlar territórios, pelo que as criações urbanas acompanharam a expansão dos impérios e a consolidação dos Estados (...)

Também se fundaram novos aglomerados em épocas de crescimento populacional importante, quando o território se torna escasso para garantir o sustento das cidades já existentes e se procede à colonização e ao desbravamento de novas terras...

Na Idade Média peninsular é frequente associar o fenómeno de criação de “vilas novas” com a Reconquista, isto é, com a necessidade de repovoar terras devastadas pelas guerras ou de assegurar a defesa das terras fronteiriças.

Nesta corrente se filia O. Ribeiro, a propósito da fundação da Guarda por D. Sancho I, em 1199. De modo idêntico se pode situar a criação de Vila Real.

Há cidades para as quais não se sabe em que data nem por que meio adquiriram esse estatuto. Possivelmente não chegou a haver nenhum documento que marcasse o início do seu período urbano, sendo como tal consideradas desde que lhes encontramos referência. Estão neste caso, Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Évora, Lamego, Viseu e Silves.»

In *A Cidade em Portugal – uma geografia urbana*, de Teresa Barata Salgueiro, 1992

Mais do que isso! As cidades mais antigas acabam por apresentar em sucessivas «camadas» as influências sofridas ao longo dos tempos. Uma ilustração paradigmática é a evolução de Paris, magistralmente descrita por Victor Hugo (ver «Estudo de Caso» «O crescimento de Paris»). Anote-se, em particular, as três divisões da cidade, cada uma delas correspondendo, afinal, a uma fase de evolução da cidade, com predomínio de uma visão urbana específica, mas cujo conjunto forma a unidade da cidade moderna, num contexto de democracia que clama por inovação, para além do maquiavelismo descrito. De novo, a cidade antiga pode dar um novo contributo, mesmo através do fracasso da aplicação da democracia em Atenas, por alegado excesso de igualitarismo.

ESTUDO DE CASO



O crescimento de Paris

«(Filipe Augusto) encarcera Paris numa cadeia circular de tons formidáveis e sólidos. Durante mais de um século, as casas acotovelam-se, comprimem-se, acumulam-se e sobem de nível nessa bacia como água num reservatório. Começam a tornar-se profundas, sobrepõem-se andares, marinham umas pelas outras, brotam para o alto como as selvas comprimidas e é ver quem levantará a cabeça acima da dos outros para ter um pouco de ar.

A rua, mais e mais se cava e se aperta: as praças obstruem-se e desaparecem. As casas, enfim, transpõem o muro de Filipe Augusto e disseminam-se, alegremente, pela planície, sem ordem, de esguelha, como foragidas. Ali instalam-se, talham jardins nos campos, põem-se à vontade. A partir de 1397, a cidade alastrou por forma tal ao arrabalde que se fez mister uma nova barreira, principalmente na margem direita; Carlos V mandou-a construir.

Sucedede, porém, que uma cidade como Paris está em constante crescimento. Só dessas cidades é que se fazem as capitais. São as centrais a que afluem todas as vertentes, geográficas, políticas, morais, intelectuais dum país, todas as inclinações naturais de um povo; por assim dizer, poços de civilização e também esgotos, onde o comércio, a indústria, a inteligência, a população, tudo o que é seiva, tudo o que é vida, tudo o que é alma numa nação, se infiltra e se amalgama incessantemente, gota a gota, século a século...

No século XV Paris estava ainda dividida em três partes completamente distintas e separadas, tendo cada uma a sua fisionomia, a sua especialidade, os seus privilégios, a sua história: a "Cité", a "Universitê" e a "Ville".

Cada uma das três divisões de Paris era uma cidade, mas uma cidade muito especial para ser completa, uma cidade que não podia passar sem as duas outras. Por isso, três aspectos perfeitamente diversos. Na Cité abundavam as igrejas, na Ville os palácios, na Universitê os colégios».

In *Nossa Senhora de Paris*, Victor Hugo

Esse igualitarismo é reafirmado por Olivier Mongin, mas, quanto a nós, com um erro claro de interpretação que desafia o novo governo da cidade democrática.

De facto, ele considera que foi a **isonomia** que conduziu à indiferenciação e à ausência de tensão criativa na cidade. **Só que define isonomia como a igualdade entre os cidadãos, quando na realidade a isonomia é o substantivo abstracto ligado ao adjectivo isónimo que, em grego, quer dizer (ver *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*) «que goza de direitos iguais; fundada na igualdade de direitos, democrático».**

E esta é a grande confusão e, simultaneamente, o grande desafio das cidades democráticas: não identificar a igualdade de direitos (uma condição de partida) com a igualdade dos cidadãos (uma condição de chegada), pois a liberdade de uso desses direitos leva, necessariamente, à diferenciação.

O desafio é que essa diferenciação não leve, como tem levado, à marginalidade e à exclusão de cidadãos que, afinal, deixam de o ser, tal como o não eram os «estrangeiros» ou «a plebe» na cidade antiga.

É por isso que não é de estranhar a conclusão do artigo de O. Mongin, que partilhamos inteiramente: «Não há uma cidade ideal que seja o bom modelo de cidade, sendo necessário tirar partido de uma interrogação sobre a condição urbana para reflectir sobre a cidade num mundo que se diz em rede. Paradoxalmente, este indo contra a ideia da cidade-rede de antanho (também aqui não há novidade pois as redes de cidades já existiram na alta Idade Média), pode ir contra a “condição urbana” e a “democracia” instituindo “cidades globais” que se comportam como estados interligados entre eles, com Estados que não se guerreiam entre si, mas ignoram tudo o que lhes é exterior. É a política de segurança que acompanha a estruturação da rede, sem que se conceba qualquer transição, em particular a existência de qualquer capacidade de acolhimento de quem vem do exterior».

É o regresso, com ou sem rede, à ideia de cidade como núcleo central de organização social (e territorial?), emulando bem, e de novo, a cidade antiga, embora as perspectivas descritas conduzam a algo por nós inaceitável e, conseqüentemente, exigindo uma inovação sociológica e política que emende os resultados que são augurados.

O mais curioso é que o próprio Claude Lefort, que nega (ou reduz a um mínimo negligenciável) a influência da cidade antiga na cidade actual, avançando com o peso da cidade e, mais correctamente, da organização medieval, termina o seu artigo de uma forma algo surpreendente:

«Desta breve incursão na história das cidades, não sonho tirar qualquer conclusão que me permita avaliar o projecto de uma constituição europeia. Espanto-me, somente, que os seus defensores e os seus adversários, na discussão actual, se refiram apenas ao Estado-Nação como se ele tivesse sido, segun-

do uns, “a forma finalmente encontrada” (cito Marx que celebrava a Comuna de Paris) de comunidade política e como se se tornasse, aos olhos dos outros, uma etapa no estabelecimento de uma nova estrutura democrática.»

De onde vem a surpresa? Da sugestão implícita que é a organização em Estado-Nação que é, verdadeiramente, a herdeira da organização sociopolítica medieval, bem mais do que a organização da cidade, cuja preponderância e autonomia diminuiu a partir da Idade Média a favor do Estado, até há pouco tempo, ao contrário do que sucedia com a Cidade-Estado antiga. Mas não será que esta está a ressuscitar, com novos contornos, claro, conforme afirma Mongin e o estudo de caso sobre a posição de cidades europeias ilustra (por cima dos seus próprios Estados nacionais)?

Aliás, mesmo do ponto de vista político, de visibilidade e de poder, não é mais relevante ser Presidente de Câmara (para usar a designação portuguesa) de uma grande cidade do que Ministro de qualquer Estado europeu?

ESTUDO DE CASO



O «sim» ao tratado constitucional de sete presidentes de Câmara de grandes capitais europeias

«Nós dizemos “sim” porque este tratado faz avançar os valores de democracia que unem os nossos povos. Pela primeira vez na história da Europa, os Chefes de Estado e do Governo dos Países-Membros concordaram em dotar a União de um tratado constitucional que permita clarificar os mecanismos de decisão e de reduzir um défice democrático que os nossos concidadãos criticaram com frequência (...) Se nós apoiamos este tratado é também porque, pela primeira vez, ele fez referência à autonomia local e regional, acompanhando assim o combate dos eleitos de proximidade pelo reconhecimento das autoridades locais no seio das instâncias internacionais.

As cidades e as regiões são finalmente reconhecidas como parceiros de parte inteira. A coesão territorial torna-se um dos objectivos da União (...)

É neste espírito que convidamos as nossas concidadãs e nossos concidadãos a seguir-nos nesta via: a da Europa do progresso.

Bertrand Delanoe, Presidente de Câmara de Paris, Ken Livingstone, de Londres, Walter Veltroni de Roma, Klaus Wowereit de Berlim, Joan Clos de Barcelona, Mickaël Häupl de Viena e Annika Billström de Estocolmo.»

Le Monde (12.12.2004)

Não pode deixar de se salientar que a carta apresentada parcialmente no estudo de caso está subscrita pelos presidentes das Câmaras das capitais dos

grandes países da Europa e Barcelona é tratado por «capital» não tendo o presidente da Câmara de Madrid assinado a referida carta.

As cidades formam assim uma rede espontânea comungando de um objectivo que não é claro que seja também comum aos países a que pertencem.

Que consequências tem este facto para a organização da cidade?

1.3.

A CIDADE DO SÉCULO XXI

Não deixa de ser um símbolo que o Conselho Europeu de Urbanistas procurando uma visão sobre as cidades do século XXI tenha elaborado a Nova Carta de Atenas 2003. Atenas, cidade

de referência da Antiguidade, recebe a reflexão dos urbanistas europeus em busca da cidade do futuro.

Na Introdução do referido documento salienta-se que a visão assenta, essencialmente, em redes de cidades em que estas:

«Conservarão a sua riqueza cultural e a sua diversidade, resultantes da sua longa história;

Ficarão ligadas entre si por uma multitude de redes, plenas de conteúdos e de funções úteis;

Permanecerão criativas e competitivas, mas procurarão simultaneamente a complementaridade e a cooperação;

Contribuirão de uma maneira decisiva para o bem-estar dos seus habitantes e, num sentido mais lato, de todos os que as utilizam.»

A leitura destas características esperadas da cidade do século XXI enfatiza a nossa observação sobre a diversidade das cidades, com diferentes desafios à aplicação e desenvolvimento de inovações específicas, ao mesmo tempo que vinca bem o papel do processo histórico na sua configuração do futuro.

Salientam a sua ligação em redes trazendo para a ribalta o problema da gestão eficiente dessas redes e, do mesmo passo, a ameaça de exclusão de todos aqueles que não estão nas redes ou que a elas não podem aderir.

Numa outra linha fazem apelo, implicitamente, ao conceito de *co-opetition*, em que a cooperação é condição de incremento da competição e de melhoria da *performance* das cidades. Aliás, as redes são, por si mesmas, um processo de partilha e portanto de cooperação, sendo um desafio saber como aumentar essa partilha de um modo simétrico e, simultaneamente, incrementar a competição entre os nós da rede, de forma a otimizar os resultados globais.

O último ponto descreve claramente a **cidade aberta**, isto é, aquela que não está apenas ao serviço dos seus cidadãos, mas dos cidadãos do mundo, como se impõe na era da globalização. Suprimem-se os estrangeiros da cidade antiga e mais do que a cidade-refúgio, de tipo judeu, ela é uma cidade do mundo, onde o bem-estar dos visitantes, trabalhadores temporários ou turistas («os que a utilizam») é também decisivamente uma preocupação de toda e cada cidade.

Os estudos de casos, simples, que se apresentam procuram exemplificar a conjugação entre cooperação (a *co-opetition*) e a relativa dificuldade e consequente desafio à inovação, de se servir, ao mesmo tempo, os seus habitantes e aqueles que a visitam.

ESTUDO DE CASO



A «co-opetição» no turismo

No final da primeira década de 90 do século XX, um dos autores foi convidado a participar numa mesa redonda sobre marketing do Turismo, realizada em Vilamoura, em Janeiro, na sequência de um estudo sobre a situação das empresas de turismo que tinha realizado. Apesar dos protestos de que não era especialista não se pôde furtar à presença. Para não «estar em branco» fez umas observações e umas quantas pequenas entrevistas.

Verificou, sem espanto, confesse-se, que os diversos empreendimentos turísticos, desde os apartamentos, aos hotéis, passando pela restauração, eram muito pouco simpáticos uns para os outros, comentando desfavoravelmente as *performances* dos seus concorrentes locais aos operadores que preparavam os seus planos turísticos. Como quase todos procediam da mesma maneira, era óbvio que criavam aquilo que podemos referir como uma sinergia informativa negativa, dando uma má imagem de conjunto da zona turística, que se podia voltar contra os interesses de todos.

A sugestão óbvia foi de que isso era um erro. Todos tinham um interesse comum: apanhar os turistas na zona e, para isso, teriam de cooperar na criação de uma boa imagem de todos e até na troca de informações e partilha de turistas quando tivessem *overbooking* para não os deixar fugir.

A competição (baseada na ideia de «que todos somos bons mas eu ainda sou melhor») teria então lugar com óbvia melhoria do atendimento ao turista e potencial criação de uma ligação futura.

Era, no fundo, a antecipação do conceito de *co-opetition* que também deve presidir (e mal é quando não preside) à lógica da criação e da actuação das Associações Empresariais e Profissionais.

ESTUDO DE CASO



Cidade aberta ou cidade fechada

Em Setembro de 1974 estivemos na Erasmus University de Roterdão, num estágio de quinze dias sobre planeamento urbano e regional, que nessa escola tinha um corpo de investigação notável.

Deslocámo-nos de automóvel, tínhamos um excelente mapa das ruas de Roterdão, mas por causa dos sentidos proibidos e dos sentidos obrigatórios, só conseguimos parar em frente do hotel previsto após muitas voltas e muitos esforços.

Quando, no dia seguinte, nos apresentámos para o estágio, perguntaram-nos como tinha sido a chegada e, com um ar manifestamente crítico, queixámo-nos das dificuldades encontradas.

Com grande desconforto, fomos informados que o Instituto em que estagiámos tinha sido o autor do estudo que estabeleceu a lógica de circulação na cidade, tendo-nos sido explicado esse modelo e afirmando que isso era natural porque o desenho de tráfego fora concebido para os seus habitantes que estavam a fluir muito bem. Os turistas, não habituados ao esquema, estavam a ter, de facto, dificuldades.

É que o modelo, baseado no conceito de entropia, tinha sido concebido a partir de exaustivos questionários aos habitantes e aos seus desejos e necessidades de circulação, procurando maximizar a liberdade de circulação dos habitantes, sem uma atenção específica aos «de fora».

Em dois ou três dias pudemos verificar que assim era, de facto, e que percebido o modelo de circulação tudo era fácil.

É um caso típico de inovação ao serviço do cidadão, mas não necessariamente de uma cidade aberta.

Na Nova Carta de Atenas 2003 faz-se um diagnóstico cauteloso da cidade actual e optimista do futuro, sob o interessante conceito de **cidade coerente**.

No diagnóstico sintético afirma-se:

«Na segunda metade do século XX foram proferidos inúmeros prognósticos pessimistas sobre o futuro das cidades europeias. Foram previstas baixas de produtividade, abandono e implosão das zonas urbanas centrais, criminalidade desenfreada, aumento das taxas de poluição e de degradação ambiental para níveis dramáticos, assim como a perda de identidade. Felizmente, esses vaticínios não se materializaram verdadeiramente, apesar de ser evidente que, no princípio do século XXI, as cidades do Velho Continente estão longe de serem ideais, ainda mais quando confrontadas com os enormes desafios a que terão de fazer face.

Como resposta, o Conselho Europeu de Urbanistas propõe a sua visão, no limiar do novo milénio. Esta visão não é nem uma nova utopia, nem uma projecção delirante de inovações tecnológicas.

Esta visão centra-se na cidade coerente.»

Apresentam, depois, várias características que constituem o que podemos chamar uma quase-matriz de coerência, designadamente, os seguintes vectores:

- **Coerência social**, com as componentes de **equilíbrio** entre grupos sociais e culturais, o **envolvimento** que, no fundo, traduz a cidade aberta ao espaço circundante e ao mundo, a **riqueza multicultural**, a **identidade social**, os **fluxos e mobilidades** e os **equipamentos e serviços** planeados para servirem as outras componentes;

- **Coerência económica**, com as componentes **globalização**, **regionalização**, atentos os seus *trade-offs* e a **diversidade económica** que põe em causa a especialização das cidades e que traz alguma perplexidade, particularmente na perspectiva de rede que, assim, se não perfila como uma rede de funções especializadas, mas de nós multifuncionais.
- **Coerência ambiental**, com os vectores balanço de **input-output dos recursos naturais**, **cidades saudáveis** centradas no desenvolvimento sustentável, com **paisagem natural e espaços livres urbanos**, através da utilização de novas formas de energia e de um modo mais racional.

Esta matriz de características que a Nova Carta considera ter «uma forte influência e grande impacte sobre o urbanismo e sobre o desenvolvimento e ordenamento do território», serve de base àquilo que é designado por **coerência na utilização do espaço**.

Se esta vertente de coerência é relevante, não deixa de ser interessante verificar que a Carta antecipa, ainda que sem igual visibilidade, aquilo que designa por coerência no tempo, de cuja descrição salientamos, pelo vigor que confere à abordagem por nós privilegiada:

«As cidades europeias distinguem-se dos aglomerados urbanos, de grande parte do mundo, pelo seu longo período de desenvolvimento através da história, que reflecte as características das estruturas políticas, sociais e económicas das nações.

A História e esta diversidade modelaram as suas diferenças.

A cidade do século XXI torna-se cada vez mais difícil de discernir, porque as actividades humanas, que se localizavam nas cidades, se estenderam e espalharam para os espaços que as rodeiam, alastrando-se para os espaços rurais e espaços anteriormente naturais. As redes de transporte e outras infra-estruturas construídas para ligar estas actividades dispersas fragmentam e degradam o espaço – o principal recurso natural não renovável. Lenta, mas inexoravelmente, novas redes complexas ligam pequenas e grandes cidades entre si, criando contínuos urbanos já perceptíveis em inúmeras partes da Europa, onde as cidades clássicas se transformam em simples componentes de novas redes informais. **Os efeitos prejudiciais de uma tal tendência devem ser inevitavelmente abordados numa visão de futuro para a cidade (mais um desafio à inovação).**

(...) O passado oferece-nos lições de grande valor para o futuro. Assim, relativamente a determinados aspectos, a cidade de amanhã já existe hoje.»

Naturalmente que o que existe vai ser modificado e é nessa modificação que surge o conceito de coerência, com todas as vertentes atrás focadas.

Para o desenvolvimento coerente dessas vertentes surgem desafios ao nível da cidade, identificados na Nova Carta de Atenas 2003, que são ver-

dadeiras linhas guia para condução da inovação ao serviço da cidade, das quais salientamos:

- ***no campo das alterações económicas e tecnológicas***

«As qualidades culturais, assim como as ambientais, serão progressivamente reconhecidas como factores competitivos importantes para as cidades. A identidade histórica específica e as qualidades de cada cidade terão um papel decisivo no seu desenvolvimento. De entre todos os seus objectivos, as cidades terão necessidade de desenvolver aqueles que melhor lhes permitam assegurar a sua prosperidade num contexto de redes de cidades que se desenvolverão a diferentes escalas, produzindo novas formas de cooperação. **Um desafio importante consiste em atingir este objectivo, assegurando que a maior parte da população se sinta total e activamente incluída.**»

- ***no campo das alterações ambientais***

«Encontrar meios financeiros para realçar e proteger os espaços naturais e a biodiversidade é uma importante tarefa a cumprir. **A perenidade da agricultura nas franjas urbanas é essencial ao equilíbrio da cidade** (veja-se a visão de Platão quando não distinguia, do ponto de vista do Direito da Cidade, os camponeses dos habitantes da cidade).»

- ***no campo das alterações urbanas***

«Devem ser aplicados os novos desenvolvimentos tecnológicos nas comunicações, na informação e nos transportes, de tal modo que os cidadãos e a vida na cidade no seu conjunto deles beneficiem. Novos equilíbrios entre os objectivos históricos e culturais e a tecnologia terão como resultado a criação de novas indústrias urbanas, mais atraentes. **Não há que hesitar em utilizar todos os desenvolvimentos tecnológicos possíveis para apoiar o desenvolvimento sustentável e a perenidade das cidades no futuro.**»

«São necessárias novas regras para o desenho e composição urbana, onde as partes antigas e novas das cidades devem ser planeadas de maneira coerente para oferecer soluções apropriadas, ligando sempre o passado ao futuro (...)

Ao mesmo tempo é preciso lembrarmo-nos de que um número significativo dos utilizadores não vive nas cidades. Para estes é importante oferecer ambientes e serviços de alta qualidade.»

Esta visão e os desafios que ela comporta não contemplam integralmente todos os desafios que as cidades do futuro põem, até por se limitarem às cidades europeias (e, aparentemente, às mais evoluídas), alienando desafios que a globalização impõe, até porque as redes de cidades dificilmente se confinarão à Europa.

Aliás, se outro motivo não houvesse, a responsabilidade social da Europa face a outras regiões do Mundo impõe uma atenção específica aos seus problemas e a soluções inovatórias que lhes respondam.

INOVAÇÃO E CIDADE

O B J E C T I V O S

- Decodificar as diversas visões de inovação.
- Verificar a relação de ambivalência entre a inovação e a cidade.
- Compreender que a cidade é atravessada pelas consequências da inovação podendo ser tanto beneficiária como vítima delas.
- Intuir a necessidade de a cidade ser um exercício de síntese inovadora para o serviço da cidadania.
- Evidenciar uma abordagem nova à vivência na cidade, com o voluntariado no seu centro.

P O N T O D A S I T U A Ç Ã O

Na literatura e na prática moderna é patente uma ausência de investigação integrada em torno do tema «cidade». A cidade, muito em consequência da tradicional alergia dos economistas a colocarem o espaço (e também o tempo) como variáveis essenciais dos modelos que criam, não é um tema de inovação. O que é tema de investigação e conseqüente inovação são vertentes que dizem respeito à cidade, avulsamente, que a libertam ou a constroem, sem a tomarem como um ponto de partida ou ponto de chegada.

De facto, as definições mais usadas de inovação, mesmo quando confrontamos textos mais ligados à temática urbana e espacial, radicam basicamente na tecnologia, deixando para plano secundário os aspectos de organização e de comportamento das pessoas e das sociedades.

Não que estas últimas não sejam alvo de investigações temáticas específicas. Só que estas, normalmente, padecem do mal complementar – não têm em conta a influência que a tecnologia tem na organização das sociedades e, em particular, da cidade.

É esta discussão que entendemos evidenciar neste capítulo, discutindo as diversas abordagens à inovação e terminando com uma proposta de síntese de Peter Drucker que traz um elemento novo para discussão – o papel do voluntariado e das instituições não tradicionais e não lucrativas na criação (ou recriação) da «Cidade Civilizada».

O processo de inovação está cada vez mais centrado em contribuições de diversas áreas. Grande número de inovações surge nas interfaces resultantes de interações entre diferentes áreas. Apesar da aldeia global e da tentativa de desmaterialização total devida ao grande aumento da facilidade de comunicação, a reunião de pessoas, saber e estruturas num mesmo espaço físico é ainda, sem dúvida, necessária ao progresso e desenvolvimento de novas ideias, projectos, negócios. Assim, as cidades como ponto de encontro entre pessoas, tecnologias, estruturas, surgem como ponto fulcral do processo de inovação, uma vez que são o local por excelência da inovação.

Porém, as cidades não são só o local por excelência da inovação, elas sofrem também modificações devido ao processo de inovação onde quer que ele tenha origem.

Por isso mesmo, convém, no seguimento do capítulo precedente em que se procura evidenciar como a cidade se vai modificando por inovações ou sucessivas ou de ruptura, que não estão alienadas do pensamento dominante nos campos filosófico, social, político e religioso, para além, obviamente, do tecnológico, identificar quais as áreas de inovação que, actualmente, e no futuro, mais influência podem ter na reconfiguração da cidade.

2.1.

**DEFINIÇÃO
RELEVANTE
DE INOVAÇÃO**

Estando em causa um aspecto específico da inovação, a sua relação com a cidade, convém definir inovação para, a partir daí, estabelecermos as relações pretendidas.

Entendemos que nada mais adequado que ir procurar uma definição de inovação a um texto que tivesse um fundamento especial e geográfico, em artigo de Maryann Feldman, publicada no *Oxford Handbook of Economic Geography* (2000) encontramos, não exactamente uma definição simples, mas uma alargada análise conceptual:

A distinção mais simples é entre inovação de processo e inovação de produto.

A inovação de processo foca-se na incorporação de nova tecnologia nos métodos de produção.

Está habitualmente associada aos efeitos de produtividade a nível da empresa capazes de diminuir os custos de produção ou aumentar a qualidade do produto.

A inovação de produto foca-se na criação de novos produtos que vão desde uma mudança radical que cria novas categorias de produtos até melhoramentos simples, incrementais.

O que é curioso nesta tentativa de definição é o seu foco exclusivo na tecnologia e nos produtos, que se pode encontrar em qualquer manual de economia, sem qualquer referência à dimensão espacial.

Isto é tanto mais surpreendente quanto é certo que o objectivo deste artigo é o estudo da relação entre a localização e a inovação e, em artigo precedente, na secção específica deste *Handbook* «National and Localized Learning», Bergt-Ake Lundvall e Peter Maskell, a propósito dos sistemas nacionais de inovação, salientam que há mais de quarenta anos a teoria neoclássica dominante podia com rigor ser acusada nos termos em que Walter Isard o fazia: essa teoria residia «no país das maravilhas sem dimensão espacial». Mas os referidos autores acrescentam de imediato: «As coisas mudaram desde então, mas não muito». E a definição anterior dá-lhes razão. E a verdade é que eles próprios não dão um grande passo em frente pois todo o

fenómeno da inovação é canalizado ao nível do país e não vemos explicitamente qualquer diferenciação espacial, mesmo sendo certo que variáveis ligadas ao espaço, como as instituições que o geram e variáveis ambientais genéricas sejam referidas. É que, efectivamente, também a unidade de análise dos economistas clássicos foi o país, sem qualquer relevância das características do espaço que ocupava.

Do mesmo modo, M. Feldman, depois de definir inovação do modo referido, continua a desenvolver uma linha de abordagem que nada traz de novo em relação a qualquer texto típico de economia: na busca de dados empíricos para «medir» a inovação, lá vêm as patentes despesas em I&D, o número de empregados em actividades de I&D, o número de laboratórios, ou seja, como refere e bem, «conceitos que estão mais ligados aos *inputs* da inovação que aos seus verdadeiros *outputs*», com óbvia excepção das patentes que se tornam, assim, a única face visível e objectiva da inovação, assumindo, por isso, papel relevante nos trabalhos empíricos, independentemente das críticas legítimas que se fazem a essa abordagem.

2.2.

A LIGAÇÃO DA INOVAÇÃO AO ESPAÇO

Se nalguma coisa a localização e o espaço têm lugar, para além da mera identificação estatística dos locais de origem das patentes, é no que considera a distinção entre **a comercialização da inovação** (ou seja o processo

não-linear e interactivo de traduzir o conhecimento em valor económico, nas palavras de Kline e Rosenberg (1987), e o processo de difusão em que a inovação é adoptada pelos utilizadores. **E acrescentam: «Ambos os conceitos são processos económicos e sociais e cada um deles pode ter uma dimensão geográfica.»**)

Mas a influência da inovação na cidade, acaba por ser, nesse artigo, tal como no de Cristiano Antonelli no mesmo *Handbook*, bem mais diluída que a influência da organização da cidade na inovação. A parte mais visível da influência da inovação da cidade não é claramente distinguida da evolução do desenvolvimento económico da cidade, sendo que, aí, quando, finalmente, o espaço é tido em conta, essa influência aparece mais como um efeito externo do que objectivo central da própria inovação. Por outras palavras, não há uma estratégia de inovação dirigida à cidade! Há estratégias globais

de inovação que servem também a cidade e há organizações da cidade que são mais proficuas à inovação.

Isso é bem visível na *Business Week* (11.10.2004) que é dedicada à economia da inovação, sob a epígrafe «New Ideas and Technologies that are changing the world». Nessas novas ideias e prospectivas, o que emerge são os sucessos tecnológicos e funcionais, como a nanotecnologia, a biotecnologia, a energia, os automóveis, os medicamentos para combater o envelhecimento, a televisão, a alteração na gestão e na governação das empresas (e não das cidades) e quando aparecem referências às localizações, são sempre na perspectiva do desenvolvimento dessas tecnologias.

Sintomaticamente, num dos pontos do caderno sobre inovação, destaca-se o que a revista designa por «Voices of Innovation», em que, na linguagem escolhida, as «luminárias» se pronunciam sobre o capital de risco, I&D, genómica, educação, a Web e o aquecimento global entre outras.

Como se vê tudo vai ter influência decisiva na organização do espaço e da cidade, mas esta não é tida como matriz dessas transformações, embora tenha de incorporar algo que não foi desenvolvido a pensar nela.

Com maior rigor de avaliação podemos afirmar, sem grandes receios de equívocos, que a localização espacial, foi substituída pela preocupação com a localização virtual na Web o que é, francamente, castrador até porque as duas, se bem entendidas, podem conviver alegremente com vantagem para o cidadão.

Uma leitura extensa desses desenvolvimentos e das áreas privilegiadas de inovação deixam completamente sem qualquer resposta a melhoria do espaço e da cidade, como «objecto de culto» próprio.

Curiosamente, o corpo do cidadão, não só pela preocupação com a saúde mas também com a aparência, é alvo de grandes atenções e investigações, mas o cidadão, isto é, aquele que constitui e habita a cidade é esquecido.

Não resistimos a referir alguns extractos do editorial da *Business Week* que dedica o número do seu 75.º aniversário àquilo que designa pelo «poder da inovação».

«(Apesar dos seus avanços) a inovação permanece um enigma (...) Felizmente, aprendemos lições valiosas em anos recentes para alimentar a ecologia da inovação. Eis algumas delas:

- a inovação pode ser ensinada (...)
- a inovação pode ser gerida (...) o gigante produtor de bens de consumo Procter & Gamble, o produtor coreano de bens electrónicos Samsung têm-se reestruturado combinando as suas capacidades tecnológicas na química e na electrónica com novas práticas etnográficas e de com-

portamento retirados da antropologia e da psicologia para os colocar mais próximos das necessidades e desejos dos seus consumidores (...)

- a inovação pode ser estimulada (...)),

terminando com a visão seguinte:

«Num tempo de intensa divisão, com profundas linhas políticas e religiosas fracturantes e que dividem o mundo, a inovação pode posicionar-se como uma poderosa força integradora. Liga empresas, países e consumidores criando valor, resolvendo problemas e gerando riqueza.

Uma economia inovadora, exige que a sociedade seja aberta, dinâmica, educada, internacional e capaz de correr riscos. Se lhe derem uma hipótese, a inovação pode melhorar as nossas vidas.»

Para já não falar da visão mercantilista da inovação que subjaz ao texto, sempre concedemos que alguma preocupação social dele emerge (sob condição, é claro, de que o mercantilismo prevaleça), mas esse social não tem qualquer radicação no espaço nem, curiosamente, no tempo. Quase cinquenta anos depois, W. Isard continua a ter razão...

A visão estrita da ligação da inovação à tecnologia, aos produtos e processos (de fabrico, note-se) está na raiz desta posição absolutamente redutora.

A descrição da história da cidade antiga mostra bem que esta evoluía por inovações diferenciais e radicais que têm a ver com as crenças, a religião, a filosofia, a sociologia, as artes, a arquitectura, só para citar algumas áreas relevantes para além da tecnologia.

Definitivamente, a tecnologia e o mercado não podem ser os novos deuses sobre os quais se reconstituem as tribos e as cidades. Mas corre-se o risco que sejam!

2.3.

A INOVAÇÃO NO CAMPO SOCIAL E INSTITUCIONAL

A realidade, no entanto, impõe-se e para a modificar é preciso conhecê-la. Daí que seja uma evidência que as inovações vão influenciar as cidades e estas as inovações, num efeito de realimentação (*feedback*) que vai

ter uma importância decisiva quer sobre a maneira como a cidade se organiza, quer sobre a localização das cidades onde a inovação vai ocorrer privilegiadamente.

Mas estas são as relações «tecnológicas» da vertente inovação-cidade. A história do desenvolvimento da cidade mostra que as outras vertentes são

cruciais para que a cidade seja, ela mesma, um objecto de inovação e, por essa via, melhor incorpore as vertentes tecnológicas de inovação e melhor se apetreche para ser fonte também desse tipo de inovações.

A OCDE (2001) no seu livro *Devolution and globalisation*, tem um capítulo final que, de algum modo, condensa estas preocupações: «**Devolution is an opportunity for institutional and policy innovation**».

Trata-se afinal de trazer para o nível da cidade e da região uma capacidade de inovar em campos que não são meramente tecnológicos, mas em que a tecnologia não é neutra: ou se incorpora e é um vector importante dessa modificação ou se aliena e surge como um constrangimento ou uma restrição.

Estamos, no fundo, no campo da governação no seu aspecto específico do governo da cidade e da sua ligação a outros níveis hierárquicos de governação.

Já em ponto anterior haviam salientado que «as cidades e as regiões também necessitam de políticas para promover a coesão social, de tal forma que as pessoas e os lugares não sejam excluídos da actividade económica e social.

É importante que as cidades e as regiões usem estes instrumentos para introduzirem **estratégias de desenvolvimento inovadoras**, que sejam genericamente talhadas para as necessidades da sua área e que desenhem sinergias entre as diferentes actividades que promovem».

Mas, mesmo neste estudo, depois destes pressupostos, os autores caem de novo na discussão das condições da cidade para a inovação, bem mais que as características da inovação para a organização da cidade.

Os autores têm consciência desse «salto» pois terminam o estudo chamando a atenção para que «as administrações das cidades e das regiões devem, portanto, actuar em parceria com todas as outras instituições do seu território em ordem a planear, coordenar e implementar políticas de desenvolvimento. Estas redes institucionais desenvolvidas (para o nível da cidade) devem ser encaradas como um elemento crítico de capital institucional das cidades e regiões que requerem adequada alimentação e investimento».

E o elemento da característica do espaço local surge mais relevante na afirmação de que «**Diferentes cidades e regiões podem escolher diferentes trajectórias de desenvolvimento, dependendo das escolhas dos seus habitantes e das oportunidades disponíveis. Neste contexto, é muito importante compreender a economia territorial (...)**».

Isto não é mais que uma especificação de outra publicação da OCDE (2001 a) «OCDE Territorial Outlook») que termina com a frase seguinte:

«Uma das maiores inovações diz respeito às políticas relativas ao modo como os governos, a todos os níveis, podem aumentar a sua capacidade de planear, implementar e avaliar as suas influências nos enquadramentos temporais que melhor respondam à velocidade da mudança económica e social.»

Isto significa que a inovação dirigida à cidade e ao espaço está para além dos muros da tecnologia e da definição estrita com que iniciámos este capítulo.

Torna-se, portanto, fundamental, lembrar e promover as investigações e inovações ligadas às áreas de arquitectura, da organização social e do ambiente, entre outras, para que se possa ter uma visão abrangente da **inovação para a cidade**.

E ela tem-se feito em profusão, nos últimos anos, como a edição do *Handbook of Regional and Urban Economics* editado por P. Cheshire e Edwin Mills (1999), designadamente o terceiro volume (*Applied Urban Economics*) bem ilustra.

Mas se é facto que aí o espaço, nomeadamente, o espaço urbano, a sua evolução temporal, a relação com os espaços rurais envolventes estão presentes, também é nítido que são as variáveis clássicas da economia que predominam, com um claro défice das áreas institucionais e uma quase absoluta ausência de efeitos da tecnologia.

Esta pulverização de investigação sobre temas da urbe e da cidade, mas nunca, ou raramente, sobre o binómio urbe/cidade, isto é, conciliando o ordenamento espacial com a vida dos cidadãos, impede que, como com muita agudeza refere Jacques Donzelot (2004) que «nela se faça sociedade» (ver «Estudo de Caso» «Brasília»), ou seja, que ela seja a síntese coerente das diversas vertentes físicas, sociais e políticas que a atravessam, em particular quando, como refere a OCDE, se impõem a devolução às cidades para que a globalização não destrua a riqueza da diversidade das culturas humanas.

ESTUDO DE CASO



Brasília

Brasília, construída de raiz com vista a ser a capital do Brasil, foi planeada como um todo, tendo desde o início em conta as necessidades inerentes aos inúmeros ministérios e outras estruturas governamentais, bem como a população subjacente a estas estruturas que aí se deveriam localizar.

Na escolha da localização deste centro de poder administrativo esteve também, necessariamente, presente, a localização geográfica do mesmo pelo que Brasília se situa num planalto no centro do Brasil, de forma a facilitar o mais possível o acesso de todas as partes do país.

Se a atitude inovadora da criação desta capital de raiz resolveu muitas das possíveis dificuldades, nomeadamente ao nível dos acessos e da proximidade de localização e até equidade das diferentes estruturas de governo, algumas outras dificuldades se revelaram. O processo de inovação envolve sempre algum risco e, este caso não foi excepção.

O risco derivou da criação de uma cidade de raiz, ou seja, a cidade não foi crescendo com a vinda das pessoas, foi construída e depois vieram as pessoas. Este pequeno grande pormenor veio a revelar algumas fraquezas de Brasília no que diz respeito à vida da cidade – falta de um centro da cidade com vida (existem vários pequenos pólos sem grande capacidade dinamizadora) e dificuldade nas deslocações a efectuar na mesma sem recorrer a automóvel e/ou autocarro.

A experiência de Brasília foi, sem dúvida, um acto inovador de grandes dimensões, dado o país em causa, com o qual muito se aprendeu e aprende, e possibilitou já o remediar de algumas falhas identificadas em Brasília e noutras metrópoles recentemente criadas ou reestruturadas, com especial ênfase para o caso de Curitiba, que será apresentado no Capítulo 4.

2.4.

DESAFIO DAS NOVAS TECNOLOGIAS À ORGANIZAÇÃO DA CIDADE

Uma tentativa de resposta a esta ambição de síntese encontramos-na em Peter Drucker (2002) no capítulo 14, cujo título «Civilizar a Cidade» é uma expressão clara desse objectivo que o autor admite que assumirá uma prioridade de topo, especialmente nos países mais desenvolvidos. Só que nem

os governos nem os empresários podem proporcionar as novas comunidades de que todas as grandes cidades mundiais necessitam.

Isso é uma tarefa de organizações não governamentais e não lucrativas. Temos aqui um novo e profundo desafio às lógicas de governação institucionais sempre mais voltadas para os órgãos administrativos tradicionais.

Chama a atenção para que no início do século XX, viver na cidade era ainda a excepção, já que apenas 5% da população aí vivia. No fundo, uma cidade era, nas suas palavras, um pequeno oásis num universo rural. E se esta era a média mundial, mesmo nos países onde a urbanização mais havia crescido, como na Inglaterra e na Bélgica, a população rural ainda era maioritária.

Tudo se transformou no século XX e mesmo na Índia e na China onde a população rural é imensa, as grandes cidades crescem em número e em dimensão, a ritmo alucinante. Mesmo nos países em desenvolvimento, as pessoas que vivem no campo não esperam para se mudar para a cidade, mesmo quando não há empregos nem casas para as alojar.

O único precedente para uma transformação demográfica desta dimensão aconteceu há cerca de dez mil anos, quando os nossos ancestrais mais remotos deixaram a pastorícia e se fixaram na terra tornando-se pastores e agricultores.

Só que essa transformação ocorreu ao longo de milhares de anos e esta ocorre em menos de um século.

Na sociedade rural há muito pouca mobilidade e a pertença a uma comunidade é um dado adquirido para cada indivíduo, com todas as vantagens e convenientes que daí advêm.

Apesar de a sociedade rural ter sido apresentada sob um véu romântico há milénios, especialmente no Ocidente, ela está longe de ser idílica, porque no fundo é compulsória e coerciva e, mais do que isso, intrusiva. E é esta intrusão, esta intromissão permanente, mesmo que passiva, na vida de cada um que funcionou sempre como um incentivo para o sonho dos rurais se libertarem para a cidade.

Como refere um velho ditado alemão, «o servo que consegue fugir da terra e ser admitido numa cidade torna-se um homem livre. Torna-se um cidadão». E assim nasceu o véu diáfano da fantasia sobre a cidade idílica para o campestino como o meio rural já fora (se é que ainda não é, em muitos casos) o meio idílico para o habitante da cidade que se sente afogado na brutal concentração a que tantas vezes é submetido.

Os *trade-off* existem sempre e são inescapáveis: no caso da ruralidade, a companhia, a proximidade, paga-se com a intrusão e a falta de intimidade.

Em contrapartida, na cidade a ausência de intrusão e de coesão paga-se com a anarquia do anonimato (ver «Estudo de Caso» «Serviço de Segurança/Alarme à distância da PT»)

ESTUDO DE CASO



Serviço de Segurança/Alarme à distância da PT

Nas aldeias ou pequenos povoados qualquer estranho é notado e controlado, por vezes nem são necessários nomes de ruas ou números de porta pois o nome é suficiente para que o carteiro identifique o destinatário. Nas cidades, o número de pessoas e habitações, bem como o tipo de actividade, torna o tratamento impessoal, reduzindo muitas vezes as pessoas a números ou próximo disso. Os vizinhos passam a ser o vizinho do 2.º Esq. e não a Maria ou o Manuel. Este tipo de comportamento/vida nas cidades cria oportunidades na área dos serviços de segurança que se tornam mais relevantes quanto as pessoas passam mais tempo fora de casa e vivem muitas vezes sozinhas. As casas estão então completamente desabitadas durante grande parte do tempo. Com vista a responder à necessidade de controlo e, até, de aproveitamento dos equipamentos existentes em casa, têm sido desenvolvidos vários sistemas de controlo e interacção à distância e, nesta sequência, a PT lançou recentemente (Outubro 2004) um serviço que permite que o dono da casa seja avisado por telefone no caso de ter deixado uma torneira a correr, alguma coisa ao lume, o frigorífico aberto, etc.

Este produto da PT vem na sequência do projecto que tem vindo a ser desenvolvido denominado casa inteligente que apesar de ter características inovadoras tem já uma longa história, uma vez que a ideia da casa inteligente e automatizada do futuro tem uma história surpreendentemente longa (remonta a 1893, na revista *Answers*, antevendo o uso alargado da electricidade).

Tema integrante da literatura e do cinema, a casa inteligente tem sido um sonho há muito perseguido por investigadores de várias áreas. No entanto, parece que só agora, com a expansão da banda larga, o advento das redes sem fios e a proliferação dos telemóveis, é possível tornar o sonho realidade. Não se admire, portanto, que antes de meter uma colher de sopa à boca, ela lhe grite «está quente!».

Contudo, existem ainda vários obstáculos a ultrapassar, designadamente o de tornar os dispositivos de fácil uso e de interconexão simples.

É curioso comparar estas características com a visão da **aldeia global** – conceito desenvolvido por McLuhan – cuja invocação tem recrudescido no contexto da globalização crescente.

Se a sua visão estivesse verdadeiramente certa e esta aldeia reproduzisse, fielmente, as características da ruralidade atrás enumeradas, não haveria já cidade, só aldeia, o que não é, definitivamente, o caso. E, no entanto, a ideia de McLuhan pode ser certa, trazendo para a vida actual aquilo que a aldeia tem de pior: a intromissão permanente na vida do cidadão, a tal intrusão de que fala Peter Drucker. Só que em situação bem pior que a da aldeia tradicional: é que aí todos sabem de todos, numa quase completa simetria de informação. Agora, com os meios de comunicação e os Sistemas e Tecnologias de Informação criou-se uma grande assimetria em que há os que sabem e aqueles que são permanentemente vigiados, com a agravante de os que são vigiados não saberem quem os vigia, e o que deles sabem. É o *Big Brother* de George Orwell numa extensão e profundidade nunca por ele imaginada.

Afinal, que liberdade goza, verdadeiramente, o cidadão nesta «aldeia global» que é o mundo, cheio de cidades? Estamos aqui perante um desafio à capacidade inovadora de cada cidadão e da sociedade em geral para recriar os verdadeiros direitos de cidadania, que são os que se expressam em comunidade sim, mas em liberdade e com preservação da identidade e da intimidade.

Aliás, no seu livro, Peter Drucker aponta as grandes fragilidades na evolução da cidade, apesar de reconhecer os seus méritos.

Assim, se a cidade é o centro da cultura, o local onde os artistas e os académicos podem trabalhar e florescer, não é menos certo que a sua evolução se fez com muita «anomia» social e moral. Proliferam a prostituição, o banditismo e o marginalismo, bem como a exposição a doenças e epidemias.

É que a cidade pode ser destrutiva se não oferecer qualquer comunidade com sentido. E todos os seres humanos precisam de viver em comunidade. E quando não há comunidades marcadas por objectivos positivos e construtivos, surgirão comunidades destrutivas, de criminosos e até homicidas – os *gangs* da Inglaterra vitoriana e aqueles que hoje ameaçam o tecido social de muitas sociedades americanas e crescentemente das grandes cidades de todo o mundo são disso paradigma.

É este *trade-off* entre insegurança e o desejo da comunidade que Jacques Donzelot (2004) também assinala com grande acuidade, ao descrever a evolução da cidade entre muralhas, dentro das quais existia relação de confiança e de segurança (muitas vezes resultado do terror do dominado em relação ao senhor, permitimo-nos acrescentar) para cidade aberta ao ambiente rural circundante, vindo criar conflitos entre os burgueses e os pobres rurais que demandam a miragem da cidade:

«Para os cidadãos, os burgueses, a irrupção da população pobre faz com que a cidade se torne um espaço propício ao crime, enquanto que para essa população pobre, a cidade vai constituir o teatro onde poderá evidenciar a injustiça que lhe é feita. A história da cidade torna-se então a história da sociedade em construção, à medida em que se vai encontrando resposta a esta insegurança indissociavelmente civil e social, que atingiu o seu paroxismo no século XIX. Face a esta dupla insegurança, as respostas chegam no final desse século e em meados do século XX.»

Então o desafio é construir essas comunidades que muitas cidades, dado o seu modo de formação e crescimento, nunca conseguiram construir. Os indivíduos abandonaram as comunidades rurais que foram desaparecendo e a cidade, em muitos casos, não foi capaz de encontrar uma melhor oferta comunitária.

O desafio é, então, como refere Peter Drucker, substituir as comunidades tradicionais que a história revelou por novas comunidades livres e voluntárias, que ofereçam a todo e cada indivíduo na cidade, uma oportunidade de realização, de contribuição e de ser alguém.

Ora desde a I Guerra Mundial, situação que não se alterou, antes se intensificou após a II Guerra, a maioria dos países achou que essas comunidades se poderiam construir através dos chamados «programas sociais».

Mas o muito dinheiro que neles se empregou deu poucos resultados relativamente à criação de verdadeiras comunidades com as características atrás descritas.

Jacques Donzelot (2004), com base na experiência francesa, dá um retrato fiel destas tentativas, bem como a expectativas optimistas da década de 70 do século XX de que se tinha conseguido estender aquela comunidade fechada na muralha ao espaço alargado.

Em particular, lembra os programas de habitação social, que procuraram criar ambientes mais favoráveis ao trabalho que ao crime, a criação e o fortalecimento de esquemas de protecção social para a doença, desemprego ou envelhecimento e um esforço de escolarização de tendência universal que criava expectativas de poder subir na escala social.

Assim, nas suas palavras, «a cidade moderna, a cidade da industrialização, conseguia “fazer sociedade” pelo traçado funcional do seu espaço, o pôr à distância as classes antagonistas e os sonhos da promoção individual».

Em consequência, «a sociedade urbanizou-se quase totalmente. As classes médias desenvolveram-se consideravelmente. Os conflitos de classe perderam a sua acuidade. Eis que parecia que o prolongamento da história do progresso social triunfava sobre o drama humano».

Só que vários elementos vieram perturbar esta visão idílica e restaurar a dupla insegurança social e civil, de tal forma que a violência duplicou ou triplicou na última vintena de anos.

Numa outra perspectiva de estabilidade social; Peter Drucker confessa que, durante muito tempo, pensou que o clima de segurança e a estabilidade social, «o fazer comunidade» teria por centro a empresa, sendo a experiência japonesa o seu paradigma.

Só que hoje em dia é já bem claro que não pode ser a resposta, pois o cimento dessa comunidade – o emprego para toda a vida – está a revelar-se cada vez mais uma ilusão. Essa característica não é, definitivamente, conformável com a Sociedade do Conhecimento em que vivemos.

Perante está situação, Peter Drucker aponta para o que considera a única solução e que citamos integralmente:

«Apenas o sector social, isto é, uma organização não governamental e não lucrativa, pode criar as comunidades de e para os cidadãos de que necessitamos – e especialmente para os trabalhadores do conhecimento de alto nível de educação que crescentemente dominam as sociedades desenvolvidas.

Uma das razões para isso é que apenas as organizações não lucrativas podem proporcionar a enorme diversidade de que as comunidades necessitam – desde as igrejas às associações profissionais, das organizações dedicadas ao apoio dos sem-abrigo até aos *health clubs* – se queremos ter comunidades livremente escolhidas por todos.

A segunda razão é que as organizações não lucrativas são as únicas que podem satisfazer uma outra necessidade da cidade – a efectiva cidadania para as pessoas. Só essas instituições abrem a porta ao voluntariado proporcionando aos indivíduos uma esfera de acção que controlam e em que podem ser diferentes (...) O que a alvorada do século XXI precisa acima de tudo é de uma grande explosão de um sector social não lucrativo capaz de criar comunidades no novo ambiente socialmente dominante – a cidade».

A visão de Drucker põe em causa, definitivamente, aquilo que a cidade hoje é, sobretudo, para os modos como ela se foi construindo, não sendo nem urbe nem cidade, na linguagem dos antigos, demandando uma nova abordagem que os gestores chamariam *bottom-up*, mas que vemos mais associada à ideia do poeta – «o caminho faz-se caminhando».

Na perspectiva actual, a cidade, cada cidade, e o cidadão, cada cidadão, é um elemento central e um beneficiário/vítima primeira da globalização em curso.

E não é possível, neste ponto, deixar de lembrar a frase certa de A. Barrico (2002) – «a boa globalização faz-se com os mesmos tijolos da má globalização». A construção é que tem de ser nova e inovadora.

Repare-se que, na proposta de Drucker, a cidadania não é conferida ao cidadão, nem a comunidade lhe é oferecida. Ele é que constrói a sua cidadania e a comunidade vai-se fazendo porque todos os «tijolos» têm vida própria. Lendo em profundidade o seu livro, que é uma colectânea dos seus últimos trabalhos, percebe-se que ele tem em mente uma Nova Sociedade em que, tanto ou mais que as novas tecnologias e sistemas de informação, jogam a demografia e os movimentos migratórios.

«A Nova Economia pode ou não materializar-se, mas não há dúvida que o *Next Society* estará connosco num curto espaço de tempo. Nos países desenvolvidos, e provavelmente também nos países emergentes, esta nova sociedade será um bem mais importante que a Nova Economia (se é que há alguma) (...)».

Nos países desenvolvidos, o facto dominante na *Next Society* será algo a que a maioria das pessoas só agora começa a dar alguma atenção: o rápido crescimento da população mais idosa e o rápido decréscimo da geração jovem. F. Fukuyama (2002) afirma mesmo que as mulheres idosas emergirão como um dos mais importantes blocos de eleitores, cortejadas pelos políticos do século XXI.

Os políticos de todos os países ainda prometem salvar o sistema de pensões de reforma existente, mas eles – e os seus constituintes – sabem muito bem que no espaço de vinte e cinco anos, as pessoas têm de continuar a trabalhar até aos setenta e tal anos, desde que a saúde o permita.

Só que o trabalho será diferente, não mais na lógica do «das nove às cinco» e muito menos com empregador fixo. O tempo parcial e a flexibilidade serão normais, mas as chamadas estratégias de recursos humanos e as leis laborais ainda não perceberam isto, exigindo-se, nesta matéria, uma profunda investigação e capacidade de inovar.

O decréscimo da população jovem, não homogeneamente distribuído por todo o globo, exigirá a emigração com profundas implicações políticas e de organização da cidade.

F. Fukuyama (2002), no mesmo registo, afirma que, dentro de uma ou duas gerações, a linha divisória entre o Primeiro e o Terceiro Mundos não será só um problema de riqueza mas também de idade, com a Europa, o Japão e partes da América do Norte com uma idade mediana da ordem dos 60 anos, enquanto a dos seus vizinhos menos desenvolvidos andarão pelos vinte e poucos anos.

Peter Drucker afirma: «Politicamente isto significa que a emigração será um assunto importante – e altamente divisionista – em todos os países ricos». A eventual adesão da Turquia à União Europeia (ver «Estudo de Caso») é um bom exemplo destas dificuldades e também dos desafios que se põem à construção da cidade, se quisermos que, de facto, ela seja para todos.

ESTUDO DE CASO



Alemanha – medo da emigração e do Islão

«De todos os candidatos à adesão à União Europeia, em anteriores alargamentos, nenhum despertou um debate tão acalorado na Alemanha como a Turquia. O tema é muito sensível, uma vez que no país vivem 2,5 milhões de turcos (...)

Os conservadores do CDU/CSU (que se opõem peremptoriamente a esta entrada) abrem as portas a uma “parceria privilegiada”, mas consideram que a capacidade de absorção da UE está esgotada.

Para Michel Glos, da CSU, é necessário que os políticos tenham consciência do impacte que uma eventual adesão de a Turquia “terá para a União e para a Alemanha” (leia-se aqui os custos (...) e o receio da Turquia se tornar, devido à sua demografia, num peso político relevante, tornando-se a prazo no mais importante da UE). Na opinião deste político, uma das consequências mais perturbadoras é o facto de o Islão passar a ser a segunda religião europeia, o que representa uma profunda mutação cultural. De facto, o medo do Islão é um elemento importante no debate germânico, embora não seja expresso tão abertamente como o fez Glos.

Outra das inquietações dos conservadores é a imigração. “Se tantos turcos que vivem na Alemanha há quatro décadas ainda não conseguiram integrar-se, tenho receio dos imigrantes que aí vêm” disse Glos. Ainda ontem o diário *Die Welt* publicava uma reportagem consagrada à comunidade turca na Alemanha, cuja integração está longe de ser uma história de sucesso. A taxa de desemprego nesta comunidade é de 20 por cento, o dobro da média alemã, 18 por cento dos agregados turcos estão dependentes de ajuda social, o abandono escolar é elevado, assim como a incidência nas estatísticas criminais.»

Helena Ferro Gouveia, in *Público* (07.10.2004)

Esta necessidade de investigação e inovação decorre, como já vimos, não só dos sucessos da tecnologia, mas também das alterações das condições sociais e políticas, com relevância para o poder do capitalismo, agora sem adversário directo, a não ser ele próprio (e que adversário!).

O «fazer comunidade», ou seja, «o fazer cidade» aparece, como refere Drucker, como o grande desafio. Alguns autores têm-se debruçado sobre essa necessidade com exemplos concretos dos quais o Estudo de Caso que apresentamos «Marshalltown, Iowa e a luta por uma comunidade na Idade Global» pretende ser um modelo, embora, obviamente, não exclusivo (não é o modelo).

Só que as características que Peter Drucker apresenta para a *Next Society* exigirão uma verdadeira inovação social alargada para que a cidadania cresça e se aprofunde.

ESTUDO DE CASO



Marshalltown, Iowa e a luta por uma comunidade na Idade Global

«Não é fora do comum observar procissões de paroquianos transportando a imagem da Virgem de Guadalupe através das ruas de algumas cidades rurais do “midwest”, embora se espere que os

participantes sejam católicos e, provavelmente, hispânicos. Mas em 1992, a procissão que seguia a Virgem em Marshalltown, Iowa, incluía um número apreciável de anglo-luteranos. De facto, a procissão era liderada por dois membros do clero, perfeitamente paramentados, um luterano e um católico. Esta marcha não era sinal de uma conversão em massa de qualquer tipo; celebrava a transferência da estátua da Virgem da cave de uma igreja luterana para a igreja católica, quatro blocos adiante. Esta cerimónia era o clímax de um ministério de dois anos, a uma crescente comunidade latina, prestado por um dedicado pastor luterano (...)

Marshalltown é uma comunidade (típica no que toca ao afluxo de emigrantes) que possui uma grande indústria de conservas de carne de porco que tem contratado centenas de latinos e outras minorias desde 1990, uma política que tem apresentado enormes desafios às instituições e à estrutura social da cidade (...)

A história do padre Juan (o pastor luterano) demonstra que o influxo de latinos desafia a comunidade. Alguns residentes e líderes da comunidade responderam ao desafio tentando promover a acomodação e acordos com os recém-chegados. Em particular, desde meados da década de 90, uma mão cheia de cidadãos privados, funcionários e homens de negócios têm liderado o movimento (...)

(Apesar de todos esses esforços com sucessos e insucessos, mas sem desistência por parte dos cidadãos da cidade), enquanto a maioria dos latinos não se fixar em Marshalltown e continuar a pensar regressar ao México, será para eles difícil desenvolver um sentido de comunidade na cidade.

(...) É certo que algumas famílias latinas continuam a fixar-se todos os anos, mas não é claro se mesmo estas famílias considerarão um dia Marshalltown como a sua “casa”(...)

A integração de Marshalltown no mercado global de trabalho parece irreversível. Mesmo com os esforços do MDC (“Marshalltown Diversity Community” – formado por representantes da cidade, do condado, das escolas, da Câmara do Comércio e da “Hispanic Task Force” ligada à Igreja Católica e que assumiu por missão “fortalecer a comunidade de Marshalltown, reconhecendo e abraçando a diversidade”), dos líderes da cidade e de outros cidadãos empenhados, a integração social da população latina de Marshalltown não se completará provavelmente, antes de, pelo menos, uma geração. O resultado é que, pelo menos no futuro próximo, haverá duas Marshalltown, uma “Anglo” e outra latina.»

Mark Grey, in *Communities and Capital* (2000)

Afirma Drucker: «A *Next Society* será uma sociedade do conhecimento. O saber será o recurso chave e os trabalhadores do conhecimento serão o grupo dominante na força de trabalho. As suas três principais características são:

- Sem fronteiras, porque o conhecimento viaja mesmo com menor esforço que o dinheiro
- Uma mobilidade ascendente na escala social, disponível para toda a gente facilmente adquirida através da educação formal
- Um potencial para o fracasso idêntico ao do sucesso. Qualquer um pode adquirir os “meios de produção”, i.e., o conhecimento necessário para a profissão, mas nem todos podem ganhar.»

Note-se que estas características, discutíveis evidentemente, contêm em si o germen da exclusão da cidadania para os perdedores, a menos que uma

outra organização social, baseada na solidariedade e no voluntariado, reequilibre, em permanência, o tecido social, constantemente ameaçado de desigualdades que são a morte da cidadania integral.

Mas, no fundo, Drucker tem esta percepção pois sabe que a Sociedade do Conhecimento não se consegue apenas pela disponibilidade das Tecnologias e Sistemas de Informação. O peso, e a influência destas, tem sido exagerado e nem o rebentar da bolsa especulativa no início deste século restabeleceu adequadamente o seu lugar. Ainda hoje, infelizmente, na cabeça de muitos, inovação é quase integralmente confundida com Sistema e Tecnologias de Informação, de tal modo que a ligação da cidade à inovação se faria, fundamentalmente, através delas.

Drucker é, a esse respeito, muito claro quando termina o seu livro, afirmando: «Podemos estar seguros que a sociedade de 2030 será muito diferente da de hoje e terá poucas semelhanças com as previsões dos futuristas da moda. Não será dominada nem sequer configurada pela tecnologia da informação. Esta será, evidentemente, importante, mas será apenas uma das várias novas tecnologias de relevo. A característica nuclear da *Next Society*, tal como as das que a precederam, serão as novas instituições e novas teorias, ideologias e problemas.»

Esta posição, manifestamente de raiz Schumpeteriana, recusa a previsão de cenários futuros (o próprio adjectivo escolhido para caracterizar a Sociedade – *Next* – é disso uma evidência), mas não o estudo e a reorientação das tendências que se desenham, ou seja, mais que a Sociedade do Conhecimento é a Sociedade do permanentemente novo, da Inovação afinal, que ele propõe.

Mas uma das características do dinamismo da inovação, afinal aquela que é a imagem de marca de Schumpeter é a «destruição criativa» que, no fundo, impõe que cada um de nós ultrapasse as peias que tem. Nesse processo de ultrapassagem encontraremos, inevitavelmente, contradições internas, que são o fruto do caminho em descoberta, mas ainda algo escondido.

De algum modo, também Drucker revela esse mesmo problema, pois, na previsão dos caminhos que abrem para o futuro não deixa de falar da função social da empresa, apesar de ter afirmado que a solução para a Sociedade e para a cidadania não estava na empresa, sendo a evolução japonesa prova dessa miragem.

Mas, se é certo que as organizações não lucrativas e o voluntariado são cada vez mais relevantes, é bom não esquecer que a geração de riqueza é essencial e que o voluntário, só o pode ser se tiver condições próprias de sobrevivência que, obviamente, lhe não são asseguradas pelo trabalho voluntário.

É curioso salientar que, na versão electrónica do *Financial Times* de 24.09.2004, Vitoria Griffith escrevia o seguinte: «O voluntariado é um caminho para a felicidade, segundo uma nova investigação do “Economic and Social Research Council”. As comunidades com elevados níveis de volunta-

riado têm menores níveis de crime e melhores níveis de educação. Gastar tempo e ajudar os outros também melhora a saúde e a felicidade».

«A investigação revelou uma interessante ligação entre ajudar os outros e gozar uma boa qualidade de vida», diz Paul Whitely, director do ESRC Democracy Programme. «Parece que quando nos focamos nas necessidades dos outros, também podemos recolher benefícios para nós próprios».

Os investigadores afirmam que essa influência positiva se mantém mesmo quando se tem em causa a classe social ou o nível de riqueza.

«Uma comunidade relativamente pobre com uma boa quantidade de actividade voluntária pode estar melhor em relação à saúde, ao crime e educação que uma comunidade relativamente rica mas em que falta tal actividade», diz o Prof. Whitely.

As pessoas que vivem em comunidades com altos níveis de voluntariado, tais como Bristol, Chester, Aberdeen e Cardiff, tinham mais probabilidades de dizer que estavam «muito satisfeitas com as suas vidas».

Peter Drucker vê a sua proposta reforçada por estas investigações recentes que, ainda por cima, ultrapassam a lógica reacção inicial de dizer que os voluntários são mais felizes e saudáveis porque, à partida, têm mais dinheiro e um ambiente mais saudável que lhes permite melhores níveis de saúde.

É uma inovação radical para a construção da vida da cidade que urge continuar a investigar em profundidade.

Um dos exemplos: se todos, voluntariamente, separássemos o lixo, não estaríamos todos melhores? A resposta é sim, mas só se quem o trata não defraudar quem o recolhe.

Vale a pena aprofundar estes temas e inovar sobretudo naquilo que alguns, erradamente, designam por bens públicos e serviços públicos, que devem, mais correctamente, ser designados por bens e serviços comuns ou colectivos. A designação mais moderna de bens ou serviços de interesse público também corresponde às características desses bens e serviços e, porque são os mais característicos da urbe, devem ser alvo de preocupação constante, o mesmo é dizer, de inovação permanente.

Como se vê, esforços no sentido de criar novas relações nas cidades, no ambiente de globalização já existem, mas o sucesso está longe de ser evidente.

Emergem, de novo, os problemas da cidade antiga: os estrangeiros (a tribo), a sua ligação à terra-pátria e o problema religioso.

Mais um exemplo claro que a cidade tem de ser uma síntese ou, pelo menos, uma mistura (no sentido químico do termo) dos diferentes vectores para que seja verdadeiramente civilizada. Até porque essa mistura pode proporcionar o aparecimento de negócios inovadores, como é o caso do sucesso de uma operadora telefónica turca na Alemanha em que as telefonistas atendem o telefone em turco.

A INOVAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA CIDADE

O B J E C T I V O S


- Rediscutir o conceito de devolução e encontrar os desafios específicos que se põe à inovação.
- Descobrir a necessidade de inovar nas várias funções da cidade para ultrapassar as cisões existentes na cidade actual.
- Avaliar se a cidade continua a ser o lugar de fazer sociedade, num mundo cada vez mais de viajantes e de mutações.
- Encontrar as várias aplicações das várias ciências, artes e tecnologia de modo a melhorar a vida dos cidadãos e a fusão da urbe com a cidade.
- Descobrir casos concretos de aplicação da inovação com as suas vantagens e as suas perversões ou imperfeições.

P O N T O D A S I T U A Ç Ã O

Como já mostrámos, não é fácil isolar a inovação ao serviço da cidade, da cidade ao serviço da inovação, porque ambas se potenciam mutuamente.

No entanto, em cada momento, é possível identificar quais as inovações que contribuem para a melhoria do bem-estar do cidadão e para este se inserir mais e melhor na cidade aberta e acolhedora.

Contudo, a tendência para a olhar com prioridade (quando não exclusividade) para as inovações tecnológicas, sobretudo as ligadas aos Sistemas e Tecnologias de Informação, percluide o papel essencial de outras funções inovadoras que devem reconfigurar a cidade. Por isso, começamos pela discussão do novo conceito de cidade e até se a cidade é uma organização social estável e com futuro.

Só depois dessa discussão faz sentido olhar para o enorme impacte, real e potencial, das novas tecnologias na organização e na governação da cidade, não sem lhes antecipar os seus perigos, designadamente o de poder excluir cidadãos da vida da cidade tornada mais sofisticada. 

3.1.

OS DESAFIOS
DA CIDADE
À INOVAÇÃO

A descrição da cidade antiga, feita no primeiro capítulo, está pontilhada de sugestões de desafios que a cidade actual faz aos inovadores, sendo esses desafios sociais, políticos, institucionais, arquitectónicos e, também, impli-

citamente tecnológicos, através da contribuição para a resolução específica dos problemas que se levantam.

Como defendemos no Capítulo 2, se há uma profunda ligação ambivalente espacial e dinâmica, entre a cidade e a inovação, a inovação ao serviço da cidade, que será o objecto central deste capítulo, tem, também, dois grandes vectores cuja síntese tem de ser feita.

Um deles é resultante da investigação em temas (não especificamente nascidos da tecnologia) de gestão, ordenamento, governação e evolução da cidade. O outro é o impacte que os desenvolvimentos tecnológicos, independentes, pode ter sobre a cidade, criando oportunidades para melhor responder às suas novas necessidades bem como defender-se de tecnologias intrusivas que ameaçam o seu equilíbrio.

Por outro lado, dada a ligação umbilical entre a inovação e a cidade, nem sempre é distinguível qual é o serviço que a primeira presta à segunda e vice-versa, até porque, muitas vezes, um é condição precedente de outro e origina um novo serviço de origem e destino diferentes.

É com a certeza de nem sempre ser fácil desfazer este sincretismo que procuramos neste primeiro ponto desenvolver aquilo que consideramos os mais significativos desafios à inovação não tecnológica, deixando os efeitos tecnológicos para o ponto seguinte, não sem alertar o leitor para que, em estudos de casos que apresentamos, todas estas influências se misturam com frequência.

Os temas que acabámos por escolher são:

- Como responder ao problema da devolução no contexto da globalização?
- Como ligar a cidade ao meio envolvente, fazendo comunidade?
- Como é que evolui a arquitectura como elemento central da infra-estrutura da urbe?
- Como resolver a tensão entre a reconstrução da cidade e a mera recuperação do antigo?
- A cidade é mesmo o futuro?

3.1.1. OS DESAFIOS DA DEVOLUÇÃO

No manual desta colecção sobre *Empresarialização e Serviços. Concessões* discutimos, de passagem, o conceito de devolução, com base num estudo específico da OCDE (2001) já mencionado. Os estudos sobre essa matéria têm continuado, mas desde já convém relembrar as principais ideias ali contidas:

- **«A devolução é mais do que uma mera transferência de poder. É também um novo espírito de cooperação e de ligação em rede (*networking*)».**
- «Os governos das cidades e das regiões devem reconhecer que a devolução lhes oferece as melhores perspectivas para reforçarem o desenvolvimento económico e social, se envolverem novos jogadores e parceiros para encontrar e pôr em prática políticas inovadoras.»
- **«A inovação pode ser particularmente forte quando um grande número de jogadores está envolvido e onde conjuntos de instituições paralelas, muitas vezes sobrepostas podem desenvolver-se.»**

É certo que há um instinto natural para resistir às duplicações em busca de economias de escala e de gama, mas isso pode prejudicar a inovação. Em lugar disso, pode ser melhor permitir que floresça uma certa rivalidade, ao mesmo

tempo que se estabelecem objectivos claros e medidas de *performance* para avaliar e utilizar como *benchmark* das diferentes abordagens e se disseminam as melhores práticas à medida que o sistema aprende e inova.

- **«Assim, em vez de criar uma unidade centralizada para desenho e implementação da política, este enquadramento, aliado a uma função permanente de *benchmarking*, pode tornar-se o papel-chave dos governos da cidade e da região.»**

Estas propostas não deixam de ser polémicas e apelam a uma investigação que já começou.

Note-se que elas sustentam a formação daquilo que podemos chamar Sistemas Regionais (ou Urbanos – depende da dimensão) de Inovação, em lugar de um Sistema Nacional de Inovação, evitando a centralização da investigação numa única, ou em muito poucas cidades, de um país.

Por outro lado, assentam na ideia de que, apesar de tudo, não é completamente indiscutível, na história, e mesmo na actualidade da teoria da inovação, a concorrência é o meio que mais favorece a inovação.

Mesmo aceitando este ponto de vista e concordando, em absoluto, que a procura acrítica e obsessiva por economias de dimensão é, frequentemente, uma falácia, é preciso não esquecer que o processo inovatório precisa de «massa crítica» para ser competitivo.

Tudo depende, obviamente, da dimensão relativa: estamos a falar de devolução em Portugal ou na China?

Estamos a falar da duplicação em Nova Iorque ou em Leiria?

A dimensão humana e espacial são relevantes, tal como são as possibilidades de comunicação de formação de redes, de modo que é preciso investigar situações diferentes, no espaço e no tempo, para poder tomar as decisões adequadas. Esse é um dos desafios à cidade, porque a existência de instituições inovadoras desafia o ritmo e a organização daquela.

Massimo del Gatto (2004) introduz, no contexto da discussão «centralização *versus* devolução», um conceito «emprestado» pela Sociologia: Escala da Autoridade Territorial (*Territorial Authority Scale*).

A Escala da Autoridade Territorial é a área sobre a qual se exerce a autoridade e a governação por uma só entidade, podendo ser uma cidade ou mais do que uma.

Usa então este conceito para investigar como é que a inclusão de dimensão político-institucional (numa perspectiva supra-urbana) pode enriquecer a compreensão e a governação da aglomeração.

M. del Gatto observa que a devolução ao nível destas autoridades territoriais produz uma espécie de falha de mercado em termos de aglomeração, ou seja, **uma solução subótima, caracterizada por: menos cidades, sobre-dimensionadas e com um menor nível de desenvolvimento económico a que está ligado um menor nível de bem-estar individual.**

É claro que estes resultados são baseados num modelo com hipóteses muito fortes, designadamente a simetria entre as cidades e tendo como variáveis decisivas os custos de transportes dos bens comerciais, quer dentro de cada espaço urbano, quer na escala de influência definida.

O próprio autor reconhece e aponta para novos e, porventura, mais interessantes pontos de investigação, designadamente «a concentração das cidades em países caracterizados por diferentes histórias de devolução».

Mas que dizer de Portugal, onde a tendência foi sempre centralizadora? Dir-se-á que a actual forma de criar comunidades urbanas e zonas metropolitanas vai no sentido preconizado pela devolução. Mas onde estão os estudos que conduziram à definição dos limites impostos?

Uma coisa é certa: a introdução do espaço e das pessoas nos modelos económicos obriga a repensar a eficiência global dos processos de aglomeração e, em particular, da governação das cidades.

3.1.2. COMO FAZER COMUNIDADE NA CIDADE QUE HOJE SE PERFILA

Com base no estudo da evolução das cidades francesas, mas sem descuidar outras, Jacques Donzelot e Olivier Mongin (2004) descrevem a situação actual através da existência de «**cidades a três velocidades**» que constituem aquilo que chamam uma **economia de arquipélago**.

Segundo estes autores, a globalização tem uma acção decisiva sobre as cidades, impondo uma reconfiguração ao nível local. Nas suas palavras: «Em sentido estrito, a cidade é já a “cidade-mundo”, se observarmos as metamorfoses do urbano mesmo em França e na Europa, onde sobrevive, no entanto, o ideal de cidade europeia».

Salientam que «a economia de arquipélago está na origem da hierarquização das redes (de cidades). Se as cidades estão em rede, e já não se apresentam como entidades fechadas sob o modelo do centralismo estatal, nem todas as cidades estão na mesma rede e há cidades fora da rede. **Há a rede das cidades globais, as redes regionais de cidades polariza-**

das em torno da cidade-*relais*, mas há também cidades ao abandono, à margem, as cidades onde a massificação impõe a mera lógica da sobrevivência (...)

Uma coisa é certa: as redes de cidades, típicas das cidades mercantis do final da Idade Média, não são as cidades em rede de hoje e a cidade fora de qualquer rede está condenada a ficar fora do mundo.»

Esta ideia retoma, afinal, a de Allan Scott e outros (2001) das cidades-regiões globais. Nas palavras de Allan Scott «é um novo regionalismo que aparece radicado numa série de densos nós e trabalho humano e de vida comunitária espalhadas pontualmente pelo mundo (...) Muitas dessas cidades já são, ou começam a definir-se, como actores económicos e políticos no estádio mundial.»

Para além dessa rede de megacidades, vemos que há muito a fazer fora dela. Por outro lado, essas megacidades estão longe de ser homogéneas. Como comparar Nova Iorque com o Cairo, Buenos Aires, Karachi ou Calcutá?

Já anteriormente fizemos notar que a cidade actual cresce pela tensão criativa que nela se gera.

Aliás, Claude Levi-Strauss (1954) já caracterizava a especificidade urbana pela tensão que nela existia, de tal modo que, quando essa tensão não existe, ela se torna desumana e nem merece a designação de cidade. Foi isso que encontramos nos anos 50 em Karachi, antecipando, com a sua descrição certa, o que se passou em muitas das megapolis actuais, como descreve, já na década de 90 (V. Naipul (1993)), com enorme dramatismo relativamente a Calcutá: «(As cidades) não morrem apenas quando as populações as abandonam. Talvez morram da forma seguinte: quando todo o mundo sofre, quando os transportes são um tormento; quando os trabalhadores preferem renunciar aos empregos de que necessitam; quando ninguém pode obter ar, água pura; quando ninguém pode passear. Talvez estas cidades morram quando acabam por ser despojadas dos atractivos que habitualmente existem nas cidades, os espectáculos na rua e o sentimento exarcebado das possibilidades humanas, para se tornarem simplesmente locais superpovoados onde todo o mundo sofre.»

Perante esta descrição, não podemos deixar de recordar «A Cidade da Alegria», de Dominique Lapierre, em que a situação é descrita ainda com mais crueza, mas onde, apesar de tudo, existe esperança, uma esperança que radica em muito naquilo que Peter Drucker propõe: a solidariedade e o voluntariado.

De qualquer modo, as descrições precedentes mostram bem que a ideia de comunidade está ameaçada e, mais que uma exclusão pessoal, está em causa também uma exclusão espacial (habitada, note-se) de dimensões incomensuráveis.

Que maior desafio à inovação social?

Mas a essa exclusão espacial pode aliar-se também a exclusão pessoal dentro das grandes cidades que, em cadeia, aspiram a dominar o mundo.

A visibilidade dessa ameaça é bem expressa por Jacques Donzelot (2004) na já referida qualificação da «cidade a três velocidades», caracterizada pelos conceitos: **relégation (desterro), periurbanização e gentrification**.

Rélegation (desterro) – é a zona dos desterrados da cidade cujos habitantes formam uma sociedade particular marcada pela quase ausência de escolha da sua vizinhança. Estão lá porque não podem estar noutra lugar e não escolheram estar ali.

Veja-se como esta definição está tão próxima da «cidade informe» ou «não cidade» descrita por Levy-Strauss e por Naipul, o que significa que nas grandes cidades onde continua a existir tensões criativas, muitos já não são cidadãos. Não são «estrangeiros» no sentido da cidade antiga, mas são no sentido social.

Periurbanização – é um tecido urbano constituído por antigos núcleos rurais e de construção mais modernas resultantes da política da cidade social dos anos 60 e 70 do século XX.

Há aqui uma certa continuidade social através das ligações familiares seminais e de amizade criada pela lógica social que determinou a existência dessas áreas.

Nessa altura essas zonas até atraíam os habitantes da cidade, mas, presentemente, as forças de repulsão triunfam claramente sobre as de atracção.

«Aqui não é o espectáculo de uma imobilidade quase involuntária que choca, mas a omnipresença do automóvel, ou seja, a “**hipermobilidade forçada**”».

Nas palavras certas de Donzelot:

«Viver na periurbanização é instalar-se não somente “no campo” mas “no movimento”. É a imagem da fluidez que se opõe, desta vez, à inércia das cidades. Ora, as pessoas não se afastam facilmente da sua casa, tanto quanto ela parece protegida e protectora, fornecendo uma base bastante segura e forte para se poderem deslocar para outros lugares e encontrarem outros tipos de gentes, sem se sentirem ameaçadas quer em sua casa quer por eles.

É uma nova cidade que emerge (...) uma “cidade de escolha”, uma “cidade móvel”, que emancipa os seus habitantes das restrições de quarteirão da

cidade de antanho, que liberta o jogo de oportunidades e de afinidades das grillhetas das pertenças socioespaciais.

Mas esta liberdade nova paga-se com uma dupla dependência, por um lado em relação aos meios de transporte e, por outro, em relação às garantias de tranquilidade que oferece o seu lugar de habitação.»

Nos últimos anos é evidente que o congestionamento de tráfego e a insegurança (designadamente a ligada ao roubo) aumentaram, destruindo nessa periurbanização o equilíbrio social inicial.

Tendo-se aí, também, uma sociedade quase dual, de que os condomínios privados são exemplo paradigmático.

Esta mudança tem uma abordagem curiosa em Jeremy Rifkin (2000) para quem a **lógica de acesso se substitui à lógica de propriedade**. No fundo, das duas características iniciais da periurbanização triunfa uma delas, o **acesso**, porque a outra não dá segurança. É que a propriedade se dá segurança patrimonial, inquieta porque pode ser roubada. Então, mais que o acesso, é verdadeiramente a **segurança** que se torna o objectivo essencial, sendo o acesso um meio para garantir essa segurança.

Então se ela é o bem essencial, porque não comprá-la directamente sob a forma de um acesso a um local privilegiado, tornando-se, então, a propriedade uma questão secundária?

Veja-se como estas tendências levam a uma alteração total das relações na cidade e na sua própria organização. Onde está a investigação adequada e a inovação que lhes responde?

Gentrification – é um neologismo francês que significa encher de gente, ou seja, um movimento inverso dos anteriores que traduz «o regresso à cidade» que se faz sentir sobretudo nas camadas médias superiores.

Este movimento mais que um ambiente protector, visa um ambiente selectivo que é simultaneamente protector porque as leis do mercado lho asseguram. Só quem tem dinheiro pode ser «vizinho», lembrando, de algum modo, o ritmo de alteração das cidades antigas.

Com esta nova instalação acabou a hipermobilidade forçada, a famosa **comutação** (*commuting*), onde se deixa parte do tempo de vida. Como diz Donzelot «os habitantes destes centros “gentrificadas” não estão nem na imobilidade voluntária nem na mobilidade forçada, mas na **ubiquidade**. Estão, plenamente, aqui e acolá ao mesmo tempo, pela proximidade de tudo o que lhes interessa e pela rapidez real ou virtual das redes que lhes permitem projectar-se, facilmente, em qualquer ponto do globo, ao ritmo do qual vi-

vem constantemente. Em matéria de insegurança não têm verdadeiramente receio pelos seus espaços privados. O preço do terreno serve para manter à distância a plebe dos arrabaldes. Também não é na rua que se sentem ameaçados, tal a abundância de comércio que vai de par com a vigilância discreta, duplicada, se necessário pela menos discreta polícia municipal e a, mais ostensiva, da polícia nacional diante dos edifícios públicos.»

De algum modo estas pessoas reencontram as velhas aspirações da cidade: «um lugar único de concentração das oportunidades de encontros, de alianças, de prazer».

São, por todo o lado, os «hiperquadros» da mundialização, as profissões intelectuais superiores que povoam estes espaços renovados.

As pessoas que aí habitam, ao evitarem as perdas de tempo de deslocação e de insegurança, reequilibram em consequência a relação entre o homem e a mulher, entre a vida familiar e a vida social. Mas, para isso, não se fecham no quadro urbano específico, pois é um lugar orientado para o mundo, permitindo viver o global à escala local. Eles esperam que esse lugar participe desta erosão das fronteiras nacionais, culturais, que lhes permite escapar às restrições da vida local.

Pergunta-se Donzelot: «Como reconhecer este estado de espírito global?» E responde: «Não faltam sinais. Mas o mais expressivo é, sem dúvida, a propensão dos “hiperquadros” e outras profissões intelectuais superiores medirem o seu salário pelo equivalente nos outros países e nunca com o que ganham as outras profissões no seu país».

No fundo trata-se do retrato já feito por Rosabeth Kanter (1995) que designa estas pessoas por **cosmopolitas**, que em grande parte (mas nem todos) perderam o sentido de pátria.

É certo que Donzelot tem o cuidado de mostrar que esta descrição é redutora de uma realidade contínua, descrevendo mais «estados» das cidades que «lugares» da cidade, mas não há dúvida que é, antes de tudo, a constituição da cidade actual, centrada na enorme classe média que está ameaçada. É, a este propósito, lapidar a sua observação: «Tanto quanto as classes médias constituíram a solução da cidade industrial, são elas que constituem agora o problema da vida mundializada. São elas que constituem a parte principal da sociedade e, no entanto, cada vez encontram menos espaço para aí se situarem. Sentem-se ameaçadas pela “insegurança social” produzida pela mundialização e que fragiliza a sua condição salarial.

Mas sentem-se igualmente ameaçadas pelo acréscimo de impostos que é suscitado por uma política social dirigida aos excluídos, de que eles não fazem parte».

Os desafios à inovação ao serviço da cidade são, pois, gigantescos: passam pela sobrevivência da cidade se é que ela tem condições para tal, já

que, a par dos excluídos (os relegados), surgem agora os esquecidos (a classe média).

É por isso que a rede das megacidades é, de facto, uma falácia. No máximo é uma rede dos cosmopolitas ou dos «gentrificadores» que já vivem na segurança local e, agora querem a segurança mundial, quer nas redes reais, quer nas redes virtuais (a segurança no mundo real e a segurança na Internet).

Grande parte das decisões políticas que têm sido tomadas alegadamente em prol da segurança não vão neste sentido?

E segurança de quem? Da cidade no sentido clássico ou dos «gentrificadores»? Não vale a pena investigar quem paga a defesa dessa segurança? Os custos, em vidas, não são os das classes médias (os esquecidos) que, além disso, como refere Donzelot, também pagam com os seus impostos essas despesas. Não é de investigar quem está ao serviço de quem?

A esse propósito valerá a pena citar parte de um editorial da *Science* (8.10.2004) de Alan Leshner: «Os EUA não deviam estar, agora, a desperdiçar energias sobre o problema do seu domínio global no campo científico. Um assunto muito mais crucial está a obscurecer o futuro. Quer a política em relação ao clima, quer o financiamento da ciência têm-se deteriorado e isso é que põe em risco significativo o futuro da ciência nos EUA. No campo do financiamento, os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 conduziram a um maior deslizamento nas prioridades de apoio às ciências, deslizamento esse que favorece as áreas estritamente ligadas à defesa e à segurança interna à custa dos outros domínios científicos».

Como se vê, mesmo a inovação nas outras áreas, em particular aquelas que «fazem cidade», estão a ser prejudicadas pela inovação que, alegadamente em nome da sociedade, visa a segurança que parece, de facto, ser apenas de alguns... que a não pagam integralmente.

Não é dever de cidadania inovar também neste domínio?

3.1.3. QUAL O PAPEL DA ARQUITECTURA NA INOVAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DA URBE?

A arquitectura devia ser a arte/ciência que marca o desenho da urbe para que esta melhor albergue a cidade, em constante modificação.

Victor Hugo, no seu famoso romance *Nossa Senhora de Paris*, defende que a arquitectura foi o baluarte de evolução da sociedade até ao aparecimento do livro (ver «Estudo de Caso»).

ESTUDO DE CASO



O livro acabará com o edifício

«Veja-se como a partir da descoberta da imprensa a arquitectura fenece a pouco e pouco, se atrofia e se desnuda. Como se sente que a água baixa, que a seiva foge, que o pensamento dos tempos e dos povos se retira dela (...)

No entanto, do momento em que a arquitectura não é mais do que uma arte como qualquer outra, desde que já não é a arte total, a arte soberana, a arte tirânica, deixou de ter forças para subjugar as outras artes. Emancipam-se, então, quebram o jogo do arquitecto e caminham cada um para o seu lado.

Todos ganham com este divórcio. O isolamento engrandece tudo. A escultura torna-se estatuária. A decoração torna-se pintura, o cânone torna-se música.

Dir-se-ia um império que se desmembra com a morte do seu Alexandre e cujas províncias se fazem reino (...)

Ao passo que a arquitectura baixa, a imprensa inflama e cresce. O capital de forças que o pensamento humano gastava em edifícios, gasta-o doravante em livros. Por isso, no século dezasseis a imprensa, que se elevou ao nível da arquitectura que decresce, luta com ela e mata-a (...)

A arquitectura morreu, sem remissão, às mãos do livro impresso, porque ela dura menos, porque ela custa mais caro. Uma catedral é um bilião (...)

Um livro faz-se tão depressa, custa tão pouco e pode ir tão longe! Que admira, pois, que todo o pensamento corra por esse declive! Isto não quer dizer que a arquitectura não deva ter aqui e ali um belo monumento, uma obra-prima isolada (...) A grande manifestação de um arquitecto de génio poderá aparecer no século vinte como a de Dante no século treze. Mas a arquitectura não será mais a arte social, a arte colectiva, a arte dominante. O grande poema, o grande edifício, a grande obra da humanidade não se construirá mais, imprimir-se-á. E, depois, se a arquitectura se levantar de novo, acidentalmente, não será dominadora. Aplicar-se-lhe-ia a lei da literatura que outrora a recebia dela. As posições respectivas serão invertidas.»

In *Nossa Senhora de Paris*, de Victor Hugo, 1912

Essa posição é muito curiosa pois atira mais para o campo do imaterial a construção da urbe/cidade, ao mesmo tempo que menoriza as capacidades de reconversão da arquitectura, na medida em que a confunde com a materialidade a que dá origem.

Ora, a arquitectura tem que continuar a ser preponderante no desenho e na adaptação da urbe às características da cidade, assistindo-se, actualmente, à emergência de arquitectos que se tornam famosos, na perspectiva da globalização. Mas essa fama vem-lhes de procurarem «fazer cidade» superando as contradições da tendência de formação da cidade a três velocidades, ou de construírem «monumentos», à semelhança da Antiguidade e da Idade Média, para servir as manias de grandeza dos «gentrificadores», com os impostos pagos pelos esquecidos?

O estudo de caso «Discussão sobre a cidade soviética» ilustra bem a preocupação teórica de pôr a arquitectura ao serviço da cidade, mas, curiosamente, com um espantoso critério de cidadania, da qual, quase como na Antiguidade, o camponês é excluído.

ESTUDO DE CASO



Discussão sobre a cidade soviética

«Numa carta a Mõise Ginzburg, Le Corbusier afirma ter “redigido uma nota sobre os princípios de urbanização e as minhas conclusões não estão tão cheias desse entusiasmo que actualmente levanta a simples palavra “desurbanização”».

Esta palavra contém em si mesma uma contradição que a corrói completamente (...) O desurbanismo é uma interpretação mistificada de um princípio de Lenine. Lenine disse: “se se quer salvar o campesino é necessário levar a indústria às povoações” e não disse “se se quer salvar o cidadão”. É preciso não confundir os problemas e, no entanto, confundem-se. O campesino não contempla as flores nem escuta o canto dos passarinhos; é o cidadão quem se preocupa com isso.

Os homens de todos os países e de todos os climas esperam viver em colectividade. A vida em colectividade favorece a produção industrial e intelectual. A inteligência não se desenvolve se não houver grupos humanos: é fruto da concentração. A dispersão é um obstáculo ao desenvolvimento espiritual e debilita os reflexos da disciplina material e intelectual.

As estatísticas mundiais indicam que a mortalidade é menor no caso da povoação concentrada.

Estes são dados que se não podem ignorar. A arquitectura contemporânea persegue uma imensa tarefa: organizar a colectividade. Fui o primeiro a propor que a cidade deve ser um imenso parque, mas para permitir esse luxo tive de aumentar a densidade de 800 para 3200.

Como podeis ver, inúmeros pontos de desacordo existem entre a conclusão a que se chegou e aquela a que eu chego: **o homem aspira à urbanização!**

Um dos projectos de desurbanização de Moscovo propõe cabanas de palha no bosque. Esplêndida ideia! Mas só para o fim-de-semana!»

In *La construction de la Ciudad Societica*, de P. Cecarelli, 1970

Mas é essa visão que prevalece na arquitectura que triunfa? É uma arquitectura ao serviço da cidade, de encontro de todos ou, de novo, ao serviço prioritário dos «gentrificadores»?

Não está aqui também um indispensável campo para inovar ao serviço da cidade? E como ela quer que esse tipo de inovação surja! A título de exemplo, *Le Monde* (22.09.2004) titulava: «Os Parisienses sonham com uma cidade mais aberta e preservada», descrevendo depois os resultados de uma

consulta de Bertrand Delanoë, *Maire* de Paris, a 800 000 lares, tendo-se obtido 121 000 respostas.

Os resultados dessa consulta criaram uma verdadeira euforia na Câmara porque esta viu apoiada pelos cidadãos (quer de bairros mais abastados, quer mais populares) a sua política de desenvolvimento dos transportes comuns e a limitação da circulação automóvel e pela protecção do património, com prioridade aos imóveis mais antigos (séculos XVII e XVIII).

Em todos os bairros se clama por mais espaços verdes, mesmo com prioridade sobre a implantação de novos serviços públicos, como creches, construção de habitação ou de equipamentos desportivos ou culturais.

Estas indicações são particularmente importantes para a política da cidade, tanto mais que Paris e Nova Iorque são apontadas por Donzelot como casos paradigmáticos de cidades onde as tais três velocidades são mais evidentes.

Mas há um outro claro desafio nestas respostas. Que parisienses foram consultados?

Os da «gentrificação» (e famílias mais pobres que nunca abandonaram o centro das cidades)? Os «periurbanos»? Os «desterrados»? A avaliar pelo número de questionários e, sobretudo, pelas respostas é de supor que os últimos não estejam praticamente representados e os segundos apenas aqueles «menos periurbanos». Mas é um passo para o desafio lançado aos arquitectos que, a julgar pela famosa «Feira» de arquitectura de Veneza, continuam a não entender, plenamente, esse desafio.

Le Monde (13.09.2004) titulava, a esse propósito: «A arquitectura, arte da camuflagem», procurando resumir o tema do certame. É certo que, como diz o jornal, o conceito subjacente ao tema é suficiente vasto e prático para poder albergar todas as componentes da arquitectura e do urbanismo extensíveis aos seus encontros com a natureza.

Mas o relevo dado aos temas mais solidamente construídos, as «salas de concerto» e as «cidades de água» deixam antever pouca atenção às realidades da cidade. Estes parágrafos do *Le Monde* ilustram, com rigor, as nossas preocupações:

«(...) o conjunto dos projectos poderia relevar de uma única agência gigantesca, alternativamente de uma inspiração maravilhosa ou lamentável, inventiva ou loucamente fingida.

Servidos por uma engenharia cada vez mais sofisticada, aço ou betão, vidro ou materiais compostos, os “maîtres d’oeuvres” tendem a ultrapassar as restrições do peso, os mais brilhantes para fazerem nascer uma nova poesia do espaço, outras para dissimular, por detrás das novas técnicas, a ausência de intuição pessoal».

Fica apenas a esperança de que o júri ao atribuir o Leão de Ouro da melhor apresentação nacional à Bélgica, sob o tema «Kinshasa, a cidade do imaginá-

rio, que procura encontrar, em primeiro lugar na identidade das populações, antes de qualquer outra consideração, os elementos estratégicos de recomposição da cidade», tenha apontado o verdadeiro caminho... e este seja seguido.

3.1.4. CONSTRUIR, RECONSTRUIR OU RECUPERAR?

A resposta da arquitectura não pode ignorar esta questão fundamental que, por sua vez, está ligada aos diferentes objectivos das pessoas pulverizadas pelas cidades a três velocidades.

Uma coisa é certa: os equipamentos urbanos e industriais deterioram-se, envelhecem, caem e, tantas vezes, são abandonados. Aparecem outros locais, outras necessidades a que a nova construção tem que dar, obviamente, resposta. Mas dois problemas permanecem: que fazer aos edifícios abandonados ou degradados em áreas que a população abandonou? E que fazer a esses edifícios e outras infra-estruturas em áreas ainda habitadas?

No primeiro caso, estamos colocados perante um problema de raiz ecológica em que duas correntes se manifestam abertamente contrárias, sobretudo no que toca às instalações industriais. Uma delas defende a preservação da arquitectura industrial; a outra defende o seu desaparecimento por auto-destruição natural, sendo certo que ainda há uma nova hipótese: o seu aproveitamento para habitação transformada da população jovem, como se está a tentar em Portugal.

Na perspectiva da inovação e da cidade é a segunda pergunta que mais sentido faz, conquanto a opção pela recuperação passe a ter respostas com alguma similitude com a opção pela preservação e aproveitamento do património industrial.

Nesta matéria há posições radicais de absoluta rejeição, designadamente o historiador de arte britânica do século XIX, John Ruskin para quem «aquilo a que chamam pretensiosamente restauração não é senão a pior forma de destruição». E continua: «Tal como é impossível ressuscitar os mortos, também é impossível restaurar o que foi grande e belo em arquitectura», defendendo, em consequência, que a arte última de um monumento é desaparecer e desaparecer com dignidade, ou seja, sem que nenhuma substituição desonrosa e enganadora ocorra.

Em contrapartida, em França, por essa mesma altura, o arquitecto Emmanuel Viollet-le-Duc era adepto do que podemos chamar «restituições», afirmando que «restaurar um edifício é recolocá-lo num estado que pode nunca ter existido num dado momento».

Entre estas duas posições extremas desenvolveu-se uma terceira via, consagrada pela Carta de Veneza (1964) que, tal como refere *Le Monde* (16.09.2004), «insiste no respeito pela história do monumento histórico através das intervenções de todas as épocas».

Os dados estão lançados e uma vez mais parecem ignorar, radicalmente, o papel que essa recuperação (e o seu tipo) ou a ausência dela tem ao serviço da cidade e do cidadão.

E, aqui, como em todas as outras situações, não há solução única e é à cidade que compete reorganizar a urbe e não aos iluminados para testar as suas teorias e os seus gostos.

A consulta popular feita pelo *Maire* de Paris é, também aqui, um bom ponto de partida e as novas tecnologias permitem que estas consultas se possam vir a fazer, no futuro, com maior expressão.

3.1.5. A CIDADE TEM MESMO FUTURO?

A ideia de inovação ao serviço da cidade coloca esta última no centro das preocupações. Mas, tendo em atenção a pulverização da cidade e a desagregação que ela está a sofrer, a inovação ajudará mesmo a cidade a refazer-se ou contribuirá para o seu desaparecimento? Mas, tal qual como se pergunta com a recuperação dos edifícios degradados, se a cidade está em desagregação, é possível restaurá-la ou o seu fim honroso é a morte?

Se há elementos no estudo que vamos fazendo que legitimam esta pergunta, a legitimidade vem reforçada pelo desafio lançado por Jacques Attali (2004) que defende que o homem tem tendência a regressar ao **nomadismo**, embora de outra natureza.

Segundo Attali, «O sedentarismo é um breve parêntesis na história da humanidade. Durante a parte essencial da sua aventura, o homem foi formado pelo nomadismo e está em vias de se voltar a tornar um viajante.»

Mais uma vez a história do passado a impor lições e vias de investigação e inovação ao presente. Escreve J. Attali: «Convém trazer para as primeiras filas da História estes actores, ignorados ou esquecidos até hoje, povos nómadas, pastores, mercadores, cavaleiros, criadores, descobridores e migrantes, que foram os inventores do que é ainda hoje o substrato de todas as civilizações, do jogo à arte, da escrita à metalurgia, da agricultura à música, de Deus à democracia. Uma nova leitura da sua génese esclarece as culturas de que provimos».

Em seu entender, «os grandes conflitos do futuro não oporão civilizações mas **o último império sedentário, o império americano**, a três impérios nómadas, em competição com a América e em luta uns com os outros, aspirando a governar o mundo por sua própria conta: **o mercado, o islão e a democracia**.

Para escapar ao caos que se anuncia e aos totalitarismos ainda possíveis, a humanidade deverá conseguir viver como sedentária para se construir e nómada para se inventar sucessivamente».

Esta longa citação não significa que partilhemos, completamente, desta visão, mas reflecte tão somente um desafio que está na linha da existência dos tais **cosmopolitas** quase apátridas de Rosabeth Kanter ou dos «gentrificados» que refere Donzelot.

Se a visão optimista que Attali viu brotar destes seus pressupostos tiver um mínimo de realismo, que sentido terá a cidade do futuro: continuará a servir para fazer comunidade? E uma comunidade estável?

A visão de Atalli sobre a cidade é desafiadora: «A cidade, futuro lugar de vida essencial da humanidade, deverá tornar-se um lugar acolhedor para os viajantes, qualquer que seja a duração da sua estada, e em primeiro lugar aos **infranómadas** (são os nómadas involuntários, quer por herança (últimos descendentes dos primeiros povos), quer nómadas forçados (sem abrigo, trabalhadores imigrados, refugiados políticos, deportados pela evolução económica, trabalhadores móveis como os ligados a actividades nas estradas e representantes comerciais).

Ela será concebida como um oásis e deverá reunir as condições de acesso de todos ao Bem Comum: redes de comunicação, alojamentos, financiamento de emprego; deverá ser um lugar de acolhimento de todas as culturas. Ao mesmo tempo deve satisfazer a vida sedentária, isto é, autorizar o repouso, a imobilidade e o encontro. O silêncio, a qualidade do ar, a convivialidade dos lugares públicos serão os seus traços essenciais.

Ninguém será proprietário e ninguém aí será estrangeiro.»

Esta visão idílica, que ultrapassa quase o plano da utopia, é independente do lugar onde se desenvolve, destruindo assim o princípio que vimos defendendo, de que o espaço e o tempo são essenciais para a definição da cidade, mantendo-se, no entanto, a característica da cidade como ponto de encontro.

Mas há algo que é mais perturbador: nesse idílico ambiente subsistem os infranómadas (mesmo que a sua categorização já não seja a que Atalli descreve para a situação do final do século XX). Como poderá haver um equilíbrio social se não há estrangeiros, nem ninguém é dono de nada?

Para lá desta, pelo menos aparente, incoerência, não há dúvida que a cidade é o lugar de acesso que Jeremy Rifkin já referia e, por isso, muito

mais urbe que cidade. No limite, temos uma urbe que vai coexistir com cidades (ou seja, conjuntos de cidadãos) de geometria variável, sem características específicas. Mas, no seu modelo, não podia ser de outro modo: a descrição é de uma cidade típica do mundo, não típica de qualquer região.

Vemos aqui uma relação de indiferenciação entre as cidades que, já na Grécia antiga, foi atribuída à democracia e considerada a causa da sua degradação.

É mesmo esta a cidade do futuro? Onde está a tensão criativa? Onde está a especificidade?

Por muito idílica que seja a visão, ela não nos é particularmente atractiva, mas reclama uma investigação clara sobre o papel que a inovação pode ter na cidade, ou seja, que cidades se querem (e não só cidades) e como inovar para as atingir?

3.2.

A INOVAÇÃO AO SERVIÇO DA CIDADE

Neste ponto abordaremos, fundamentalmente baseados em Estudos de Casos, o efeito que as inovações tecnológicas têm tido nas características e na vida das cidades actuais, tentando daí retirar os benefícios e as eventuais ameaças para a ideia de «civilizar a cidade» (cada cidade, diferente das outras).

A influência dessas inovações alarga-se a vários campos, como sejam a criação e a gestão de novas cidades (ver Estudo de Caso «Alphaville»), o papel das empresas privadas na melhoria do seu relacionamento com o cliente (veja-se os estudos de casos da Galp, da extensão da via verde aos parques de estacionamento, da loja semi-virtual em Londres), até à alteração da governação do sector público, designadamente das autarquias, do tipo de vida do cidadão na cidade, o seu relacionamento com o meio que o rodeia, designadamente o meio rural e a maneira como faz turismo, ou seja, se aproxima da condição de nómada voluntário de Atali.

Um simples olhar sobre a generalidade dos exemplos revela que há um ponto quase comum em todos eles – o papel central (que não exclusivo) dos Sistemas e Tecnologias de Informação.

Como caso particular surge, pela sua ligação explícita à cidade, o programa das cidades digitais, que não pode deixar de ser abordado.

3.2.1. A GESTÃO DE NOVAS CIDADES E O PAPEL DAS EMPRESAS NO RELACIONAMENTO COM OS CIDADÃOS

Os estudos de casos apresentados, e já referidos, mostram como as inovações podem estar ao serviço da cidade, de alguns cidadãos ou contra eles.

O caso de Alphaville pode vir a ser um óptimo contra-exemplo do «fazer cidade» (pois não promove, antes compromete, a necessidade de convivialidade para «criar cidade»), tal como o caso do Metropolitano de Lisboa é o exemplo típico do uso imoderado (ousamos dizê-lo) de uma tecnologia sem preocupação pelo bem-estar e segurança do cidadão.

ESTUDO DE CASO



Alphaville

No Brasil apareceu recentemente uma inovação que dá pelo nome de Alphaville. Alphaville, nome da cidade controlada por um computador no filme de Jean-Luc Godard com o mesmo nome, é hoje em dia uma enorme propriedade murada, localizada a cerca de 40 quilómetros de Belo Horizonte onde se situa um colégio, um supermercado e outras estruturas de apoio, bem como centenas de excelentes moradias. O conceito subjacente a este homónimo da cidade espacial é a criação de uma pseudo-cidade (não é possível considerá-la cidade em sentido lato do termo) na qual as crianças e jovens possam viver protegidos e em segurança convivendo apenas com pessoas com o mesmo nível de vida.

O projecto encontra-se ainda numa fase bastante inicial pelo que é precipitado tirar conclusões, mas resulta já óbvio o facto de a maioria dos pais que trabalham terem que se ausentar de Alphaville para trabalhar. Quanto ao resto... esperemos que os seus habitantes não deixem de saber raciocinar, comunicar, amar, etc., como aconteceu na Alphaville de Jean-Luc Godard.

A colocação de um prestigiado colégio foi o factor crucial de atracção e principal causa de movimentação na zona. No entanto, o movimento proporcionado pelo colégio não se traduziu ainda numa clara adesão ao projecto, uma vez que muitos dos estudantes do colégio não residem em Alphaville.

ESTUDO DE CASO



O acesso fechado do metropolitano de Lisboa

Se há caso acabado de insucesso na aplicação de novas tecnologias é o fecho do acesso ao Metropolitano de Lisboa.

De um Metropolitano aberto, saudado por todos os turistas, passou-se, sem qualquer estudo adequado, para uma armadilha onde o bem-estar do cidadão e a necessária segurança diminuíram assustadoramente.

Se se tratou de aumentar a receita, diminuindo o número de pessoas que circula sem bilhetes, haveria outros métodos alternativos. Mas mesmo optando pelo encerramento, não se compreende que seja preciso voltar a pôr o cartão ou o bilhete para sair, dando origem a desesperantes filas.

Que ocorrerá se houver um desastre ou um incêndio? Basta olhar para o Metropolitano de Paris: é preciso o bilhete para entrar nos torniquetes, mas à saída as portas abrem automaticamente de dentro para fora e nunca de fora para dentro.

Acresce que em átrios onde não há bilheteiras com pessoal, as máquinas não funcionam dias a fio, designadamente com multibanco e, com frequência, as portas não abrem quando se apresenta o bilhete ou o cartão.

Um exemplo acabado de «inovação» ao serviço do desespero do cidadão.

Já os casos da Galp e da Loja Semi-Virtual servem o cidadão, simplificando-lhe a vida, ao mesmo tempo, é claro, que são uma mais-valia para as empresas que os criaram.

No caso da Loja Semi-Virtual tem-se já em vista uma cidade preparada para «nómadas», que aí vêm «recolher» os bens e serviços, de passagem.

ESTUDO DE CASO



A Galp e a interacção com os clientes (www.galpenergia.com)

Galp – Telemóveis/SmartPhone GALP/TMN

A Galp, com vista a aumentar a sua visibilidade, interacção e confiança dos clientes desenvolveu em conceito do SmartPhone Galp/TMN que é um telemóvel com o Sistema Operativo Windows da Microsoft que disponibiliza informação útil para os automobilistas, combinando as comunicações de voz e dados.

A aplicação Galp Mobile que opera neste telemóvel permite o acesso a diversas funcionalidades e informações que poderão ajudar o automobilista no seu dia-a-dia, onde quer que ele esteja e para onde quer que vá. Esta aplicação disponibiliza, também, informações e serviços de acordo com o local em que se encontra, nomeadamente postos Galp próximos e situação do trânsito, com base na localização que poderá ser obtida através de identificação celular ou através de GPS.

Galp – Pagamento via impressão digital – galpbipay

A Galp no seguimento do desenvolvimento do seu serviço *pay & go* que permite abastecer e pagar na própria bomba utilizando o cartão de crédito, multibanco ou o Galp Frota, lançou recentemente o galpbipay. Este é um inovador meio de pagamento de produtos e serviços disponíveis nos postos Galp, baseado em biometria. O sistema galpbipay utiliza a impressão digital para reconhecer e validar um cliente da Galp que pode pagar a sua despesa apenas

colocando o dedo indicador numa célula de leitura óptica, substituindo assim os cartões para pagamento e o cartão para acumulação de pontos através da associação destes a um dedo e um código BIO (código numérico seleccionado pelo cliente) nos postos Galp aderentes a este serviço.

O serviço de pagamento biométrico lançado pela Galp em Março já é utilizado por oito mil clientes em 75 postos de abastecimento. A empresa quer massificar o serviço e estendê-lo ao resto do país. O objectivo é ter 200 postos a aceitar este meio de pagamento.

A Via Verde está no mesmo caminho com as novas aplicações que faz, sendo pena que não tenha melhorado, claramente, a gestão do seu negócio seminal, nem dele se tenha apoderado com o exclusivo que a invenção lhe teria proporcionado.

ESTUDO DE CASO



Via Verde em parques de estacionamento – extensão da inovação

A Via Verde é, desde há alguns anos, um dos casos incontornáveis, quando se fala de inovação. Não se trata de apresentar a sua utilização seminal, embora a mesma, devido já há sua idade, seja um bom exemplo para tirar lições de muito do que de melhor e pior pode ser feito com um produto inovador de grande potencial.

Em particular, saliente-se que não se tirou dessa inovação o devido proveito de internacionalização e não tem havido o adequado ajustamento aos fluxos de tráfego. Basta ver as vezes que quem tem via verde fica em filas bem maiores do que aqueles que a não têm.

A abordagem da Via Verde que queremos fazer prende-se, especificamente, com a sua evolução no sentido de, utilizando o mesmo tipo de tecnologia, inovar em diferentes campos como é o caso recente dos parques de estacionamento equipados com o sistema Access em que os clientes da Via Verde podem usufruir do serviço do parque e efectuar o seu pagamento apenas premindo um botão à entrada do parque. A localização de detectores de dispositivos da Via Verde à entrada e saída dos parques permite que a tarifa do parque seja debitada automaticamente no cartão associado ao dispositivo da Via Verde evitando ao cliente o incómodo de se dirigir à zona de pagamento e/ou de possuir dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento.

A generalidade dos casos lembra a necessidade de testar modelos e de os abrir à maioria, se possível, a toda a população. É bem evidente, aliás, em todos os casos que a aplicação das inovações ao bem-estar se dirige aos cidadãos, mais do que à cidade.

ESTUDO DE CASO



Loja Semi-Virtual

O desenvolvimento de uma multiplicidade de instrumentos para interação com o cliente tem sido um dos factores mais inovadores para a criação de novos tipos e modelos de negócio. A experiência adquirida com as falhas detectadas nalguns destes modelos e a disponibilidade de tecnologias e modelos de negócios existentes tem levado recentemente à criação de «modelos híbridos» em que alguma tecnologia e modelo de negócio mais tecnológico são integrados com componentes mais tradicionais sendo esta combinação de grande sucesso.

Um bom exemplo da ideia anteriormente exposta é o caso da Argos (www.argos.co.uk) que possui numa das mais movimentadas e comerciais ruas de Londres (Kensington High Street) uma loja de características fora do comum. Nesta loja (cheia de famílias e grupos de amigos) as pessoas consultam animadamente e discutem catálogos de folhas plastificadas ou terminais digitais colocados em balcões numa zona existente à esquerda de quem entra na loja. Após esta consulta, dirigem-se a um balcão existente ao fundo da loja (com ligação a um armazém escondido do olhar do público) onde levantam os artigos que desejam, passando depois à caixa, situada à direita de quem entra, para efectuar o pagamento e completar o circuito.

Os artigos vendidos vão desde brinquedos a mochilas e carrinhos de bebé, relógios, estojos de *toilette* e jóias passando por electrodomésticos e equipamentos desportivos e electrónicos e até móveis. A característica comum é o baixo preço (por vezes metade do normal).

3.2.2. ALTERAÇÕES NOS SERVIÇOS PÚBLICOS E NA GOVERNAÇÃO DAS AUTARQUIAS

O sector público pode ser um forte motor de aplicações inovadoras, em várias áreas, desde a loja e o portal do cidadão ao voto electrónico, à possibilidade de participação directa do cidadão na vida da cidade e em certos serviços cuja funcionalidade e *performance* podem ser claramente aumentadas, como se evidencia no Estudo de Caso do Cartão Inteligente de Saúde da Lombardia.

ESTUDO DE CASO

CRS (Carta Regionale dei Servizi) (www.crs.lombardia.it/index.jsp)

O primeiro objectivo do governo da Lombardia com esta iniciativa foi o de aumentar a qualidade e eficiência da sua administração de saúde, simplificando a sua relação com os cidadãos e reduzindo custos. O projecto tem também a intenção de estimular a adopção das tecnologias de informação na região tanto a nível do sector público como do privado.

A criação deste cartão de saúde integrando um *chip* lança também as bases para uma plataforma que permitirá lidar com o volume de dados envolvidos nos processos de diagnóstico, prescrição, tratamento e reabilitação, configurando um tipo de gestão da saúde numa perspectiva de futuro. A chave de todo o sistema é o usualmente designado «smart card» que é distribuído a todos os cidadãos. Este cartão confere a todos os utilizadores e profissionais de saúde autorizados acesso ao arquivo centralizado dos dados administrativos e clínicos. Terminais especiais em consultórios, hospitais e farmácias podem ser usados para aceder aos registos de exames anteriores, relatórios, tratamentos e internamentos.

Uma comissão de utentes em que estão representados médicos, farmacêuticos e administradores do sector da saúde, tem tido um papel activo em todos os passos decisivos do processo. Em paralelo o projecto tem investido fortemente em comunicação com vista à explicação dos benefícios do CRS e em apoio dos profissionais e cidadãos no uso efectivo do sistema.

Adaptado de *Innovation and Technology Transfer*, vol. 4/04, July 2004

De novo é patente o peso que os Sistemas e Tecnologias de Informação tem em boa parte das aplicações, que coloca a ameaça de exclusão de muitos cidadãos que, assim, deixarão de o ser, passando à margem, se não houver uma adequada transição para incorporar todos na cidade e na sua governação, embora o caso da Lombardia vá, exactamente, no bom sentido da integração de todos.

Do mesmo passo se levanta o problema do tipo de expressão democrática a usar na governação da cidade, sendo que as consultas populares e uma aproximação à democracia directa (como, em parte, fez o *Maire* de Paris no caso do programa para a cidade) torna-se cada vez mais possível, embora a fiabilidade e a segurança proporcionadas pelo voto electrónico sejam ainda insuficientes.

3.2.3. A INOVAÇÃO E A CIDADE ABERTA

A abertura das cidades ao turismo e ao meio envolvente, ao mesmo tempo que reclama uma nova organização, concita a aplicação de variadas inovações que tornam a vida na cidade diferente e mais atractiva.

Se assumirmos as cidades como os principais pontos de partida e chegada da maioria das viagens de longa distância efectuadas actualmente no nosso planeta e tivermos em conta a crescente mobilidade da população do globo (de acordo com a Organização Mundial de Turismo, 50 milhões de pessoas por ano viajam dos países industrializados para os em via de desenvolvimento, vindo este número a crescer cerca de 5-6% por ano), surgem oportuni-

des de inovação, nomeadamente no campo da saúde, que podem ser aproveitadas pela indústria farmacêutica.

A recente aprovação de produtos como o antibiótico oral *Xifaxan*, da Salix Pharmaceuticals, é uma prova do interesse e oportunidade que este mercado representa, em grande parte proporcionada pelas graves deficiências que se constataam ao nível dos programas de vacinação recomendados para os viajantes.

Em consequência dos comportamentos anteriormente apontados relativamente à vacinação, aumenta a exposição a doenças como a malária e as febres tifóide e amarela e emergem novos problemas a resolver pelas autoridades de saúde ocidentais, que terão que tratar os viajantes doentes no seu regresso.

Por exemplo, 20-25% da totalidade dos viajantes internacionais são afectados por diarreia o que corresponde a cerca de 10 milhões de pessoas por ano. Este número de pessoas doentes por ano representa uma oportunidade para produtos inovadores dirigidos a estas situações, que têm sido recentemente aproveitadas por empresas como a Chiron, que recentemente lançou a sua vacina oral *Dukoral* contra a ETEC (*Enterotoxigenic Escherichia coli*), causadora da usualmente conhecida diarreia do viajante e a cólera. A Microscience tem também uma vacina em estado avançado de desenvolvimento, para além do já referido lançamento do *Xifaxan*.

Se estas inovações são dirigidas à segurança dos viajantes (no sentido de aumentar o nível de defesa face a doenças resultantes das deslocações), outras dirigem-se preferencialmente a facilitar o seu deslocamento inter e intra-cidades como o caso do Aeroporto de Schiphol bem ilustra.

ESTUDO DE CASO



Aeroporto de Schiphol e *Check-In* com reconhecimento pela íris – Privium (www.schiphol.nl/privium/)

Privium é o nome de um serviço disponibilizado pelo aeroporto de Schiphol, mediante uma subscrição anual, que tem em vista agilizar o acesso ao aeroporto e reduzir o tempo entre a chegada ao mesmo e o embarque para o voo. Este serviço engloba acesso prioritário a determinados parques para estacionamento, *check-in* e embarque em portas específicas que permitem maior rapidez de processo e está disponível para todos os cidadãos com passaporte válido da zona económica europeia. Esta rapidez de processo está baseada em métodos biométricos *state-of-the art* que, utilizando o reconhecimento da íris, permitem um processo mais seguro e mais rápido do que o usual controlo de passaportes.

Quando um cliente subscreve o serviço Privium é efectuado o *scanning* de ambos os olhos, processo este que é simples e inofensivo e não é dificultado pelo uso de óculos nem lentes de

contacto. Apenas os óculos escuros dificultam a realização do mesmo. Os dados do *scanning* são armazenados num *chip* dum cartão (não numa base de dados) que é posteriormente usado para comparar os dados do cartão (introduzido em equipamento adequado) com os do corpo da pessoa na altura do embarque. Logo após este processo de comparação, os dados são removidos do sistema.

O sistema, actualmente existente no aeroporto de Schiphol, foi desenhado de acordo com as especificações deste aeroporto e o *software* desenvolvido em estreita colaboração com o Departamento de Imigração e Naturalização e com a Polícia do Aeroporto (Koninklijke Marechaussee Schiphol), estando o serviço disponível para utilizadores de muitas companhias aéreas, incluindo a TAP.

Simultaneamente, a cidade abre-se aos seus habitantes, modificando os seus hábitos de encontro e de consumo através de inovações organizativas que se apoiam nas novas tecnologias (de que o «Estudo de Caso» da «Starbucks» é um exemplo paradigmático), ao mesmo tempo que, com a sua colaboração e de empresas que procuram responder positivamente à sua responsabilidade social, se tenta melhorar o ambiente da cidade (como bem ilustra o caso da Tetrapack), ou estimular o acesso a bens que só a vida rural propicia (ver Estudo de Caso «Froot»).

ESTUDO DE CASO



Starbucks – beber café como ponto de partida para a inovação

Howard Schulz e a sua Starbucks foram os responsáveis pela introdução de um novo conceito social de beber café. Em conjunto com o café, decidiram dar música aos seus clientes. O seu objectivo: surpreender e deliciar a comunidade Starbucks a um ritmo frenético proporcionado pela música envolvente está a ser alcançado com grande sucesso e rapidez.

Em alguns dos estabelecimentos Starbucks, em cima dos bancos de pé alto, descansam auscultadores, e ecrãs de computador estão embutidos no balcão. Nestes estabelecimentos pode ser gravada música e isso é um processo legal e sem qualquer problema. Estão disponíveis cerca de 150 mil canções, distribuídas por 20 mil álbuns.

É realmente fantástico este novo conceito de loja de música na famosa Third Street Promenade, em Santa Monica, a Hear Music Coffee House (que é resultado da aquisição da Hear Music pelo Starbucks em 1999). É um local bonito, com uma iluminação acolhedora e todo forrado a madeira – um local onde é possível comprar velhos CD normais, ou matar o tempo com uma bebida enquanto se ouve música e se esquadrinha milhares de temas armazenados numa base de dados para criar o seu próprio CD. Por 6,99 dólares pelas primeiras cinco músicas que gravar e um dólar por cada música adicional, mais cinco minutos de espera no final, tem um CD lindo e personalizado para levar para casa.

No próximo mês de Agosto, a Starbucks irá instalar postos individuais de som, com a possibilidade de se poder gravar CD, em 10 lojas Starbucks sediadas em Seattle. Com a ajuda do seu parceiro tecnológico Hewlett-Packard, a Starbucks planeia possuir 100 cafeterias em todo o país que ofereçam a Hear Music até ao Natal e mais de 1000 a funcionar até finais de 2005.

Schulz quer que os clientes da Starbucks sejam capazes de gravar os seus próprios CD e também possam, um dia, utilizar a enorme rede *Wi-Fi* para comprar e armazenar música em qualquer dispositivo imaginável – desde computadores portáteis e iPods, passando por telefones ou PDA.

In *Thinking outside the cup*, East Company, July 2004

ESTUDO DE CASO

Tetra Pak – embalagem responsável

O mês de Maio de 2004 ficou marcado para a Tetrapak pela assinatura de um protocolo com mais sete empresas e entidades para uma candidatura ao Programa LIFE – Ambiente, da União Europeia. Trata-se de um projecto de recolha selectiva e reciclagem de embalagens de cartão para alimentos líquidos (ECAL) e de resíduos de cortiça, designado *Eccor*.

O objectivo do projecto é fazer com que os estabelecimentos de comércio possam assumir um papel de destaque na sensibilização dos consumidores para a recolha selectiva dos resíduos de ECAL, por exemplo, através da instalação de recipientes próprios naqueles estabelecimentos.

O projecto de demonstração pressupõe também o encaminhamento para reciclagem dos resíduos de ECAL recolhidos, designadamente para incorporação num novo produto tecnologicamente inovador e de marca portuguesa que combina os materiais dos resíduos de ECAL com a cortiça. Este produto, que terá aspecto e aplicação semelhantes aos da corticite, foi desenvolvido por uma equipa do INETI e recebeu já, na sua fase experimental, um prémio de ouro em Genebra pelas suas características inovadoras.

Cumpre-se assim um importante passo no incentivo à investigação e desenvolvimento de novos métodos de reciclagem, nomeadamente para resíduos de embalagens, conjugando esforços de fabricantes de embalagens, embaladores, comerciantes, consumidores, sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos e outras entidades.

Além da Tetra Pak Portugal, o projecto conta ainda com a participação do Instituto dos Resíduos, da DECO, do INETI – Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, da AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, da SPV – Sociedade Ponto Verde, da SNC – Sociedade Nacional Corticeira e da DECOECO, cabendo a esta última a apresentação e demonstração do projecto junto do Programa LIFE – Ambiente.

Adaptado de *Portal do Executivo* (ver www.portalexecutivo.com)

ESTUDO DE CASO

Froot – trazer os hábitos saudáveis do campo para a cidade

Com base nas necessidades conhecidas de consumo de fruta e do gosto de as pessoas se aproximarem do consumo em condições naturais, Kathrine Fryson idealizou a Froot. A Froot é uma máquina automática de venda que fornece unidades de fruta empacotadas e

lavadas de forma semelhante às usuais máquinas de vender bebidas mas com alguns melhoramentos. A fruta está armazenada em esferas transparentes de plástico que impedem qualquer contacto da fruta com a máquina e previnem pancadas que poderiam levar à sua degradação e apodrecimento. Estas embalagens podem ser usadas para proteger o fruto após a compra bem como para guardar carochos ou cascas. Foi tendo em conta que os frutos são usualmente difíceis de guardar e se degradam com facilidade mas são de grande beleza que Kathrine concebeu a sua máquina apostando em que as pessoas se sintam atraídas a olhar para ela e assim possam passar a consumir mais fruta – uma espécie de árvore de fruta estilizada que se dará bem na cidade pois encontra-se preparada para essa envolvente (esteticamente atractiva e protegida contra roubos e degradação).

Adaptado de *Business Life Observer*, 2004

Mas a ligação das cidades ao campo tem também vertentes inovadoras, designadamente pela assunção da responsabilização de instituições tipicamente citadinas, bem como dos cidadãos, na preservação de um ambiente rural saudável, como bem ilustra o caso do Prime Forestry Group. No fundo trata-se da extensão à área do investimento da busca de alternativas ecologicamente responsáveis, que permitem um desenvolvimento sustentado e um aumento da qualidade de vida na cidade e na sua extensão rural, tantas vezes indispensável para o descanso do cidadão.

ESTUDO DE CASO



Prime Forestry Group – estar na cidade e investir no campo

Os bancos de investimento são o tipo de serviços tipicamente localizados nos grandes centros urbanos e geralmente associados à vida de cidade, de algum modo por vezes associada a um «capitalismo selvagem», e investimentos localizados, também na sua maioria, em cidades e cotados e trocados em bolsas que se localizam também em grandes cidades.

Curioso é o aparecimento de empresas de investimento como o Prime Forestry Group que propõem investimentos com foco na valorização (14% ao ano) mas também com grandes preocupações ecológicas chamando a atenção que as poupanças que efectuamos devem ser investidas com preocupações de conservação e responsabilidade. Para que estes objectivos se cumpram a sugestão é o investimento proposto pelo Prime Forestry Group que, com o seu modelo de negócios inovador, altamente rentável e ecológico, centrado em parcerias na área florestal, permite atingir valorizações de 14% ao ano ou mesmo mais, sempre de uma forma responsável e amiga do ambiente.

Este tipo de produtos não só representa uma inovação através da diversificação dos produtos de investimento disponíveis, como vai também de encontro às preocupações ecológicas

crescentes na maioria do mundo civilizado, com especial ênfase para a Europa, sendo uma clara demonstração da imprescindível interligação entre as cidades (dos serviços) e os meios rurais (da agricultura, da floresta, do lazer na natureza).

3.2.4. AS CIDADES DIGITAIS

Tal como o governo electrónico aparece como grande panaceia para melhorar a *performance* do Governo e a transparência da sua interface com os cidadãos, também a ideia de cidade digital, em particular com um Programa específico largamente publicitado em Portugal tende a aparecer como o cerne da inovação aplicada à cidade.

Sem embargo de reconhecer o seu mérito, esperamos ter amplamente demonstrado que há vida na inovação para a cidade para além da digital e que a contribuição desta última é bem mais importante pela sua difusão em várias áreas que pela sua concentração num programa específico.

É óbvio que esse programa, apoiado pelo Programa Operacional para a Sociedade de Informação (POSI) é uma oportunidade para responder aos desafios da cidade.

Contudo, estará ela a responder equilibradamente aos desafios propostos de um modo eficiente e coordenado, tendo em atenção as diversas vertentes que é preciso ter em atenção?

Ou não será uma exaltação avulsa de potencialidades que depois se transformou num tipo de «bolha especulativa» como sucedeu com a valorização das empresas «dot.com»?

Em particular, há imaginação e iniciativa suficiente para integrar os Sistemas e Tecnologias de Informação na vida diária da cidade e dos cidadãos e capital humano para sustentar e melhorar continuamente esses projectos ou é mais um meio de adquirir capacidade de aquisição de informação que não terá a utilização pretendida?

Vale a pena, a este propósito, atentar na experiência de Zamora (Estudo de Caso), ainda por cima aparentemente apoiada por entidades de reconhecida competência na área. O seu principal ensinamento é que projectos desta natureza têm que ser vistos com olhos de futuro, designadamente na capacidade de manutenção, amplificação e segurança. Quer isto dizer que estes projectos, para serem consistentes e verdadeiramente ao serviço da cidade, não podem ser um investimento pontual, porque há apoios para isso. Têm de ser um investimento contínuo, sustentado por capital humano de capacidade crescente de intervenção.

ESTUDO DE CASO



O fracasso de Zamora – cidade digital

Em Janeiro de 2002 *El Mundo* titulava «A era digital começa em Zamora» e continuava «Zamora será a primeira cidade da Europa que contará com uma infra-estrutura de acesso sem fios directo à Internet a alta velocidade, desde qualquer ponto do núcleo urbano, segundo asseguraram os responsáveis de projecto, denominado Afitel Zamora (...) O projecto é pioneiro em Espanha e é promovido pelo Ayuntamiento de Zamora, a Associação Zamorana de Empresários do Turismo, em colaboração com empresas como a Cysco Systems, Microsoft, IBM, Compac e Wireless and Satellite Networks.

Os promotores da iniciativa sustentavam que a Afitel oferecerá uma conectividade sem precedentes alcançando todas e cada uma das características pedidas pelos utilizadores da Internet, como é o caso da conexão a alta velocidade sem necessidade de telefone, nem cabo, com uma tarifa única de 9,90 euro/mês, 24 horas por dia, 365 dias por ano (...)»

Em 3 de Janeiro de 2003 o mesmo jornal titulava «Zamora é a cidade mais bem ligada do mundo», com o correspondente em Washington D.C. a escrever: «A urbe do mundo mais bem ligada à Internet é a cidade medieval de Zamora e os artífices da sua transformação receberam em Washington um prémio que a inclui na história da rede. Em Setembro de 2002 Zamora converteu-se na **primeira cidade do mundo** onde, independentemente do local da cidade onde está – num parque nas margens do Rio Douro, na sua ponte de pedra do século XII ou na casa de El Cid – poderá estar sempre ligado, sem necessidade de cabo».

Os magnatas americanos da informática reconheceram o carácter revolucionário deste avanço e atribuíram à sua responsável, a empresa espanhola Wireless and Satellite Networks, S.A. – com o nome comercial de Afitel – o prémio de melhor aplicação empresarial da Internet.

Com ele, a tranquila cidade que teve a sua glória na longínqua Idade Média, entrou também nos anais da história da mais moderna tecnologia, graças ao *Wi-Fi*.

Só que *El Pais* de 13 de Maio de 2004 titulava: «A oferta de *Wireless* rápida e barata fracassa em Zamora». E em subtítulo «O projecto, que um dia mereceu os maiores elogios, deixou de funcionar na cidade castelhana meio ano após o seu início».

E em texto: «Os 1500 assinantes que a iniciativa chegou a acolher estão sem ligação (...) À medida que aumentava o número de assinantes, atraídos pela boa relação qualidade/preço, piorava o serviço (...) Ao cabo de poucos meses o sonho transformou-se em pesadelo porque a falta de investimentos para colocar novas antenas, as carências de manutenção do sistema e a saturação originada pela afluência de internautas (alguns sem pagar) levou, primeiro, ao colapso e, mais tarde, ao final da ilusão. Digamos que o projecto morreu devido ao seu próprio êxito».

Estará isso assegurado nos projectos em curso? Não está nos planos dos autores fazer a Avaliação do Programa, mas estudos de casos que publicamos e que foram publicados, deixam-nos as mais sérias preocupações, não só em relação às interrogações que atrás colocamos, mas também em relação à sua adequação aos desígnios das cidades.

O caso do Leiria Digital configura, claramente, em primeiro lugar, uma oportunidade para adquirir equipamento informático para as autarquias, não

sendo claro que ele esteja em sintonia com as necessidades de servir o cidadão, designadamente com as capacidades de acessibilidades deste.

ESTUDO DE CASO



Leiria Digital estará disponível em 2006

Foi assinado o protocolo de financiamento do projecto «Leiria Região Digital» que tem como beneficiários todos os municípios dos concelhos da Associação de Municípios da Alta Estremadura, sendo que o projecto, apesar de só terminar em 2006, estará visível já dentro de seis meses com o Portal Regional. O investimento global atingirá cerca de 8 milhões de euros, 6 mil dos quais financiados pelo POSI (Programa Operacional da Sociedade de Informação). Através desse projecto, «todas as freguesias, de todos os seis municípios, vão ficar ligadas à Internet e às respectivas Câmaras Municipais, com quiosques multimédia disponíveis ao cidadão e com uma intranet para prestar serviços» afirmou o presidente da Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE).

«Nesta primeira fase vai-se avançar muito rapidamente no Portal da Região, que deverá estar pronto dentro de seis meses, e nas redes de banda larga e na intranet autárquica, que são os projectos da responsabilidade da AMAE.

Até final deste ano iremos despende cerca de 300 mil euros na aquisição de “software” e de equipamentos para as autarquias», acrescentou.

Retirado de *Público* (18.10.2004)

Neste momento e dada a difusão dos telemóveis e do relativo domínio que o cidadão comum vai tendo desse equipamento, em claro contraste com o domínio dos computadores, não valerá a pena estar atento aos desenvolvimentos dos sistemas de informação adaptados ao móvel, naquilo que Luís Gomes, em *El País* (19.09.2004), chama o aparecimento de uma nova revolução digital, baseada fundamentalmente no telefone móvel que já alterou radicalmente as nossas vidas?

Bem sabemos que é preciso não entrar por sistemas e tecnologias não suficientemente experimentados, nem suficientemente seguros, mas o nosso reparo vai mais no sentido de olharmos para as capacidades do cidadão, bem antes de equiparmos os organismos autárquicos.

Se bem atendermos ao caso de Zamora, lá está explícito «a urbe mais bem ligada do mundo». Mas o que nós queremos não é a urbe, é a cidade, e se não houver sintonia entre a urbe e a cidade, os projectos de cidadania falham. Prover infra-estruturas para a urbe sem olhar para o cidadão é um erro crasso, que o Estudo de Caso da Maia não alivia, antes agrava.

ESTUDO DE CASO



Maia Digital

«O WsAutarquias (produto de Medida.Net, um dos parceiros do MaiaDigital) dá resposta a um dos factores mais importantes do modelo de interoperabilidade definido pelo POSI, que é a possibilidade de coexistência de diversas soluções aplicacionais interagindo entre si de uma forma relativamente desacoplada. Isto permite a cada fornecedor de “software” manter as valias individuais da sua solução, não comprometendo a interoperabilidade do sistema que é garantida pela definição de esquemas e interfaces comuns, baseados em normas como XML e o SOAP.

O MaiaDigital é uma grande aposta na inovação e pretende conseguir colocar a Maia num lugar cimeiro na Sociedade de Informação, construindo o concelho do século XXI, prioritariamente dirigido aos cidadãos da Maia.

Colocar *on-line* a maior parte dos serviços camarários é uma das principais metas do programa MaiaDigital.

Outros objectivos do MaiaDigital no domínio autárquico passam pelo uso da Internet para pagamento de taxas por serviços camarários ou para acompanhar o andamento dos processos de obras particulares, tudo numa perspectiva de reduzir ao essencial a utilização de papel e dos contactos pessoais.»

Eng.º Paulo Cunha, Administrador, Medidata.Net *in* Caderno «Autarquias Digitais», *Expresso* (25.09.2004)

Aí há uma manifesta preocupação por demonstrar um domínio da tecnologia, mas, de novo, estamos do lado da «oferta» (isto é, da autarquia!), sem que se vejam referidas quaisquer características da procura (os cidadãos).

Mas há um assunto comum e bem mais grave! Qual deve ser a dimensão óptima para o desenvolvimento da cidade digital? O concelho, como quer a Maia, um agrupamento concelhio, como a AMAE? Mas quando no lançamento da AMAE, um membro do governo revela, com pompa e circunstância, que dentro em breve será concretizado um outro projecto do género no distrito, o «Oeste Digital», com um investimento de 7 milhões de euros, qual foi o critério que presidiu a esta organização e ordenação de projectos?

E onde está o capital humano capaz de os desenvolver e sustentar, sabendo que um inquérito realizado este ano pela Computing Technology Industry Association, uma empresa americana de formação certificada, 84% das quebras de segurança nos sistemas são originadas por erro humano, sendo frequente que os causadores desses erros nem sequer se dão conta deles e dos prejuízos que causam às organizações?

Os desafios à cidade digital estão feitos e são grandes, sendo fundamental não esquecer que o cidadão é o primeiro e central objectivo, como mostra o exemplo do município de Ipatinga, no Brasil (Estudo de Caso).

ESTUDO DE CASO



IT em Ipatinga, Brasil

«No município de Ipatinga, Brasil, um projecto inovador usa a Tecnologia de Informação para aumentar os “inputs” dos cidadãos para o governo e, simultaneamente, aumentar a transferência do processo decisivo daquele.

Puseram em prática o famoso modelo de orçamento participativo e, ao colocá-lo “on-line”, tornaram-no mais interactivo. Os cidadãos podem não só ver na rede, os mapas e os projectos da cidade, mas também votar neles e acompanhar os orçamentos e a concretização dos projectos. Para os cidadãos sem computador, a cidade proporcionou acesso a terminais e formação específica.»

In Elaine Kamark Government Innovation Around the World (Fev. 2004)

CAPÍTULO

4

A CIDADE AO SERVIÇO DA INOVAÇÃO


O B J E C T I V O S

- Perceber a profunda ligação entre a cidade inovadora e a cidade que usa a inovação.
- Identificar as condições para que uma cidade seja um foco crescente de inovação ao serviço dos cidadãos e do mundo.
- Aprender a necessidade de cooperação inter-institucional e inter-cidades.
- Tomar conhecimento de novos instrumentos adequados a desenvolver redes de investigação e perceber as suas oportunidades e seus desafios.
- Ligar a inovação ao desenvolvimento do capital humano, com particular incidência no ensino básico e secundário.
- Perceber a necessidade de mudar a cultura das organizações e da burocracia pública para que a inovação possa ocorrer.

P O N T O D A S I T U A Ç Ã O

Apesar de o objectivo essencial deste manual ser a inovação ao serviço da cidade, é para nós claro que uma cidade sem espírito de inovação não será nunca uma cidade que consegue pôr a inovação existente ao seu serviço. E nem é claro qual o primeiro passo a dar, lembrando o velho problema popular de precedência do ovo e da galinha.

Daí que se tenha decidido dedicar um pequeno capítulo à cidade ao serviço da inovação, bebendo, sobretudo, de estudo de casos de sucesso e investigando os passos dados em Portugal, de modo a potenciá-la no sentido de melhorar a má *performance* da inovação em Portugal e, sobretudo, nas cidades.

Daí emergem, de novo, o papel dos Sistemas e Tecnologias de Informação, já relevado no capítulo precedente, bem como o capital humano cuja formação desde o ensino básico tem que ser claramente melhorada. Do mesmo passo, se discute o papel da Administração Pública na inovação e se conclui pela necessidade de uma quase revolução cultural, sem a qual mais que um catalisador da cidade inovadora, a sua governação e os burocratas serão verdadeiros obstáculos à sua concretização. 

A inovação estará ao serviço da cidade tanto mais quanto a cidade estiver, também ela, ao serviço da inovação. É que este é um estado de espírito que traduz a não conformação com o que existe e a motivação permanente para melhorar. A cidade estar ao serviço da inovação, em sentido lato é, antes de mais, ser capaz de beber as inovações que vão surgindo, para as adaptar, inovando por sua vez. Por outro lado, é necessário ser ela própria geradora de inovação o que pressupõe uma estrutura de capital humano e um conjunto de infra-estruturas de ensino e de investigação capazes de concretizar esse objectivo. Isso coloca a questão de saber como atrair esses meios, com que dimensão e em ligação com quem.

4.1.

AS VIAS E OS MEIOS
DE COMUNICAÇÃO
E A ORGANIZAÇÃO
DA CIDADE
COMO ELEMENTOS
DE PROMOÇÃO
DA INOVAÇÃO

Londres, Tóquio, Paris, Nova Iorque, Bruxelas, Copenhaga, Estocolmo são não só dos destinos mais comuns quando consultamos o ecrã das partidas de qualquer aeroporto. São também os locais onde encontramos mais frequentemente filiais das multinacionais mais inovadoras e dos recentes sucessos empresariais.

É claro que a localização deste tipo de estruturas atrai muita gente a estas cidades que precisa de se deslocar den-

tro das mesmas para troca de informação e conhecimento que serão, por sua vez, responsáveis por gerar inovação e criação de riqueza que se materializará nestas ou noutras cidades – o tal ciclo virtuoso em que inovação gera inovação. Se a situação descrita é uma realidade, à mesma não será alheia a excelente rede de transportes existente nestas cidades (por exemplo, o Metro de Londres possui 275 estações e tem uma extensão de mais de 400 quilómetros, transportando diariamente 3 milhões de pessoas) ficando a dúvida se foi esta que conduziu à implementação das estruturas empresariais ou se as estruturas empresariais aí se localizaram devido às excelentes redes de transportes existentes (ver Estudo de Caso «Cambridge *versus* Oxford»).

ESTUDO DE CASO



Cambridge *versus* Oxford

Se a facilidade de acesso às cidades e de comunicação e mobilidade no interior das mesmas é um factor crucial para o seu desenvolvimento e para o fomento da inovação estes factores não são únicos nem suficientes. O que se tem passado com Cambridge na última década elucida bem o facto de estes factores não serem os únicos e ao mesmo tempo da relevância dos mesmos.

Oxford e Cambridge, rivais de há longa data, não só nas provas de remo mas também na geração de saber e prémios Nobel, têm assumido na última década um papel crucial no desenvolvimento do sector da biotecnologia no Reino Unido.

Em ambas as regiões a localização de vários centros de diferentes saberes e de I&D foi crucial para a criação de projectos empresariais na área inovadora da biotecnologia que, para ter sucesso, necessitam de reunir competências diversas oriundas de diferentes campos de conhecimento.

Se numa fase inicial os dois pólos se desenvolveram a par, nos últimos anos o desenvolvimento de Cambridge tem sido francamente superior, especialmente se tivermos em atenção o número de empresas instaladas na região. Enquanto em Cambridge, apesar da forte posição da Universidade e dos parques de ciência e tecnologia, foram as empresas que, atraindo outras empresas, permitiram a formação do actual agrupamento com mais de 120 entidades empresariais num raio de 25 quilómetros, em Oxford, apesar de uma Universidade igualmente forte e de um investimento ainda maior ao nível de parques de ciência e tecnologia, o número de empresas e a sua dimensão é bastante inferior. Tendo em conta que as características das duas regiões são, à partida, semelhantes, e que a sua distância a Londres é também mais ou menos a mesma, ao maior desenvolvimento de Cambridge não será alheia a proximidade do aeroporto de Londres Stanstead (cerca de 20 minutos), donde partem e chegam vários voos para toda a Europa, associada ao facto de os negócios/projectos de biotecnologia serem cada vez mais globais.

Independentemente da resposta a esta questão resulta óbvio que os transportes como meio de comunicação estão presentes em zonas de grande intensidade de inovação.

Um bom exemplo é Curitiba, uma cidade em que a preocupação com o transporte é uma das áreas mais trabalhadas. A rede de transportes de Curitiba é, não só extremamente inovadora, como também potenciadora de inovação, uma vez que a facilidade de comunicação é um dos factores cruciais no processo de inovação. A qualidade da rede de transportes de Curitiba está, pois, intimamente associada ao carácter inovador desta cidade baluarte da inovação no Brasil.

O foco na rede de transportes é apenas uma das vias, posto que essencial, para que as pessoas e as instituições inovadoras facilmente se encontrem. De facto, o encontro entre pessoas é essencial para a inovação, conforme salienta Maryann Feldman (2000) ao caracterizar o conceito de inovação, extensivo à localização. Defende que o conceito de localização como a unidade geográfica na qual a interacção e comunicação é facilitada, a intensidade da investigação aumentada e a capacidade de coordenação fortalecida. E dá o exemplo de um estudo sobre Silicon Valley (Califórnia), que enfatiza, que foi a comunicação entre as pessoas que facilitou a transmissão do saber e a abertura à criatividade entre agentes, empresas e mesmo entre as indústrias. Para além disso, essa comunicação é um factor essencial à existência da cidade como comunidade inovadora em todos os campos que não só o tecnológico.

É evidente que, no fundo, estamos a falar de mobilidade, quer na lógica da cidade aberta (é fácil chegar), como na interna (comunicar no seu interior é fácil).

Em estreita ligação com a comunicação está a aparência e a organização da cidade.

O *design* atractivo e inovador das próprias cidades atrai os inovadores, funcionando como catalisador para a inovação, tanto ao nível do *design* das próprias cidades (temos cidades que são verdadeiros museus arquitectónicos onde podemos encontrar construções dos diversos arquitectos mais conceituados – Paris, Londres e, mais recentemente, Berlim, por exemplo), como da atracção de empresas inovadoras noutras áreas que serão atraídas por esse mesmo *design*. No entanto, muitas vezes o *design* e os novos edifícios não são suficientes, como demonstra o recente exemplo do pouco sucesso inicial dos projectos das Docklands, em Londres.

O *design*, mais que uma vertente estética, visa a funcionalidade, que se revela crucial quando se está a falar de inovação. É que, se a vertente estética (espaços verdes de dimensão e aspecto agradável, limpeza, dimensão e cores dos edifícios, etc.) pode ter o papel atractivo conferindo «conforto estático», a vertente funcional (fáceis acessos, ligações entre os diferentes transportes fáceis e abrigadas da chuva ou do sol, sinalização clara, etc.) confere um «conforto dinâmico» e permite o bom funcionamento e produtividade com baixo stress. Um bom exemplo de intervenção, tendo como base estas preo-

cupações, foram os trabalhos efectuados em Barcelona por ocasião dos Jogos Olímpicos e seu aproveitamento posterior.

Além disso, as características específicas da vida da cidade criam também oportunidades para a inovação, nomeadamente no que diz respeito à população flutuante, crescente na maioria das grandes cidades, dependendo a qualidade de vida dessa população das condições que lhe permitem uma melhor adaptação a esse estilo de vida. A satisfação das necessidades desta população cria, assim, novas oportunidades de inovação (ver «Estudo de Caso» «T-bag»).

ESTUDO DE CASO



A versatilidade das T-bag

«(Um) princípio de simplicidade e depuração está presente no design dos modelos a que Sara Amado chamou T-bag, um novo conceito de utilização para T-shirts/sacos, projecto vencedor do concurso Designwise 2.0, 2004, que será editado pela marca. Com duas pequenas molas e um zíper, a peça muda de função, seja como pequena mochila ou como camisola que vulgarmente se coloca sobre as costas... A ideia de transformar estas peças tem a ver com a necessidade que as pessoas sentem ao transportarem as suas coisas durante todo o dia pois habitam as cidades, embora vivam nos arredores.»

In Casa Cláudia, Novembro 2004

4.2.

O PAPEL DOS FACTORES INSTITUCIONAIS E HUMANOS NA INOVAÇÃO NA CIDADE

Se é certo que factores como a facilidade de acesso e mobilidade e *design* agradável e funcional são muito importantes para o surgir da inovação nas cidades, estes não são suficientes, existindo outros que assumem grande relevância, especialmente se tivermos em conta que actualmente muita da inovação pode ter a sua origem em investimento estrangeiro. Dada a gran-

de deslocalização dos negócios a nível mundial especialmente nas áreas de elevada intensidade tecnológica em que a maioria dos negócios são globais, a localização das respectivas infra-estruturas passa a estar condicionada, para além dos factores anteriormente referidos, por factores como a segurança, facilidade, clareza e idioma da legislação, etc.

O sucesso de Singapura nos últimos anos na área das novas tecnologias, com especial ênfase para o sector biofarmacêutico, é uma boa indicação do relevo dos factores legislativos e de organização política, nomeadamente no que diz respeito a assuntos de direitos de propriedade intelectual e no fomento da inovação. Através de um grande investimento em segurança e em outros dos factores anteriormente referidos, Singapura experimenta um enorme desenvolvimento proporcionado, em grande parte, pela atracção de novos projectos transnacionais.

Se é certo que Singapura possui uma situação geográfica adequada para servir como porta de entrada para a Ásia, muitos outros locais poderiam à partida assumir o mesmo papel. No entanto, o posicionamento do governo de Singapura e a sua preocupação como fomento da inovação, asseguraram que esta localização fosse a escolhida por muitas das grandes e inovadoras empresas. O fomento de parcerias entre a indústria e institutos de I&D locais, hospitais e universidades, possibilitou o fomento da inovação e a consequente percepção de Singapura como o local ideal para entrada no continente asiático. Especial esforço foi também desenvolvido no sentido da formação de pessoal com competências nas áreas tecnológicas que pudessem servir de base ao sustentar do crescimento resultante da inovação, nomeadamente da proveniente de empresas estrangeiras instaladas no território.

No que diz respeito à área biomédica, a criação de um organismo (A*STAR- Agency for Science Technology and Research), que planeia o I&D nesta área financiando também os principais institutos foi crucial para o desenvolvimento verificado. Este organismo é responsável pela transferência e comercialização da PI gerada nestes institutos pela atribuição de bolsas de investigação, mestrados e doutoramentos e pela organização de acções de formação e informação da população, assumindo assim um papel crucial no desenvolvimento e capacidade inovadora do sector.

Também crucial para o desenvolvimento deste sector foi o investimento na Biopolis – uma infra-estrutura de mais de 185 000 m² que reúne os principais institutos de I&D e as organizações de investigação privadas do território. Neste espaço de sete edifícios ligados entre si em que se encontram escritórios, laboratórios, incubadoras de empresas, serviços de apoio a laboratórios e todo o tipo de outros serviços de apoio necessários a uma boa qualidade de vida, experimenta-se um ambiente em que os investigadores e trabalhadores de diferentes instituições, podem trocar

facilmente ideias, o que fomenta o desenvolvimento de projectos com grande potencial inovador.

Estas excelentes infra-estruturas, a par da mão-de-obra qualificada, foram razões para a atracção para a região de muitas multinacionais na área da biofarmacêutica. No entanto, um dos principais factores que torna Singapura um local especialmente atractivo no contexto asiático, é o das políticas de propriedade industrial extremamente exigentes e próximas dos padrões ocidentais, que asseguram a manutenção das mais-valias criadas. Assim empresas como a Aventis, a Glaxo Smith Kline, a Merck, a Pfizer, a Schering Plough, a Wyeth, a BD, a Baxter e a Siemens têm já actividades produtivas em Singapura, enquanto a Novartis e a Eli Lilly, entre outras, estabeleceram aí grandes centros de I&D.

Os padrões ocidentais, segundo os quais opera a desenvolvida rede dos hospitais, e a diversidade étnica presente nos mesmos, tornam também Singapura num local especialmente atractivo para a realização de ensaios clínicos pelo que, actualmente, grandes empresas como a Quintiles e a Covance colaboram já muito de perto com os hospitais locais na realização de ensaios clínicos.

A todo este sucesso não é com certeza alheio o facto de o governo de Singapura ter desde cedo reconhecido a necessidade de fomentar a inovação e o desenvolvimento de novas empresas e, para tal, ter investido forte e eficientemente nas várias vertentes. Muitas das parcerias e empresas instaladas actualmente em Singapura serão, com certeza, resultado do investimento de 600 milhões de euros efectuado pelo (BMSIF – Biomedical Sciences Investment Fund) em empresas estrangeiras e projectos internacionais de interesse estratégico localizados em Singapura.

A disponibilidade destes montantes de financiamento funcionou também como força de atracção para operações das empresas de investimento interessadas em investir na Ásia, que se traduziram no fortalecimento dos centros de investigação e bioincubadoras.

Para acompanhamento deste clima propício ao desenvolvimento dos projectos de biotecnologia e aproveitamento das valências locais, o governo de Singapura lançou fortes programas de apoio ao fomento de novas empresas locais como o BMS INC – Biomedical Sciences Innovate 'N Create Scheme.

Singapura é, pois, um paradigma da confluência dos vários factores relevantes para atracção e desenvolvimento da inovação numa cidade, embora uma cidade-estado, em que a autoridade está claramente concentrada, o que não acontece, actualmente, com a maioria das outras cidades.

Algumas cidades (ver Estudo de Caso «A cooperação em Edimburgo») visam obter a massa crítica através da coordenação e estabelecimento de alianças entre as instituições que já existem na área, mas que têm tendência a trabalhar isoladamente, sem atingir grandes *performances*.

ESTUDO DE CASO



A cooperação em Edimburgo

Sete instituições científicas de Edimburgo, bem como parques tecnológicos, juntaram-se sob uma nova designação para competir mais eficazmente com os outros centros de inovação no Reino Unido e no estrangeiro.

O recém-criado Edinburgh Scientific Triangle (EST) agrupa 3300 investigadores em campos tecnológicos envolvidos na investigação e desenvolvimento nas ciências da vida, bem como no *design de microchips*.

O mais conhecido é o Roslin Biocentre, que alberga o Roslin Institute que, em 1997, «criou» a ovelha Dolly, o primeiro mamífero clonado.

Scottish Enterprise, a agência de desenvolvimento que superintendeu à criação da EST, afirmou que a aliança já recebeu 500 milhões de libras de investimento comercial e do governo.

A agência de desenvolvimento afirmou que o fundamento da aliança foi a diversidade de instituições científicas e tecnológicas, bem como parques tecnológicos pulverizados, impondo-se uma maior identidade e unidade para poder competir com os centros rivais como Cambridge e Londres, bem como outros centros europeus como Sofia-Antipolis, perto do Antibes (França) e Medicon Valley, perto de Copenhaga (Dinamarca).

In *Financial Times* (1.10.2004)

Se a maioria dos pólos de ciência se formam em torno de cidades, outras vão bem mais longe, estendendo a rede a uma envolvente que ultrapassa os limites da cidade, como é o caso do Medicon Valley que, no fundo, é uma rede de inovação constituída por diversas cidades situadas, inclusivamente, em países diferentes.

ESTUDO DE CASO



Medicon Valley (ver www.mediconvalley.com)

As cidades, ainda que cada vez mais deslocalizadas no sentido em que a sua população é cada vez menos fixa, são ainda a sede da maioria dos centros de saber e, como tal, potenciais geradoras de inovação. A necessidade de interação entre saberes e a massa crítica potencia a inovação o que leva, por vezes, a que se estabeleçam estreitas relações entre cidades, com o intuito de potenciar estas valências.

Um excelente exemplo deste tipo de associação/cluster é o usualmente conhecido por Medicon Valley.

Este cluster europeu de excelência na área das ciências da vida representa uma concentração única de talento na área farmacêutica e da biotecnologia que, numa área de 100 km², reúne 3,2 milhões de pessoas, 12 universidades (sendo as mais relevantes Lund, fundada em 1666 e Copenhaga fundada em 1479, ambas com responsabilidades na formação de prémios Nobel na área das ciências da vida), 140 000 estudantes universitários, 41 000 pessoas empregues em

indústrias e 5000 investigadores nas áreas das ciências da vida, 26 hospitais (11 dos quais universitários) e 5 parques de ciência e tecnologia.

Este cluster engloba mais de uma dúzia de cidades (entre as quais se destacam Malmö, Helsinborg, Copenhaga e Roskilde) servidas por 4 aeroportos, que se estendem por dois países (Dinamarca e Suécia), onde se localizam 115 empresas de biotecnologia, 61 das quais criadas após 1997. Medicon Valley apresenta uma das mais altas taxas de publicações e citações científicas em toda a Europa, comparável à das regiões de Boston e da *Bay area*. Nela são gastos anualmente mais de 215 milhões de euros em investigação o que, conjuntamente com outras características, levou a que o Boston Consulting Group (BCG), entre outras, a considere como uma das áreas de topo na Europa nas ciências da vida e entre as maiores do mundo em determinadas áreas terapêuticas. Esta região é considerada líder na área dos tratamentos para a diabetes e altamente atractiva nas excitantes áreas da imunologia/inflamação, neurociências e cancro.

Nesta zona encontram-se também instaladas 4 grandes empresas farmacêuticas (Novo Nordisk, AstraZeneca, LEO Pharma e H. Lundbeck), que constituem a maior concentração regional de farmacêuticas na Europa e, provavelmente, em todo o mundo.

Obviamente que, a todo este desenvolvimento, não serão alheios factores já anteriormente abordados, como a qualidade de vida associada ao bom *design* no seu sentido mais lato e aos bons transportes e localização (se assumirmos Copenhaga como centro, a maioria das capitais europeias, incluindo Moscovo, estão a menos de 3 horas de viagem, excepção para Lisboa e Reiquejavique) e a qualidade e massa crítica dos recursos humanos disponíveis.

Os dois exemplos anteriores são curiais para Portugal e para as cidades portuguesas, em particular para as suas instituições de ensino, investigação e centros e parques tecnológicos, empresas e associações empresariais, que têm de se consciencializar plenamente sobre as suas reais capacidades e, conseqüentemente, necessidades de cooperação, se não mesmo de fusão, se o desejo é mesmo inovação e não mera proliferação.

Alguns passos essenciais estão dados, como a criação da Biblioteca On-Line e de e-U Campus Virtual, que têm de ser vistos em conjugação e cujo sucesso depende muito da superação dos erros já assinalados para os sistemas de informação e da vontade real dos investigadores e académicos portugueses colaborarem entre si e com as instituições empresariais.

ESTUDO DE CASO



Biblioteca do Conhecimento *on-line* – um novo impulso para a Sociedade da Informação (ver www.b-on.pt)

A comunidade universitária tem boas razões para fixar o mês de Abril de 2004 como um dos mais marcantes em matéria de acontecimentos relevantes para a vida de estudo e investigação. O lançamento da Biblioteca do Conhecimento *on-line* deverá constituir um impulso decisivo para o aumento da produtividade científica e académica.

Esta iniciativa visa possibilitar o acesso electrónico às principais fontes de conhecimento, abrangendo a maior parte das áreas científicas e estimular as condições de acesso universal ao saber por parte da comunidade científica e académica, procurando gerar economias de escala e promovendo as condições de universalidade de acesso à produção científica. A b-on permite o acesso, em 2004, a mais de 3500 publicações electrónicas de seis editoras de referência internacional, nas principais áreas de investigação científica e académica.

Com esta biblioteca vamos mais longe que muitos outros países, ao disponibilizar esse mecanismo de pesquisa a toda a população no *site* www.b-on.pt (quando acedido a partir das bibliotecas universitárias), o que permite que cada um acesse à listagem dos artigos existentes e que vão sendo publicados nas mais diversas áreas (da arte à ciência política, das ciências da vida à engenharia, da filosofia à gestão).

Esta iniciativa, conjugada com o programa e-U/Campus Virtuais lançado pela UMIC (Unidade de Missão Inovação e Conhecimento), vem alterar profundamente a forma de acesso ao conhecimento. O financiamento da b-on ronda os 8 milhões de euros por ano, é assumido pelo POSI (Programa Operacional Sociedade da Informação) e UMIC, a 50%, e pelas instituições aderentes, que asseguram os restantes 50%. Foi definido um modelo de comparticipação claro e transparente para fazer a distribuição do custo referente aos 50% a ser suportados pelas instituições aderentes.

ESTUDO DE CASO



e-U Campus Virtual (www.e-u.pt)

A e-U (universidade electrónica), é uma iniciativa lançada pelo Governo e coordenada pela UMIC (Unidade de Missão Inovação e Conhecimento), que envolve serviços, conteúdos, aplicações e rede de comunicações móveis (dentro e fora da Universidade) para estudantes e professores do ensino superior, que incentiva e facilita a produção, acesso e partilha de conhecimento.

Através de uma rede sem fios, que permite a transmissão de dados em banda larga, será possível ter acesso a aulas, artigos, trabalhos, notas, serviços, Internet e muito mais. Tudo isto, com um PC portátil a partir de qualquer ponto do campus universitário e disponível para professores e alunos. O objectivo é que, com a e-U, a universidade esteja acessível 24 horas por dia, 365 dias por ano, no que diz respeito, por exemplo, aos seguintes serviços:

- Acesso aos serviços da faculdade (inscrições *on-line*, requisição de documentos, ver notas, fazer prova de vida de bolsa, pagamento das propinas, corresponder-se usando *e-mail* da universidade);

- Informação e troca de informação;
- Ferramentas de organização e de investigação;
- Procurar e inscrever-se em estágios, trabalho temporário e emprego;
- Buscar apontamentos e sebtentas *on-line* (*e-Books*) colocadas por professores, universidade e outros alunos;
- Comprar livros *on-line* com desconto;
- *e-learning*;
- Conviver com a comunidade;
- Aquisição de computador, mesmo pelos alunos com menores recursos (inclusão social), com esquemas especiais de crédito, que permitam o pagamento a partir da entrada no mundo laboral.
- Formação em tecnologias de informação para os professores, para evitar o *gap* geracional com estudantes;
- Colocação de informação e transacções para professores e alunos;
- Interacção com o Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

É por tudo isto e muito mais que a iniciativa da e-U é uma experiência inovadora a nível mundial e está a ser apresentada como exemplo europeu da utilização do conceito de mobilidade nos meios académicos. Portugal é o primeiro país a criar, nesta escala, uma rede integrada *Wi-Fi* em todo o ensino superior. Empresas como a Intel, Cisco ou Microsoft estão a apresentar mundialmente o *case study* português.

O projecto e-U já está em marcha em várias universidades de todo o país. A iniciativa e-U arrancou com oito projectos piloto: Universidade de Aveiro, a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, o Instituto Superior Técnico, a Faculdade de Engenharia da Universidade de Coimbra, a Universidade do Minho, o Instituto Politécnico de Portalegre, a Universidade de Aveiro e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Enquanto isso, muitas outras instituições estão a avançar com os seus programas piloto e a instalar alguns pontos de acesso à rede *wireless*.

Este projecto está baseado em inúmeras parcerias com diferentes grupos de entidades:

- Fabricantes/assembladores de portáteis (Acer, Apple, HP, Dell, Fujitsu, IBM, Toshiba, Triudus, Vobis, etc.);
- Operadores de telecomunicações e ISP (Netcabo, Oni, Sapo, Optimus, TMN; Via.Networks, etc.);
- Bancos (BES, BPI, CGD, BCP, etc);
- Empresas de *software* (Microsoft e Sun);
- Fabricantes/assembladores de equipamento de rede (Aple, Gemtek -Memorator, Topcom-Minitel, etc.);
- Parceiros genéricos (CTT, FCCN, etc.).

A concretização desta iniciativa pretende movimentar todo o mercado (interesse dos parceiros comerciais indispensável a sua participação neste tipo de projectos de parceria com o estado) atingindo objectivos precisos: mais acesso à Internet, melhor acesso ao conhecimento, revolução de mentalidades em todos os agentes do ensino superior e comodidade.

Em particular, é preciso não esquecer que se há dinheiro para o arranque deste tipo de actividades, é preciso assegurar a continuidade do funcionamento para o futuro, e isso depende da visibilidade do sucesso junto das empresas e da sociedade, que só é possível através da obtenção de resultados das mesmas. Uma vez que ao Estado apenas cabe o papel de catalisador, como se justifica adiante, o envolvimento de empresas nestas actividades terá um efeito de demonstração para as outras empresas.

Como condição essencial do sucesso deste tipo de iniciativas há que assegurar, antes de tudo, uma radical promoção do capital humano, sem o que nenhuma cidade terá inovação, nem será capaz de a colocar ao seu serviço.

Edward Glaeser e Albert Saiz (2003), ligando as capacidades humanas ao desenvolvimento das cidades, afirmam: «Durante mais de um século, as cidades com alto nível de educação cresceram mais depressa que outras em situação comparável por terem maior capital humano». Os mesmos autores também descobrem no seu trabalho de investigação que essas cidades crescem por se tornarem mais produtivas e não por se tornarem os lugares mais atractivos para viver, o que pode colocar um *trade-off* entre crescimento através de maior produção proporcionada pelas tecnologias e métodos de organização adquiridos *versus* inovação, pois que a experiência parece revelar que as organizações e as pessoas inovadoras são muito atraídas pelas «amenidades» postas à sua disposição.

As suas investigações levam-nos, também, a afirmar que a criação local de novas tecnologias não parece tão importante para o crescimento das cidades como a capacidade de as adaptar.

A provisão de uma educação básica de qualidade (maximizando as taxas de sucesso, particularmente no ensino secundário) conduz, simultaneamente, à disponibilização de pessoas mais educadas e à capacidade de as atrair.

No fundo, este aviso é curial para a generalidade das empresas portuguesas e para o seu reordenamento no ensino e investigação. O ensino básico e secundário é, antes do superior, a semente da cidade inovadora e esta constrói-se apreendendo a ler e a adaptar as inovações, isto é, através do desenvolvimento de bens e serviços e, quanto muito, através da inovação diferencial. É esta que conduz à outra.

Mas a inovação na cidade depende, também muito, da governação da mesma, em particular das suas autarquias.

Numa visão mais alargada do papel do governo, mas perfeitamente aplicável ao nível autárquico e regional, Elaine Kamarek (2004) reflecte sobre o papel do governo na inovação em todo o mundo e tem observações que devem ser levadas muito a sério. Segundo a autora, «a inovação requer imaginação e coragem». No sector privado a inovação pode oferecer resultados que são apropriados pelos inovadores, o que faz com que haja motivação para nela investir.

Mas, no sector público, os prémios financeiros não vão, em princípio, para os indivíduos, mas para o Estado, o que diminui a motivação pessoal para o investimento em inovação.

Para que a cidade possa, então, ter uma verdadeira cultura de inovação, há que mudar a mentalidade e a cultura das burocracias governamentais, regionais e autárquicas.

Em Portugal, os funcionários públicos (ou equiparados) que estão a gerir entidades públicas ou para-públicas supostamente equiparadas a empresas, têm dado um mau exemplo de «coragem e de imaginação» no apoio à inovação, em particular no modo como usam o «capital de risco» que é de todos nós, pois provém, em boa parte, de fundos públicos constituídos com dinheiro dos contribuintes.

A verdadeira inovação na cidade passará pela modificação radical da governação da mesma e dos incentivos gerados para se inovar em parceria.

Nos Estados Unidos o «Bayh-Dole Act», que permite às universidades e aos académicos patentear e usufruir benefícios para além do seu trabalho académico, abriu novas perspectivas que podem ser seguidas em Portugal. Mas há muitos outros passos a dar, a começar pela definição de políticas de propriedade industrial dentro das estruturas universitárias e de I&D. Os desafios de Bolonha e a diminuição dos apoios comunitários serão uma boa ocasião para isso.

Sairá daí uma cidade inovadora reforçada?

Bibliografia

- Aldo Schiavone, *L'Histoire Brisée. La Rome Antique et L'Occident Moderne*, Paris, Bonfastique, 2003.
- Alessandro Baricco, *Next*, Paris, Albin Michel, 2002.
- Allen Scott, *Global City-Regions*, Oxford, Oxford U. Press, 2001.
- Bergt-Ake Lundvall and Peter Maskall, «Nation States and Economic Development: from National Systems of Production to Nation Systems of Knowledge, Creation and Learning», in *The Oxford Handbook of Economic Geography, ibid.*, 2000.
- Claude Lafort, «L'Europe, Civilization Urbaine», *Esprit*, Mars-Avril, 2004.
- Claude Lévi-Strauss, *Tristes Tropiques*, Paris, Ed. Plan, 1954.
- Cristiano Antonelli, «Restructuring and Innovation in Long-Term Regional Change», in *The Oxford Handbook of Economic Geography, ibid.*, 2000.
- Edward Glaeser and Albert Saiz, *The life of the killed city*, Harvard Institut of Economic Research, Paper n.º 2020, Dec. 2003.
- Elaine Kamark, *Government Innovation Around the World*, Harvard University, John Kennedy Scholl of Government, Faculty Research Papers RW PO4-010, Feb. 2004.
- Ernest Renan, *Vie de Jésus*, Paris, Ed. Gallimard, 1974.
- Francis Fukuyama, *Our Posthuman Future – Consequences of the Biotechnology Revolution*, London, Profile Books, 2002.
- Fustel de Coulanges, *A Cidade Antiga*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1988.
- Gordon Clark, Maryann Feldman and Meric Gertler, ed., *The Oxford Handbook of Economic Geography*, Oxford, Oxford U. Press, 2000.
- Jacques Attali, *L'Homme Nomade*, Paris, Fayard, 2004.
- Jacques Donzelot et Olivier Mongin, «La Ville à Trois Vitesses», *Esprit*, Mars-Avril, 2004.
- Jacques Donzelot, «La Ville à Trois Vitesses: relegation, périurbanization, gentrification», *Esprit*, Mars-Avril, 2004.
- Jeremy Rifkin, *The Age of Access*, N.Y., J. Tarcher/Putnam, 2000.
- Mark Grey, «Marshalltown, Iowa and the Struggle for Community in a Global Age», in Thomas Collins and John Wingard ed. (*ibid.*).
- Maryann Feldman, «Location and Innovation: The New Economic Geography and Innovation – Spillovers and Agglomeration», in *The Oxford Handbook of Economic Geography, ibid.*, 2000.
- Massimo Del Gatto, *Agglomeration, Integration and Territorial Authority Scale in a System of Trading Cities. Centralisation versus Devolution*, Nota di Lavoro 93.2004, Faculty of Economics, University of Bologna, May 2004.
- OCDE, *Devolution and Globalisation*, Paris, OECD, 2001.

- OCDE, *Territorial Outlook*, Paris: OCDE, 2001.
- Olivier Mongin, «L'expérience de la ville démocratique», *Esprit*, Mars-Avril, 2004.
- Olivier Mongin, «La Mondialization et les Métamorphoses de l'urbain. Megacités, "villes globales" et métropoles», *Esprit*, Mars-Avril, 2004.
- P. Ceccarelli, *La Construcción de la Ciudad Sovietica*, Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1970.
- Paul Cheshire and Edwin Mills, *Handbook of Regional and Urban Economics*, Amsterdam, North-Holland, 1999.
- Peter Drucker, *Managing in the Next Society*, Oxford, Butterworth-Heinemann, 2002.
- Rosabeth M. Kanter, *World Class – Thriving Locally in the Global Economy*, N.Y., Simon & Schuster, 1995.
- S. Klein and N. Rosenberg, «An overview of innovation», in *The Positive Sum Strategy*, ed. R. Landau and N. Rosenberg, Washington, National Academy Press, 1987.
- Teresa B. Salgueiro, *A Cidade em Portugal*, Lisboa, Ed. Afrontamento, 1992.
- Thomas Collins and John Wingard, ed., *Communities and Capital*, Athens, The University of Georgia Press, 2000.
- V. S. Naipul, *Inde*, Paris, Ed. Plon, 1993.
- Victor Hugo, *Nossa Senhora de Paris*, Lisboa, Guimarães Editores, 1912.

Í N D I C E

INTRODUÇÃO	5
------------------	---

CAPÍTULO 1

DAS CIDADES PRÉ-INDUSTRIAIS

ÀS PÓS-INDUSTRIAIS	7
---------------------------------	---

1.1. A CIDADE ANTIGA	8
----------------------------	---

1.1.1. A FAMÍLIA E A CRENÇA COMO PONTO DE PARTIDA	9
---	---

1.1.2. DA FAMÍLIA À CIDADE	10
----------------------------------	----

1.1.3. A CIDADE E A URBE	12
--------------------------------	----

1.1.4. AS CARACTERÍSTICAS DA CIDADE ANTIGA	14
---	----

1.1.4.1. O ritual e os anais	14
------------------------------------	----

1.1.4.2. O rei e o governo da cidade	15
---	----

1.1.4.3. A lei	16
----------------------	----

1.1.4.4. Patriotismo	18
----------------------------	----

1.1.4.5. A onipotência do Estado (cidade)	19
--	----

1.1.5. AS REVOLUÇÕES NA CIDADE ANTIGA	21
--	----

1.1.6. O DESAPARECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL (CENTRADA NA CIDADE)	25
--	----

1.2. DA CIDADE DA IDADE MÉDIA À CIDADE NA GLOBALIZAÇÃO	28
---	----

1.3. A CIDADE DO SÉCULO XXI	34
-----------------------------------	----

CAPÍTULO 2

INOVAÇÃO E CIDADE	39
--------------------------------	----

2.1. DEFINIÇÃO RELEVANTE DE INOVAÇÃO	41
---	----

2.2. A LIGAÇÃO DA INOVAÇÃO AO ESPAÇO	42
---	----

2.3. A INOVAÇÃO NO CAMPO SOCIAL E INSTITUCIONAL	44
--	----

2.4. DESAFIO DAS NOVAS TECNOLOGIAS À ORGANIZAÇÃO DA CIDADE	47
--	----

CAPÍTULO 3

A INOVAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO

E GESTÃO DA CIDADE	57
---------------------------------	----

3.1. OS DESAFIOS DA CIDADE

À INOVAÇÃO	58
------------------	----

3.1.1. OS DESAFIOS DA DEVOLUÇÃO	59
---------------------------------------	----

3.1.2. COMO FAZER COMUNIDADE NA CIDADE QUE HOJE SE PERFILO	61
---	----

3.1.3. QUAL O PAPEL DA ARQUITECTURA NA INOVAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DA URBE?	66
---	----

3.1.4. CONSTRUIR, RECONSTRUIR OU RECUPERAR?	70
--	----

3.1.5. A CIDADE TEM MESMO FUTURO?	71
--	----

3.2. A INOVAÇÃO AO SERVIÇO DA CIDADE	73
---	----

3.2.1. A GESTÃO DE NOVAS CIDADES E O PAPEL DAS EMPRESAS NO RELACIONAMENTO COM OS CIDADÃOS	74
--	----

3.2.2. ALTERAÇÕES NOS SERVIÇOS PÚBLICOS E NA GOVERNAÇÃO DAS AUTARQUIAS	77
--	----

3.2.3. A INOVAÇÃO E A CIDADE ABERTA	78
--	----

3.2.4. AS CIDADES DIGITAIS	83
----------------------------------	----

CAPÍTULO 4

A CIDADE AO SERVIÇO

DA INOVAÇÃO	89
--------------------------	----

4.1. AS VIAS E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DA CIDADE COMO ELEMENTOS DE PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO	90
--	----

4.2. O PAPEL DOS FACTORES INSTITUCIONAIS E HUMANOS NA INOVAÇÃO NA CIDADE	93
--	----

Referências	101
--------------------------	-----

